



PLANO ESTADUAL DE  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DE SERGIPE



**SEDURBS | SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E  
SUSTENTABILIDADE**

**SERHMA | Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente**

**PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SERGIPE**

Aracaju, SE  
Dezembro de 2022

## PREFÁCIO

A partir da compreensão de que a temática Educação Ambiental enquanto política pública necessita coexistir, bem como estar inserida nas demais políticas de governo em todas as esferas, nacional, estadual e municipal, em consonância com o que rege a Política Nacional de Educação Ambiental, esta, reconhecendo a relevância da promoção do saber no modo formal e não formal para que possamos manter a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, emerge o Plano Estadual de Educação Ambiental elaborado de forma participativa envolvendo os 75 municípios do nosso Estado.

É de notório saber que as discussões com ênfase nas questões ambientais evoluíram em um longo processo histórico, com problemas emergentes advindos de novos comportamentos adotados pelas “sociedades modernas”. O cenário das megacidades com superpopulação, consumo exacerbado de recursos naturais, produção em larga escala, destinação inadequada de resíduos, poluição do ar, da água, aquecimento global culminando com as mudanças climáticas exige uma nova postura, um enfrentamento de todos os cidadãos a ser provocado pela disseminação de informações, de boas práticas, de uma estrutura educacional que prepare o indivíduo para solucionar tais problemas com pensamento crítico, sistêmico, integrado, com o pensar global e a ação local.

Dessa forma, o PlanEA apresentado à sociedade sergipana, constitui-se em um marco relevante seguindo as diretrizes gerais das Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental. Trata-se do principal instrumento balizador das políticas, programas e projetos de Educação Ambiental de Sergipe. O conteúdo desenvolvido no PlanEA deverá contribuir na formação de cidadãos que coadunam com os princípios da sustentabilidade, sendo este socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável.

Para tanto, a Educação Ambiental inserida nas linhas prioritárias do referido plano estará sendo trabalhada de forma contínua e permanentemente. Outrossim, o PlanEA dará a sociedade sergipana um marco referencial teórico-metodológico para que as ações em Educação Ambiental possam se concretizar de forma eficiente e eficaz, respeitando as peculiaridades dos oito territórios do Estado bem como os saberes tradicionais disseminados de forma transversal.

A consolidação do PlanEA nos traz a certeza e a satisfação em saber que as questões ambientais serão tratadas como um dos grandes eixos das políticas públicas do Estado. Vale



ressaltar que, haverá o compromisso de revisá-lo periodicamente de forma participativa, para validar, qualificar e fortalecer os compromissos dos governos estadual e municipais e da sociedade civil objetivando a construção de um futuro com melhor qualidade de vida para toda população do Estado de Sergipe.

**Ubirajara Barreto Santos**

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
**Governador Belivaldo Chagas Silva**

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E  
SUSTENTABILIDADE  
**Secretário Ubirajara Barreto Santos**

SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE  
**Superintendente Ailton Francisco da Rocha**

COORDENADORIA DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE  
**Coordenador Wellington de Santana**

EQUIPE TÉCNICA DA SEDURBS/SERHMA

Gerente de Educação Ambiental e Relações Sociais  
**Isabelle Aparecida Dellela Blengini**

Gerente de Áreas Protegidas e Florestas  
**Valdelice Leite Barreto**

Técnico de Áreas Protegidas e Florestas  
**Bruno Bastos Linhares Sobrinho**

Estagiárias de Educação Ambiental e Relações Sociais  
**Sandy Gabrielly Souza Cavalcanti**  
**Ádria Maria de Oliveira Ribeiro**  
**Silvia Letícia Nogueira Passos Garcia**

PlanEA-SE

COORDENAÇÃO GERAL DE ELABORAÇÃO DO PlanEA  
**Vera Lucia Silva Cardoso** | Especialista em Políticas Públicas

COORDENAÇÃO SETORIAL  
**Cleumides da Silva Santos**  
**Emerson dos Santos Daltro**  
**Livia Mirelli da Silva Vieira**  
**Luciana Rodrigues de Moraes e Silva**  
**Maria Augusta Barbosa dos Anjos**  
**Shalana Santos Carvalho**  
**Tânia Ribeiro dos Santos**  
**Thiago Roberto Soares Vieira**



## COLABORADORES ESPECIALISTAS TÉCNICOS

**Douglas de Matos Dias – Doutor em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre**

DESIGNER GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

**Rafael Lordpixel**

## APOIO TÉCNICO

**Bruna Gabrielle Silva Cardoso – Bacharel em Direito**

**Maria Luiza Souza Amaral – Assistente Social**

**Marcos Vinicius – Profissional em Tecnologia de Informação (TI)**

FOTOS

CONPETSAN



## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS .....	8
LISTA DE QUADROS .....	10
LISTA DE FIGURAS .....	11
1. INTRODUÇÃO .....	12
2. JUSTIFICATIVA .....	14
3. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PlanEA .....	16
3.1 Identificação da área de abrangência (Territórios) .....	16
3.2 Processo de construção .....	18
4. TERRITÓRIOS - NOSSA REALIDADE .....	26
4.1 Território Agreste Central .....	26
4.2 Território Alto Sertão .....	28
4.3 Território do Baixo São Francisco .....	29
4.4 Território Centro Sul .....	31
4.5 Território Grande Aracaju .....	33
4.6 Território Leste Sergipano .....	34
4.7 Território Médio Sertão .....	36
4.8 Território Sul Sergipano .....	38
5. OBJETIVO .....	40
6. EIXOS TEMÁTICOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	41
6.1 EIXO   Educação Ambiental Formal .....	41
6.2 EIXO   Educação Ambiental não-formal .....	60
6.3 EIXO   Educação Ambiental e Educomunicação .....	81
6.4 EIXO   Educação Ambiental em Saneamento .....	96
6.5 EIXO   Educação Ambiental e Unidades de Conservação .....	114
6.6 EIXO   Educação Ambiental no Combate à Desertificação .....	132
6.7 EIXO   Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental .....	145
6.8 EIXO   Educação Ambiental em Recursos Hídricos e Gerenciamento Costeiro ...	162
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	182
8. REFERÊNCIAS .....	185
9. APÊNDICES .....	187



## LISTA DE SIGLAS

ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente  
ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico  
APA - Área de Proteção Ambiental  
ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico  
ASDs - Área Susceptíveis à Desertificação  
CEGC - Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro  
CEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente  
CIEASE - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Sergipe  
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CONERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
EA - Educação Ambiental  
ENCEA - Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário  
MONA - Monumento Natural  
PARNA - Parque Nacional  
PCPR- Programa de Combate à Pobreza Rural  
PDR - Plano de Desenvolvimento Regional  
PEEA - Política Estadual de Educação Ambiental  
PIB - Produto Interno Bruto  
PlanEA - Plano Estadual de Educação Ambiental  
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental  
PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente  
PNRM - Política Nacional para os Recursos do Mar  
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos  
PP - Planejamento Participativo  
PPPZCM - Projeto Político Pedagógico do Zoneamento Costeiro e Marinho  
PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental  
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar



PRONESE - Projeto Nordeste

REBio - Reserva Biológica

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS - Refúgio de Vida Silvestre

SEDUC - Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura

SEDURBS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

SERHMA - Superintendência de Especial do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UC - Unidade de Conservação da Natureza



## LISTA DE QUADROS

Quadro 6.1 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental Formal.....	43
Quadro 6.2 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental Não Formal.....	61
Quadro 6.3 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental e Educomunicação.....	82
Quadro 6.4 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental em Saneamento. ....	98
Quadro 6.5 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental em Unidades de Conservação. ....	117
Quadro 6.6 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental no Combate à Desertificação.....	133
Quadro 6.7 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental.....	148
Quadro 6.8 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental em Recursos Hídricos.	165

## LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1 - Localização do Território de Planejamento do Agreste Central Sergipano. ....	27
Figura 4.2 - Localização do Território de Planejamento do Alto Sertão Sergipano.....	29
Figura 4.3 - Localização do Território de Planejamento do Baixo São Francisco Sergipano.	30
Figura 4.4 - Vista parcial da REBIO de Santa Isabel .....	31
Figura 5.5 - Localização do Território de Planejamento do Centro Sul Sergipano. ....	32
Figura 4.6 - Localização do Território de Planejamento da Grande Aracaju.....	34
Figura 4.7- Localização do Território de Planejamento do Leste Sergipano.....	35
Figura 4.8 - Localização do Território de Planejamento do Médio Sertão Sergipano.....	37
Figura 4.9 - Localização do Território de Planejamento do Sul Sergipano. ....	38

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental se apresenta estruturado em quatro etapas de atividades: Plano de Mobilização Social; Caracterização do Estado da Arte da Educação Ambiental por Território; Eixos Temáticos e Diretrizes da EA; e Princípios e Diretrizes para Implementação do Plano de EA.

O Plano de Mobilização Social norteou todas as fases do ao formatar um modelo de planejamento participativo e de caráter permanente que possibilitou uma análise da EA em suas variadas dimensões, em conformidade com a Lei Federal de Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), a Lei que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental, de N º 6.882, de 08 de abril de 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e o Programa Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 2008).

Cumprir destacar que foi possível, através do Plano de Mobilização, traçar o Panorama da EA nos territórios sergipanos, concebido como base orientadora que incluíram os aspectos metodológicos do trabalho e a caracterização ambiental do Estado de Sergipe. Convém citar que a base legal estadual, mesmo sem a sua regulamentação, serviu de parâmetro para ser traçada a situação atual da EA no estado. Vale ressaltar ainda que, no planejamento e na metodologia aplicada, foi possível identificar esse cenário e, com isso, além das discussões nas oficinas e nas consultas públicas, se pôde traçar as diretrizes e estratégias aqui propostas para a implementação da Educação Ambiental no âmbito do território sergipano. Após a conclusão das atividades para a escolha do cenário de referência, o presente Plano de Educação Ambiental de Sergipe apresenta as diretrizes e estratégias de implementação das ações.

É importante ressaltar que o presente documento foi dialogado com vários atores e validado através de Consultas Públicas com a participação de todos os envolvidos por representações de diversas categorias e públicos alvos estabelecidos no plano de trabalho, conforme o TDR e a metodologia do Plano de Mobilização Social, sendo representados por gestores públicos, professores, alunos, comunidades tradicionais, representantes da sociedade civil organizada e outros interessados, de forma a garantir o atendimento às diretrizes estabelecidas nos princípios da legislação mencionada em vigor.

O Plano foi construído buscando consolidar a história da EA no Estado, no sentido de fortalecer e estimular: a capacidade de organização social das populações em nível local e regional; a participação e a articulação dos diferentes setores sociais na tomada de decisões sobre as questões ambientais; os valores, as culturas e as tradições das populações; a

capacitação dos diferentes atores e grupos sociais; as parcerias institucionais e a corresponsabilidade.

As diretrizes e os princípios da EA preconizam a relação sociedade-natureza e dos grupos sociais entre si, bem como a forma de apropriação dos recursos naturais por estes grupos, como sendo os fatores determinantes do estado atual em que se encontram os recursos naturais e da qualidade da relação da sociedade com os demais componentes ambientais integrantes do meio ambiente.

Diante deste cenário e da necessidade da mudança de valores e atitudes individuais e coletivos, e de novas práticas, surge a EA como um dos principais instrumentos para uma gestão ambiental participativa. Portanto a elaboração do presente Plano buscou a reflexão e análise de fatores e variáveis, potencialidades/oportunidades e restrições, identificando problemas, causas e efeitos, até as etapas de apresentação de propostas, definição de linhas de ação e atividades com olhares regionais e locais. Assim as proposições foram construídas com a participação de diversos atores que puderam trabalhar alternativas com base em reflexões coletivas visando resultados desejados para a EA no Estado de Sergipe.

## 2. JUSTIFICATIVA

O meio ambiente equilibrado é um direito de todos os cidadãos, garantido pelo Art. 225 da Constituição Brasileira (Brasil, 1988). No entanto, na prática é possível ver que muitos brasileiros vivem sem ter acesso às necessidades básicas e que estamos longe de alcançar o ideal de uma sociedade sustentável, que busca, além de um meio ambiente conservado, a transformação dos agentes envolvidos nos processos para atingir o objetivo final, a construção de uma sociedade que sustente a produção e o consumo sem exaurir os bens naturais disponíveis para as próximas gerações. Cidadania, ações educativas voltadas ao enfrentamento da crise ambiental e a construção de valores direcionados à sustentabilidade são o anseio de todo governante que busca consolidar, em seu estado, um processo de desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atendimento às gerações futuras, cuja premissa básica é a conciliação do desenvolvimento econômico com o respeito ao ecológico. O uso dos bens naturais hoje, não pode comprometer o futuro da humanidade. Portanto, é preciso construir caminhos que levem ao meio ambiente ecologicamente sustentável, com diretrizes e estratégias bem delineadas de acordo com as já definidas no Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Em 1994, diante dos compromissos assumidos na Conferência do Rio, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Educação Ambiental, cuja missão é promover educação que contribua para um projeto de sociedade que integre os saberes nas dimensões ambiental, ética, cultural, espiritual, social, política e econômica, impulsionando a dignidade, o cuidado, o bem viver e a valoração de toda forma de vida no planeta. Com o passar dos anos, essa primeira edição do ProNEA foi sendo atualizada de maneira participativa, agregando o olhar da sociedade civil, dos coletivos e das esferas de governo na formulação, execução, monitoramento e avaliação da evolução da EA nacional. Atualmente, o Programa está na 5ª edição, publicada em 2018 e é norteado pelos princípios e diretrizes, a saber: transversalidade, transdisciplinaridade e complexidade; descentralização e articulação espacial e institucional, com base na perspectiva territorial; sustentabilidade socioambiental; democracia, mobilização e participação social; aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Educação formal, não formal e informal, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a Educação Ambiental; planejamento e atuação integrada entre os diversos atores no território.

Em 1999 foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo decreto nº 4.281, de 2002, a qual estabelece diretrizes e instrumentos que visam orientar os processos

de EA no país, bem como a define como a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

O estado de Sergipe, embora possuir uma pequena dimensão territorial, é pleno em bens naturais, com oito bacias hidrográficas formando rios perenes e desaguando no Oceano Atlântico; com mais de vinte Unidades de Conservação criadas, algumas das quais estão ajudando a manter preservada uma pequena reserva de mata atlântica ainda existente; bem como uma rica e variada biodiversidade. Por outro lado, o estado acumula sérios problemas ambientais, a exemplo da incorreta disposição final dos resíduos sólidos; da poluição dos rios e riachos; da impermeabilização do solo; e da crescente área susceptível à desertificação, que contribuem sobremaneira para a redução da qualidade de vida da população.

O estado dispõe de uma Política Estadual de Educação Ambiental construída a quatro mãos pela sociedade sergipana sob a coordenação da então Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, que precisa ser regulamentada e posta em prática em sua totalidade, sendo um dos instrumentos balizadores da política o Plano Estadual de Educação Ambiental com suas diretrizes, estratégias e metas direcionadas às Políticas Públicas de Educação Ambiental formal, não formal e informal para o estado. Sergipe também conta com a CIEASE, criada pelo Decreto nº 18.509/1999, e alterado pelo Decreto nº 18.833, de 22 de maio de 2000, cujos componentes, com seus múltiplos olhares da Educação Ambiental no estado, participaram ativamente da construção da PEEA, e estão exercendo papel importante na elaboração do presente Plano.

Assim, diante do exposto, fica nítido que a elaboração do PlanEA está ocorrendo em boa hora, dada a necessidade de articulação para o fortalecimento dos processos para que sejam contínuos e permanentes baseados nas políticas públicas de Educação Ambiental de âmbito estadual e municipais para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

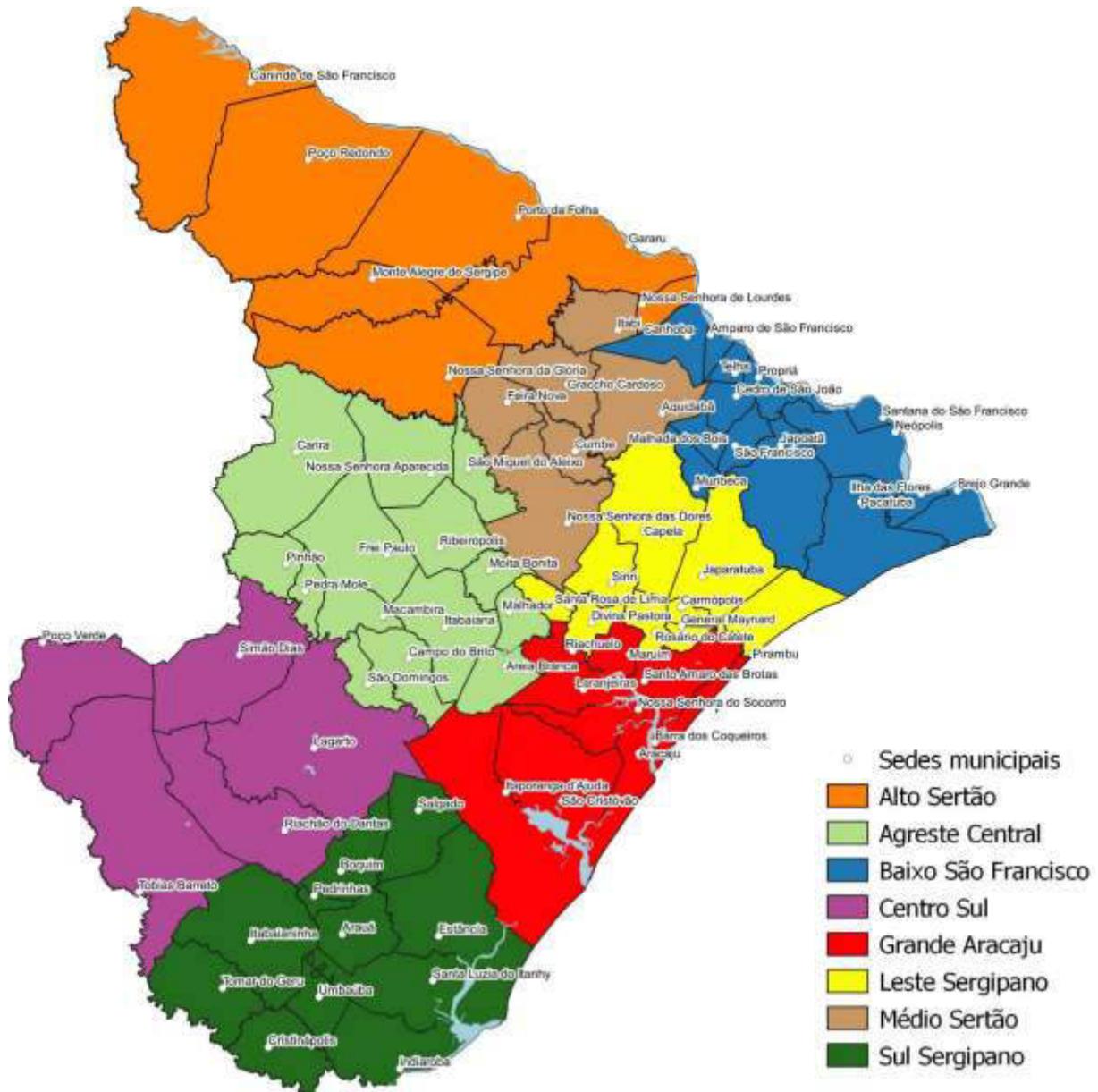
### **3. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJA**

#### **3.1 Identificação da área de abrangência (Territórios)**

O Estado de Sergipe, em sua organização político-administrativa, possui 75 municípios agrupados em três mesorregiões e 13 microrregiões, definidas pelo IBGE (Base territorial). São 8 (oito) os territórios: Alto Sertão Sergipano, Leste Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Agreste Central Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Grande Aracaju, Centro-Sul Sergipano e Sul Sergipano.

Para cada território foram elaborados, pelo governo estadual, objetivos e metas que garantam a inserção da população economicamente ativa no mercado produtivo através do fortalecimento das atividades econômicas geradoras de renda, tornando cada território capaz de gerar sua própria riqueza e atuar na redução das desigualdades sociais.

As políticas de incentivo ao desenvolvimento territorial preconizam a convergência de quatro dimensões: econômica, destacando a competitividade territorial; sociocultural, com ênfase nas questões da equidade e respeito à diversidade; ambiental, destacando o conceito de administração e gestão da base de recursos naturais; político-institucional, enfatizando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania. O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas de intervenção e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas. O controle social e a transparência são os alicerces da nova gestão territorial, e, dessa forma, a participação da sociedade é que dá sentido a esse paradigma de desenvolvimento.



Para o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), território é:

Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Os territórios foram utilizados como recorte de coleta de dados e realização das atividades participativas, uma vez que umas das maneiras de olhar para o todo é compreender o território, abrangendo as relações que se estabelecem na localidade. Compreende-se, como território, um espaço habitado no qual se estabelece “relações de poder”. Portanto, deve-se compreender a totalidade desse espaço habitado, enfatizando, principalmente, os seus processos e suas caracterizações percebendo como ele é organizado, para assim desenvolver para novos caminhos.

### **3.2 Processo de construção**

No Plano de Mobilização Social foram apresentadas as ações e atividades realizadas para a elaboração do PlanEA comprometido conforme o que recomenda a Política Nacional de Educação Ambiental para que venha ser alocado recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias, assim descrito.

- a) Estabeleceu estratégias e prioridades políticas de sustentabilidade, tendo em vista a locação de recursos;
- b) Promoveu a sensibilização e facilitou a participação das populações locais por território;
- c) Criou um ambiente favorável, conforme foi adequado, para o reforço da legislação pertinente existente da Lei da PEEA para contribuir na sua regulamentação

### **Metodologia**

Para a execução das ações previstas, parte-se do pressuposto da realização do processo com um viés participativo. Este foi pautado e definido pelos objetivos, metas da matriz lógica e cronograma. Dessa forma, foi necessário levar em consideração as especificidades do município, a troca de experiências e a construção de estratégias técnicas para que o exercício de cidadania seja garantido. Não somente como método de orientação e informação, mas para contribuir com a formação de um espaço de expressão democrática, onde a população possa reconhecer suas necessidades, identifique novas possibilidades de uma Educação Ambiental inclusiva participativa e cenários viáveis.

O método de orientação e informação foi pensado para contribuir com a formação de um espaço de expressão democrática, onde a população possa reconhecer suas necessidades, identifique novas possibilidades de uma EA inclusiva, participativa e cenários viáveis. O envolvimento e participação dos atores sociais locais de cada território são determinantes na

busca de informações específicas ambientais, seja de gestão ou programas de projetos e ações de EA.

Não há sentido ou possibilidade de realizar um plano para ser executado em um município ou território quando não conhecemos a sua realidade, seus problemas e potencialidades em que a EA será fundamental para despertar o seu interesse em está, e fazer parte de todo o processo. Deste modo, este documento está em consonância com as concepções, diretrizes, princípios e objetivos da EA, de acordo com as Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental, e as Políticas Públicas de Meio ambiente nesse âmbito, atendendo às necessidades das atuais e das futuras gerações dos territórios sergipanos no que diz respeito ao meio ambiente tendo como ferramenta a EA.

1. Obter um diagnóstico da realidade dos territórios;
2. Compreender as ações, projetos e programas de Educação Ambiental nos territórios;
3. Estimular a criação de diretrizes para o plano, de acordo com a realidade de cada território.

Os eixos trabalhados foram:

- EIXO: Educação Ambiental Formal
- EIXO: Educação Ambiental Não Formal
- EIXO: Educação Ambiental e Educomunicação
- EIXO: Educação Ambiental em Saneamento
- EIXO: Educação Ambiental em Unidades de Conservação
- EIXO: Educação Ambiental no Combate à Desertificação
- EIXO: Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental
- EIXO: Educação Ambiental em Recursos Hídricos e Gerenciamento Costeiro.

A metodologia foi realizada em diferentes etapas e contando com a participação popular e diversos atores sociais.



### **Realização das Oficinas por Território**

Como possíveis locais para a realização das oficinas no município, destaca-se a presença de associações, sindicatos, escolas e pontos conhecidos pela população que possuíssem infraestrutura adequada para o desenvolvimento dos trabalhos. Os locais de realização das oficinas por território foram identificados levando em conta a localização, a distância do município no território para os demais municípios integrantes, a aceitação e apoio dos gestores locais em sediar a programação, a existência de local que comportasse o número de participantes do público alvo, a disponibilidade no período e a logística existente no local.

### **Realização das Consultas Públicas por Território**

Como possíveis locais para a realização das atividades no município, destaque para a presença de associações, sindicatos, escolas e pontos conhecidos pela população que possuíssem infraestrutura adequada para o desenvolvimento dos trabalhos. Para a realização das Consultas Públicas por território foram utilizados os mesmos critérios.

## Oficinas por território



## Consultas Públicas presenciais



### Recepção e credenciamento

O cidadão teve contato de um painel explicativo exposto que continha os eixos temáticos, e assim, escolheria qual tema pretendia participar das discussões e apresentar propostas.

### Apresentação da metodologia

Após a palestra a Coordenação Setorial do território, apresentava através de slides, a metodologia aplicada e como todos deveriam se inserir nos grupos, conforme o eixo escolhido no credenciamento.

### Apresentação das propostas

Após a atividade anterior, ainda em cada grupo escolhido o relator, este fez a apresentação para os demais participantes as propostas que foram apontadas no grupo no salão principal.

### Escolha das propostas

Os participantes tiveram 10 minutos para escolherem 05 propostas entre todas as propostas que foram apresentadas por todos os grupos por eixos, que poderia ser do seu grupo, do seu eixo ou de grupo e/ou eixo distintos.

### Palestra Interativa

Na sala principal o público assistiu uma palestra apresentada por um convidado que apresentava informes sobre um dos Eixos temáticos, com duração de 20 minutos.

### Grupos de trabalho

Em grupos, os participantes trabalharam o Eixo com duas (02) questões norteadoras a primeira o grupo responderá em 10 minutos e a segunda em 30 minutos, sendo escolhido em cada grupo um relator.

### Apresentação geral das propostas

Concluído os trabalhos todos se deslocavam para o salão principal e foi apresentado pelo relator de cada grupo quais as 10 propostas elencadas pelo grupo no eixo escolhido.

### Encerramento

Ao terminar a escolha das propostas, foram feitos os agradecimentos e encerrada a programação do dia. Todo o material foi recolhido para consolidação.

### Recepção e credenciamento

Após o credenciamento, o cidadão teve contato de um painel explicativo contendo os eixos temáticos. Caso tenha participado das oficinas, o cidadão deveria sinalizar para participar no mesmo Eixo.

### Apresentação da metodologia

Após a palestra a Coordenação Setorial do território, apresentava através de slides, a metodologia da Consulta Pública e como todos deveriam se inserir nos grupos, conforme o eixo escolhido no credenciamento.

### Desenvolvimento das atividades

Cada grupo teve um moderador que conduziu os trabalhos. Em grupo, as propostas elaboradas nas oficinas foram lidas, analisadas e discutidas. Cada grupo selecionou 5 propostas do eixo e apresentou em plenária.

### Encerramento

Ao terminar a escolha de todos, acompanhados pelos integrantes da equipe e coordenação setorial do plano. Foram feitos os agradecimentos e encerrada a programação do dia. E todo o material recolhido para consolidação.

### Palestra Interativa

Na sala principal o público assistiu uma palestra apresentada por um convidado que apresentava informes sobre um dos Eixos temáticos, com duração de 15 minutos.

### Grupos de trabalho

Todos os participantes se dirigiram ao seu Eixo e ao grupo, em que se encontrava afixado o PAINEL com as propostas apresentadas nas oficinas. Também foi disponibilizado para os participantes do Eixo uma cópia impressa das propostas.

### Apresentação das propostas

Após todos retornarem dos grupos dos eixos, os moderadores apresentaram por meio de slides as propostas redigidas e definidas nos grupos. Em seguida, todos os participantes na plenária votaram e validaram as propostas apresentadas por eixo. Sendo assim validadas 05 das 10 propostas iniciais entre todas as propostas que foram apresentadas por todos os grupos por eixos

## Realização da Reunião Virtual por Território

Foram realizadas reuniões virtuais através da plataforma Google Meet voltada para a participação dos representantes dos municípios por território, que não participaram da oficina presencial, onde foi aplicada a mesma metodologia da oficina presencial.



A consulta pública online ocorreu no período de 24/11/2022 a 01/12/2022. Por meio da participação social, a consulta pública teve o objetivo de estabelecer diretrizes, estratégias e metas direcionadas às Políticas Públicas de Educação Ambiental formal e não formal para o estado de Sergipe. As contribuições apresentadas virtualmente constam no Apêndice II.

## Realização do Fórum Estadual

Foram mobilizadas e convidadas representações do poder público e sociedade civil da capital e interior. O Fórum contou com as mais diversas representações, conforme o público alvo previsto no Plano de Trabalho, bem como o público que contribuiu com todo o processo. Foi o momento de apresentação oficial do Plano - uma instância de discussão pública com objetivo de validar as propostas indicadas no documento final. A entrada dos participantes e dos meios de comunicação foi livre, realizado em local acessível e em dias úteis. A realização

da mobilização do Fórum envolveu todo o público alvo previsto, assegurando a validação da versão final do Plano que foi apresentado em plenária, e também como foi todo o processo de construção do PlanEA, as etapas e os momentos das oficinas, consultas públicas e a metodologia utilizada.



Após a apresentação de todo o processo, foi solicitada a validação do Plano por todos os participantes presentes.

Houve ampla participação nas diferentes etapas do Plano Estadual de Educação Ambiental.

<b>ETAPAS</b>	<b>NÚMERO DE PARTICIPANTES</b>
<b>Oficinas Presenciais</b>	<b>720</b>
<b>Oficinas On-line</b>	<b>66</b>
<b>Consultas Públicas</b>	<b>410</b>
<b>Fórum Estadual de Educação Ambiental de Sergipe</b>	<b>122</b>

# OFICINAS DO PlanEA

Plano Estadual de Educação Ambiental



## Itabaiana | Território Agreste Central

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação  
Dia 08/11/2022 horário 08:00 - 13:00h



## Nossa Senhora da Glória | Território Alto Sertão

Local: Auditório do Campus da Universidade Federal de Sergipe  
Dia 09/11/2022 horário 08:00 - 13:00h



## Propriá | Território Baixo São Francisco

Local: Auditório do Centro de Excelência Joana de Freitas Barbosa  
Dia 04/11/2022 horário 08:00 - 12:30h



## Tobias Barreto | Território Centro Sul

Local: Auditório do Centro Comercial  
Dia 24/10/2022 horário 08:00 - 13:00h



## Barra dos Coqueiros | Território Grande Aracaju

Local: Quadra poliesportiva da Escola Municipal João Cruz  
Dia 19/10/2022 horário 08:00 - 13:00h



## Pirambu | Território Leste Sergipano

Local: Clubinho das Tartarugas  
Dia 25/10/2022 horário 08:00 - 13:00h



## Nossa Senhora das Dores | Território Médio Sertão

Local: Centro Estadual de Educação Profissional Berila alves  
Dia 27/10/2022 horário 08:00 - 13:00h



## Indiaroba | Território Sul Sergipano

Local: Centro de Convenções  
Dia 20/10/2022 horário 08:00 - 13:00h

### Municípios e locais onde ocorreram as oficinas participativas do PlanEA

Oficinas Virtuais ocorreram na plataforma Google Meet

## 4. TERRITÓRIOS - NOSSA REALIDADE

A construção do Plano Estadual de Educação Ambiental iniciou-se em outubro de 2022 com um intenso processo de mobilização para garantir a participação de diversos setores da sociedade nas oficinas regionais, que teve como objetivo a construção de propostas de ações que visam minimizar as diversas problemáticas ambientais identificadas nos territórios e municípios, assim como o fortalecimento da gestão ambiental local.

### 4.1 Território Agreste Central

As políticas de incentivo ao desenvolvimento territorial preconizam a convergência de quatro dimensões: econômica, destacando a competitividade territorial; sociocultural, com ênfase nas questões da equidade e respeito à diversidade; ambiental, destacando o conceito de administração e gestão da base de recursos naturais; político-institucional, enfatizando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania.

O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas de intervenção e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas. O controle social e a transparência são os alicerces da nova gestão territorial e, dessa forma, a participação da sociedade é que dá sentido a esse paradigma de desenvolvimento.

O território Agreste Central Sergipano, localizado no centro oeste do Estado (Figura 4.1), é formado pelos municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, São Miguel do Aleixo, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e Pedra Mole. O território abriga uma importante unidade de conservação com área aproximada de 8 mil hectares e altitude máxima de 650 metros: o Parque Nacional Serra de Itabaiana, que é uma UC de proteção integral e sua área engloba os municípios de Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito, Itaporanga d'Ajuda e Laranjeiras. Além do PARNA, o território dispõe da Reserva Particular do Patrimônio Natural Fonte da Bica, localizada no município de Areia Branca.

Figura 4.1 - Localização do Território de Planejamento do Agreste Central Sergipano.



Em relação às populações tradicionais, tem reconhecimento de remanescentes de quilombo e a comunidade Catuaba no município de Frei Paulo.

Nos municípios deste Território existe um grande número de Associações Comunitárias, estimuladas principalmente pela ação do PRONESE, através do Programa de Combate à Pobreza Rural. Da mesma forma, com a institucionalização do PRONAF em 1996 foram criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e outros Conselhos gestores das políticas públicas instituídas em todos os municípios como saúde, educação, assistência social, etc. A análise do quadro político-institucional do território evidencia a fragilidade das instituições públicas na aplicação das políticas e a reduzida capacidade de gestão e de articulação dos gestores municipais.

Enquanto potencial turístico no território foram identificados a Serra de Itabaiana (práticas de Ecoturismo e Turismo de Base Comunitária), o Parque dos Falcões, localizado no PARNA Serra de Itabaiana, cachoeira de Macambira, Serra da Miaba, em São Domingos, Poções da

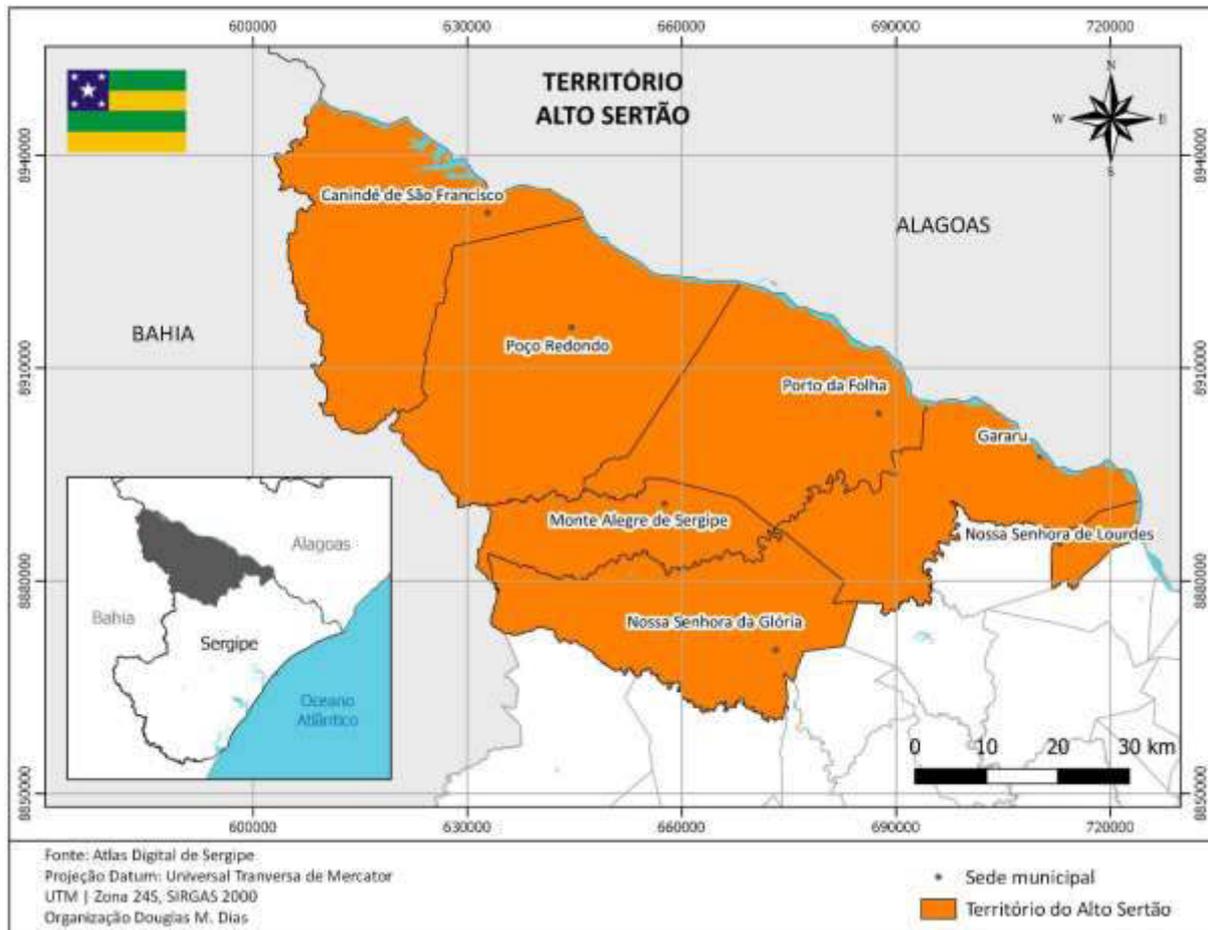
Ribeira, em Itabaiana, Barragem de Campo do Brito, Serra dos Montes, em Campo do Brito, Poço das Moças, em Areia Branca, Poço da Ribeira, em Itabaiana, Poço da Sereia, em São Miguel do Aleixo, Represa de Frei Paulo, além da gastronomia com os usos da castanha de caju, da farinha de mandioca, e de uma grande variedade de pratos e produtos na feira de Itabaiana, entre poços e barragens espalhados pelo Território.

Em nível de território de planejamento, o Agreste Central apresenta a maior proporção de áreas ocupadas por pastagens. Este percentual elevado de pastagem, está relacionado a uma das principais atividades econômicas da região, a pecuária de animais de grande porte (SERGIPE, 2019). Considerando as ASDs, os municípios que compõem o Agreste Central juntos possuem o terceiro maior efetivo de rebanhos (bovinos, equinos e bubalinos), com mais de 200 mil cabeças. A região também possui o segundo maior efetivo de suínos (18.545 cabeças) e o terceiro maior efetivo de caprinos e ovinos, com 25.642 cabeças (IBGE, 2019).

## 4.2 Território Alto Sertão

Localizado na região noroeste de Sergipe, o território do Alto Sertão é formado por 7 municípios, Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha (Figura 4.2). Este território ocupa uma área de 4.917 km<sup>2</sup>, correspondendo a 22,4% da área do estado.

Figura 4.2 - Localização do Território de Planejamento do Alto Sertão Sergipano.



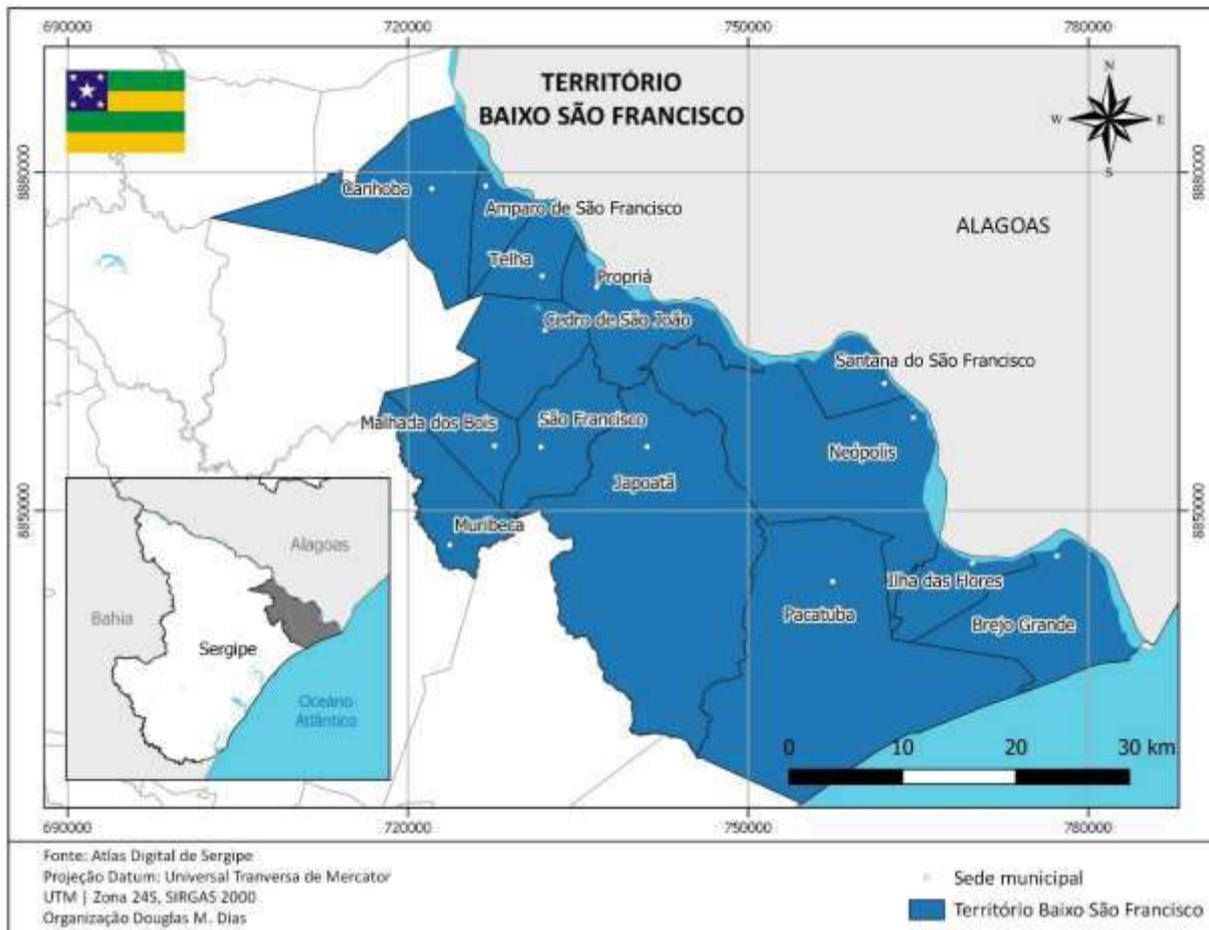
O Alto Sertão é a região do estado mais afetada pelo processo de desertificação, muito em consequência da salinização dos solos provocada pela mecanização da agricultura e do estabelecimento de perímetros irrigados. Trata-se de uma região de clima semiárido, sendo o território mais seco de Sergipe. Apesar da vocação para a agricultura de ciclo curto, nesta região predominam áreas de pastagens, tendo como atividade principal a pecuária de animais de grande porte (bovinos) ligada à produção leiteira (PAE, 2021).

### 4.3 Território do Baixo São Francisco

O território do Baixo São Francisco, localizado no nordeste do Estado de Sergipe (Figura 4.3), uma das oito unidades espaciais de planejamento instituídas através do Decreto Estadual nº 24.338, de 20 de abril de 2007, encontra-se formado por quatorze municípios, sendo eles: Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores,

Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha.

Figura 4.3 - Localização do Território de Planejamento do Baixo São Francisco Sergipano.



Paisagens de extrema beleza natural presentes na Foz do São Francisco e de suas ilhas, praias fluviais, a Praia de Ponta dos Mangues e o Pantanal de Pacatuba, como também as condições de navegabilidade do rio, aliados às atividades econômicas e ao artesanato desenvolvido no Território propiciam a atividade turística, estando algumas de suas cidades compondo o Mapa do Turismo do Brasil, são elas: Amparo do São Francisco, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Propriá, Neópolis, Santana do São Francisco e Telha. Estes municípios integram o Polo Turístico denominado “Velho Chico”, o qual faz parte do conjunto de Polos Turísticos estabelecidos dentro do Programa de Regionalização do Turismo, conduzido pelo Governo Federal (Brasil, 2019).

O Território do Baixo São Francisco abriga a Reserva Biológica de Santa Isabel, unidade de proteção integral. A REBio de Santa Isabel, a única desta categoria no estado de Sergipe, foi

criada pelo Decreto nº 96.999, em 20 de outubro de 1988, com o objetivo de preservar frágeis ecossistemas costeiros, compostos por vegetação de restinga, com presença de remanescente de Mata Atlântica no seu interior, cordões de dunas móveis e fixas, lagoas permanentes e temporárias e ambientes estuarinos (Figura 4.4), visando à proteção da fauna e flora local, principalmente da tartaruga marinha *Lepidochelys olivacea*.

Figura 4.4 - Vista parcial da REBIO de Santa Isabel

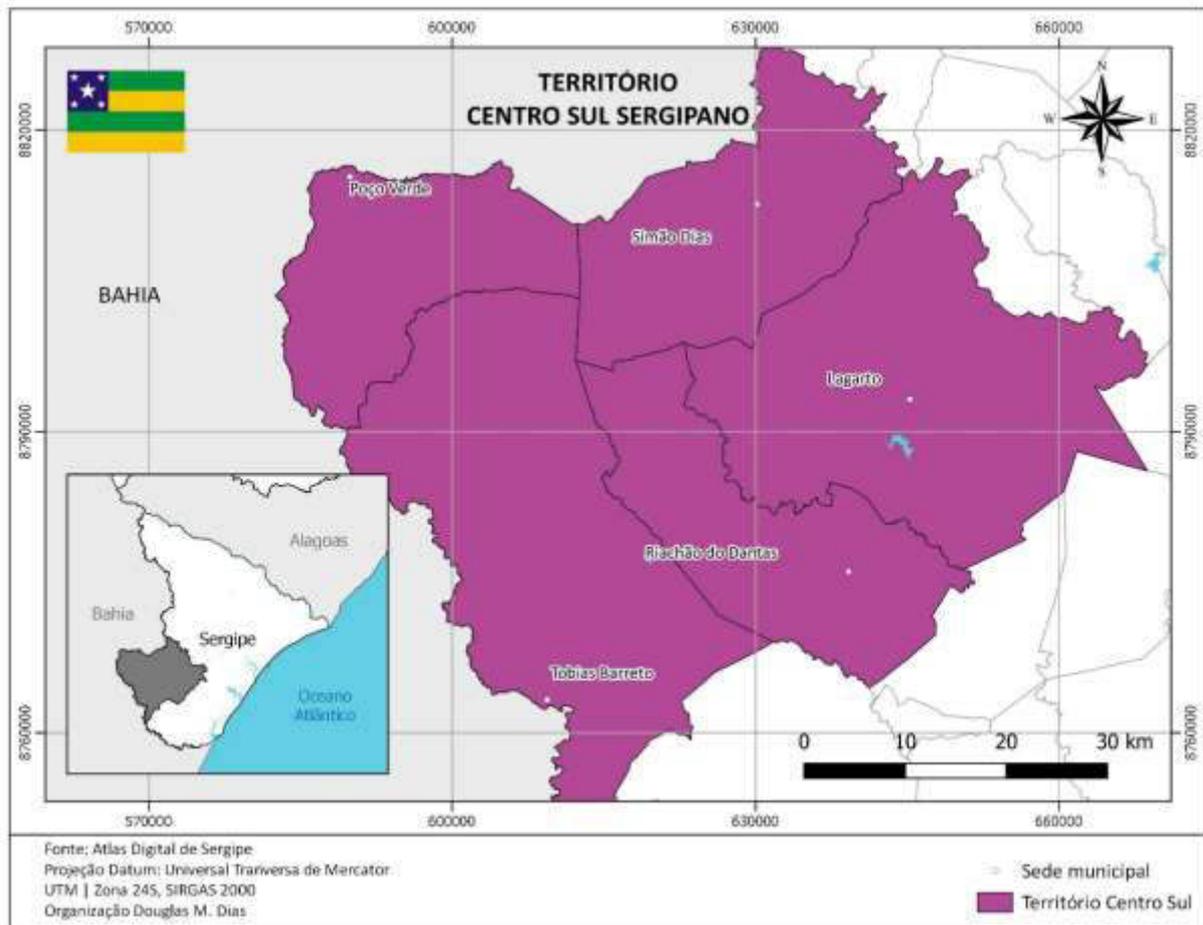


Fonte: Marcos Aurélio Sartori (2007) – Acervo digital da REBIO de Santa Isabel.

#### 4.4 Território Centro Sul

O Centro Sul Sergipano é composto pelos seguintes municípios: Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto (Figura 4.5). O Centro Sul Sergipano representa 16% da superfície territorial do estado. De acordo com o último censo demográfico realizado em 2010 a população total desse território é de 222.972 habitantes.

Figura 4.5 - Localização do Território de Planejamento do Centro Sul Sergipano.



Assim como nas demais regiões sergipanas, as áreas de pastagens predominam no Centro Sul, ocupando 74,5% do território, onde a pecuária exerce grande importância econômica. A região possui o segundo maior rebanho bovino de Sergipe. No entanto, os municípios de Lagarto e Tobias Barreto possuem os maiores efetivos do estado. O Centro Sul possui ainda o maior efetivo de equinos e bubalinos de Sergipe, sendo o segundo maior produtor de caprinos e ovinos (Sergipe, 2019).

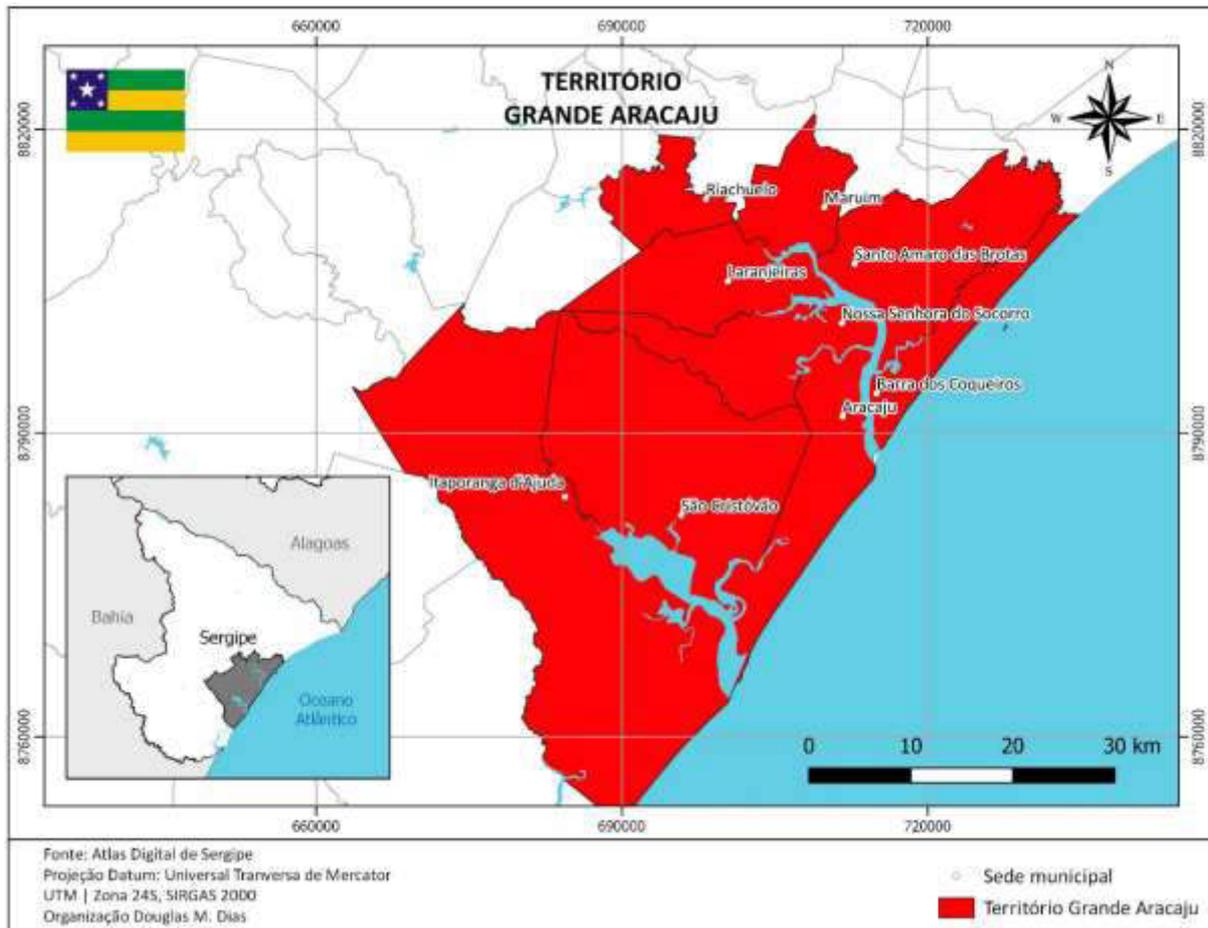
A região tem vocação agropecuária e abriga assentamentos instalados pelo INCRA e dois perímetros irrigados (Jabiberi e Piauí). As principais lavouras temporárias incluem graníferas, raízes e tubérculos. O milho é o principal produto agrícola da região e, em termos de área destinada à plantação, Simão Dias possui o dobro de área plantada em relação a todos os outros municípios juntos. Lagarto tem a maior área destinada ao cultivo de mandioca, sendo também o maior produtor desse produto no estado. O município também dedica uma pequena área (70ha) para a produção de batata-doce (IBGE, 2019).

#### 4.5 Território Grande Aracaju

O território Grande Aracaju está localizado na região centro-leste do estado de Sergipe e é composto por nove municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão; como mostra a Figura 4.6.

A Grande Aracaju apresenta clima semiúmido e está assentado nas Unidades Geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros e da Planície Costeira recobertos por vegetação de formações do Bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. Seu território abriga as seguintes Unidades de Conservação da Natureza: parte da APA do Litoral Sul, no município de Itaporanga d'Ajuda; a APA Morro do Urubu e Parque Municipal do Tramandaí no município de Aracaju; a Floresta Nacional da Ibura, no município de Nossa Senhora do Socorro, o Parque Estadual Marituba entre os municípios de Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas, ARIE municipal dos Manguezais, em Barra dos Coqueiros e uma pequena parte do Parque Nacional da Serra de Itabaiana nos municípios de Laranjeiras e Itaporanga d'Ajuda.

Figura 4.6 - Localização do Território de Planejamento da Grande Aracaju.

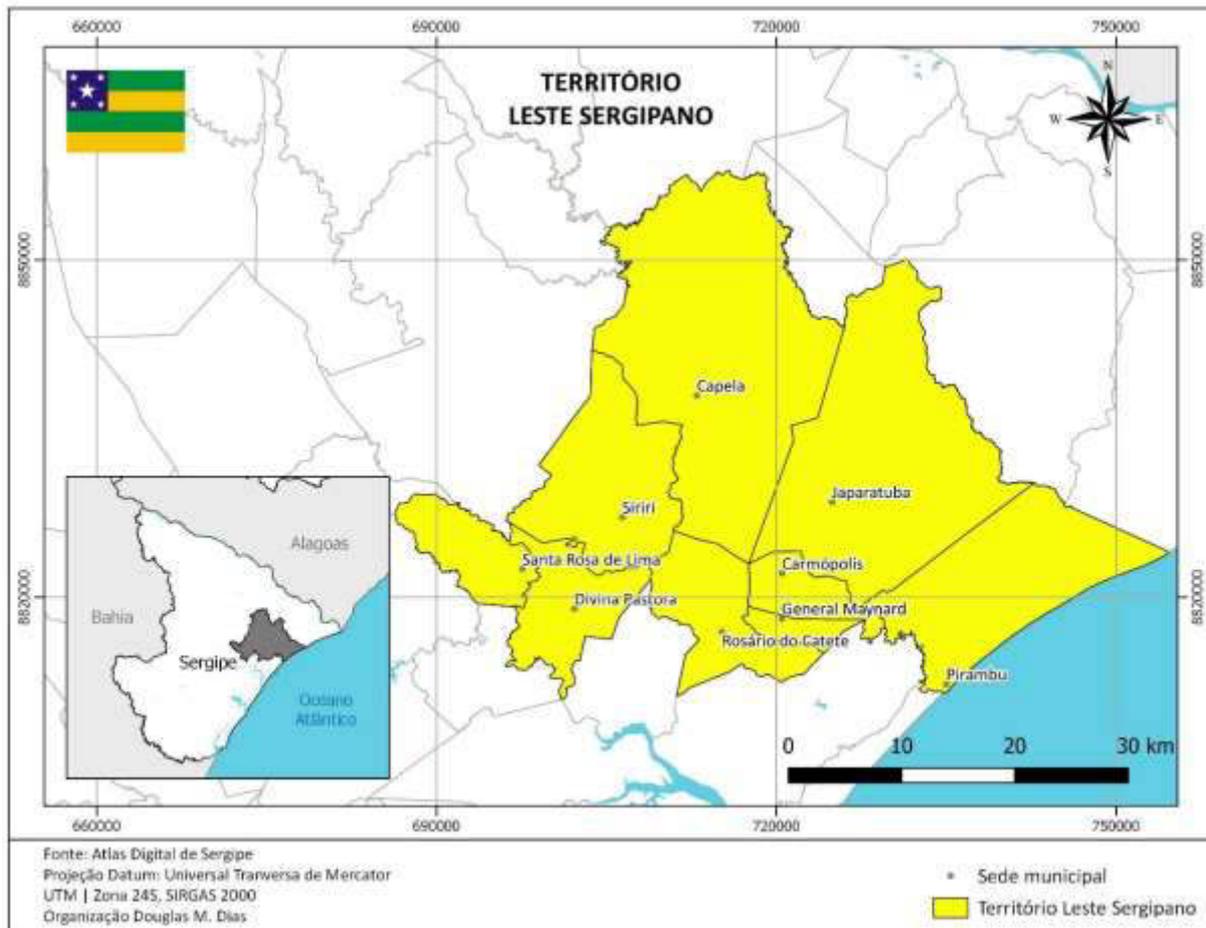


A Grande Aracaju é o principal território do estado, pois agrupa os mais importantes municípios que atuam no setor econômico. É uma região propícia ao turismo em função das praias, cidades históricas, hotéis fazendas e resorts, constituindo-se também numa das principais áreas para o turismo de eventos, em função da infraestrutura hoteleira instalada na capital, Aracaju.

#### 4.6 Território Leste Sergipano

O Território Leste Sergipano localiza-se na Mesorregião do leste do Estado de Sergipe sendo o menor Território do Estado com uma área de 1.518,7 Km<sup>2</sup>, representando 7% da área territorial de Sergipe. É formado por nove municípios: Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri (Figura 4.7).

Figura 4.7- Localização do Território de Planejamento do Leste Sergipano.



O Território Leste Sergipano está situado nos afloramentos da Bacia Sedimentar de Sergipe, nas unidades geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros e Planície Litorânea, recoberto por espécies vegetais de ecossistemas associados ao Bioma Mata Atlântica, como manguezais, praias e dunas. A base cultural no território é muito influenciada pela agroindústria do açúcar, espalhada pelos vales dos rios Sergipe, Cotinguiba e Japarutuba, desde séculos passados. A economia é baseada na extração de petróleo e gás natural e sais de potássio, que explicam a riqueza gerada no setor secundário. A identidade cultural deste território é muito rica, possuindo diferentes manifestações religiosas e aprendizado coletivo, presentes numa variedade de produtos materiais: arquitetura, culinária, técnicas, dança, folclore, práticas sociais, entre outros. Além disso, existem várias manifestações culturais afrodescendentes como o candomblé, o samba de coco e outros rituais. De toda forma, as festas populares e religiosas continuam sendo as fortes atrações de muitos municípios dessa região, principalmente, em Divina Pastora, Carmópolis e Japarutuba (SERGIPE, 2008).

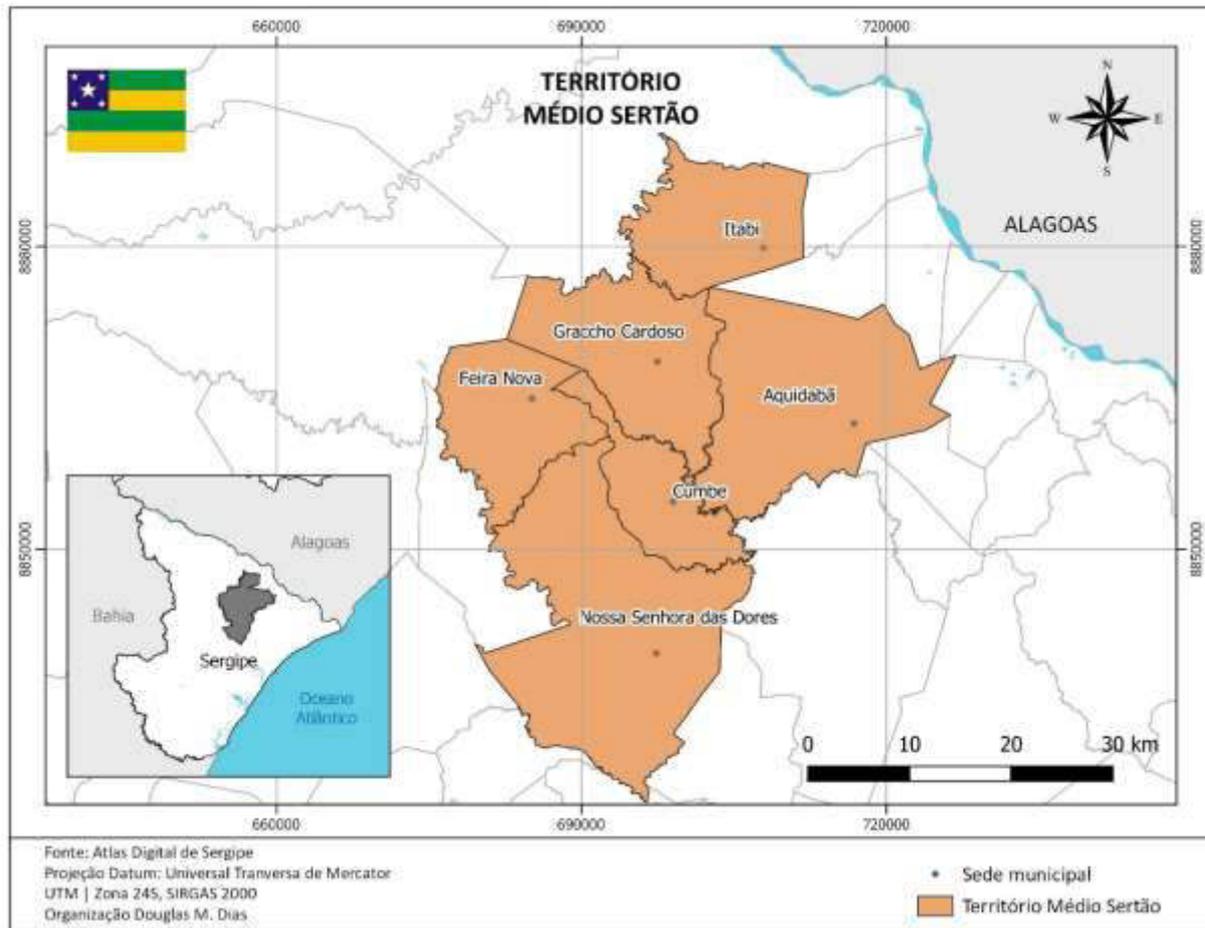
No Território Leste Sergipano estão presentes quatro Unidades de Conservação: a ARIE Mata do Cipó, UC de uso sustentável, criada pelo Decreto estadual nº 30.523, em 2017, com o objetivo de manter os ecossistemas naturais de importância regional e regular o uso admissível da área e está localizado entre os municípios de Siriri e Capela o RVS Mata do Junco, localizado no município de Capela, uma unidade de proteção integral, criada através do Decreto nº 24.944, de 26 de dezembro de 2007, tendo como objetivo proteger vegetação nativa da Mata Atlântica e seus recursos ambientais, em especial as nascentes do riacho Lagartixo, garantindo condições para a sobrevivência e manutenção do macaco guigó (*Callicebus coimbrai*) e para a realização de pesquisas científicas, Educação Ambiental e ecoturismo. Em Divina Pastora, foi criado o Parque Municipal Boacica, uma área de 4,64 ha que visa proteger remanescente de Mata Atlântica e nascentes de mananciais dos rios da região.

A Reserva Biológica (REBio) de Santa Isabel, também uma unidade federal, de proteção integral, gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, está situada entre os municípios de Pacatuba, pertencente ao Território Baixo São Francisco, e Pirambu, município integrante do território Leste Sergipano. Foi criada pelo Decreto nº 96.999, em 20 de outubro de 1988, com o objetivo de preservar frágeis ecossistemas costeiros, compostos por vegetação de restinga, com presença de remanescente de Mata Atlântica no seu interior, cordões de dunas móveis e fixas, lagoas permanentes e temporárias e ambientes estuarinos, visando à proteção da fauna e flora local, principalmente da tartaruga marinha *Lepidochelys olivacea*.

#### **4.7 Território Médio Sertão**

O território do Médio Sertão Sergipano localiza-se no meio-norte sergipano, e é formado por seis municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores (Figura 4.8).

Figura 4.8 - Localização do Território de Planejamento do Médio Sertão Sergipano.



Inserido numa faixa de transição entre a região do agreste e o sertão, o Médio Sertão encontra-se localizado em área do Bioma Caatinga, mas sua cobertura vegetal original já foi quase totalmente substituída por pastos. A proporção de área ocupada por pastagens no Médio Sertão é uma das maiores do estado, só perde para o Agreste Central. A pecuária é uma das atividades mais importantes da região, o efetivo bovino é 88.850 cabeças, quarto maior do estado.

Banhado pelos rios formadores das bacias do São Francisco, do Japarutuba e do Sergipe, o Território Médio Sertão abriga sete projetos de assentamento e se caracteriza pelo domínio da pecuária. Esse território, além de manter centros polarizadores, apresenta também influência de núcleos urbanos externos como a sede do município de Nossa Senhora da Glória.

## 4.8 Território Sul Sergipano

O território Sul Sergipano localiza-se no sul do Estado de Sergipe, sendo formado por onze municípios; Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba (Figura 4.9). O Sul Sergipano concentra 241.292 habitantes. É o segundo território mais populoso do Estado.

O Sul Sergipano apresenta clima quente e sub-úmido, sendo a área do Estado que apresenta a maior pluviosidade. Seus terrenos estão assentados nas Unidades Geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros e da Planície Costeira. Os municípios de Indiaroba, Estância e Santa Luzia do Itanhy se inserem na zona costeira sergipana. A cobertura vegetal é representada por formações do Bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados.

Figura 4.9 - Localização do Território de Planejamento do Sul Sergipano.



No que se refere a economia, o Território Sul Sergipano possui o terceiro melhor PIB do Estado de Sergipe, esse reflexo se dá pela presença de distribuidora de energia e indústrias



alimentícias. É o Território que produz cerca de 8% da riqueza do Estado, sendo superado pela Grande Aracaju e pelo Alto Sertão Sergipano (Sergipe, 2007).

Destaca-se pelas indústrias de construção civil, produtos minerais não-metálicos (cerâmicas), vestuário e acessórios, têxteis, alimentícios e bebidas, além de ser contemplado pela distribuidora de energia, SULGIPE, localizada no Município de Estância, estando no bloco dos quatro principais territórios mais industrializados do estado de modo a compor 6,8% do PIB industrial do Estado e 27% do PIB industrial de tudo que é produzido entre os setores da economia territorial.

## 5. OBJETIVO

O objetivo geral do PlanEA é estabelecer diretrizes, estratégias e metas direcionadas às Políticas Públicas de Educação Ambiental formal e não formal para o estado de Sergipe, como um instrumento orientador para a gestão e a prática de Educação Ambiental, visando à construção de sociedades sustentáveis, com um olhar crítico e emancipatório, e comprometidas com as mudanças nesse processo continuado de EA.

## 6. EIXOS TEMÁTICOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O PlanEA estabeleceu 08 Eixos Temáticos destacados e detalhados neste documento.



### 6.1 EIXO | Educação Ambiental Formal

O eixo Educação Ambiental formal, ou seja a Educação Ambiental realizada no ambiente escolar, já é prevista desde a Constituição Federal (Brasil, 1988) que, em seu inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Neste sentido, a constituição já assegura a realização de processos educativos e incube o poder público e toda a sociedade a sua realização. Com a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, foi reiterada a necessidade da implementação da EA ser ministrada a todos os níveis de ensino como forma de defesa ao meio ambiente. Com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que cria as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, se prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da

cidadania. A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, estabelece que deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, além de trazer a definição da Educação Ambiental na educação escolar, sendo aquela que é desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas. A legislação estadual também dimensiona a EA no âmbito formal e ainda complementa que ela deve ser implementada de forma interdisciplinar como prática educativa integrada, contínua e permanente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades e é reconhecida a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental. Sendo assim o eixo EA já contém um arcabouço legal, bastante amplo, porém carece de diretrizes contextualizadas para sua verdadeira efetivação no estado de Sergipe.

No estado a realização dos processos educativos de Educação Ambiental no âmbito escolar estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, de acordo com o disposto na Lei nº 6.882/2010, sendo a sua atuação de grande relevância.

As referidas ações, objetivos e metas relacionadas ao eixo Educação Ambiental Formal são apresentados nos quadros abaixo.



Quadro 6.1 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental Formal.

TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL				
EIXO: Educação Ambiental Formal				
<b>DIRETRIZ:</b> Ser inserido a Educação Ambiental nos currículos como eixo estruturante em todos os níveis e modalidades de ensino de forma transversal em conformidade com as Política Estadual e Nacional de Educação Ambiental				
AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO 10 Anos
<p>Resgatar o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas Sustentáveis com as práticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento a implementação da coleta seletiva efetiva nas escolas promoção de visitas aos pontos de reciclagem, aliando teoria e prática</li> <li>• Olimpíadas ambientais</li> <li>• Cine ambiental com abordagem as temáticas: água, ar, solo, resíduos sólidos, saneamento, consumo consciente</li> <li>• Implementação de calendário com ciclo de palestras com temáticas ambientais para pais de alunos e/ou responsáveis nas unidades de ensino de todos os níveis</li> </ul>	<p>Reconhecer a relevância da disseminação de boas práticas na educação formal em todos os níveis objetivando o efeito multiplicador</p>		<p>Política de cunho Estadual a ser incorporada na política municipal a partir do engajamento dos atores sociais (gestores educacionais, professores, secretarias de meio ambiente, de educação etc.)</p>	



## TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

Implementação de um setor (área) de coordenação no âmbito das secretarias municipais de meio ambiente para assessorar as escolas com palestras e projetos com profissionais capacitados	Abranger o escopo de atuação das secretarias de meio ambiente com vistas a dar suporte as instituições de ensino para implementação eficaz de projetos de cunho ambiental		Política de cunho Estadual requerendo interface com a política municipal a partir das deliberações entre Secretaria Estadual de Meio Ambiente/  Educação e Secretarias Municipais	
Implementação de cronograma de visitação no período letivo para a realização de aula campo em áreas de preservação ambiental (UCs, Parques, Florestas, RPPNs etc.)	Adotar calendário para realização de aulas de campo em áreas de preservação ambiental	Ação a ser deliberada e inserida no planejamento pedagógico anual de acordo com a realidade local (clima, logística, conteúdos a serem trabalhados)		
Disseminação das políticas públicas ambientais no cotidiano das escolas em cumprimento a Política Nacional de Meio Ambiente	Aplicar de forma efetiva os mecanismos e instrumentos de proteção ao meio ambiente de acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente vigente desde 1981	Material informativo existente, disponível em todas as esferas (federal, estadual, municipal)		



### TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

Criação de material instrucional como cartilhas, e-books e vídeos sobre o meio ambiente para ser trabalhado com os alunos em todos os níveis da educação formal	Elaborar instrumentos para a apropriação de conteúdos inerentes às questões ambientais para todos os níveis educacionais		Material a ser criado de acordo com a realidade de cada território com a contribuição de diversos atores sociais.	
---	--	--	---	--

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

#### EIXO: Educação Ambiental Formal

**DIRETRIZ:** Ser inserido a Educação Ambiental nos currículos como eixo estruturante em todos os níveis e modalidades de ensino de forma transversal em conformidade com as Política Estadual e Nacional de Educação Ambiental

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Inserção da Educação Ambiental como componente curricular nas escolas públicas e privadas de forma obrigatória e não facultativa	Inserir a disciplina “Educação Ambiental” no componente curricular escolar		Política de cunho Estadual a ser incorporada na política municipal a partir do engajamento dos atores sociais (gestores educacionais,	

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

			professores, secretarias de meio ambiente, de educação etc.)	
--	--	--	--	--

### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

#### EIXO: Educação Ambiental Formal

**DIRETRIZ:** Ser Inserido a Educação Ambiental nos currículos como eixo estruturante em todos os níveis e modalidades de ensino de forma transversal em conformidade com as Política Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Propor e estimular a reestruturação do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas para contemplar a criação de um Programa de Educação Ambiental.	Inserir no cotidiano escolar, por meio do PPP, programas de Educação Ambiental como uma prática inter, multi e transdisciplinar, contínua e permanente em todos os níveis de ensino.	Realizar ampla divulgação nas unidades escolares da importância da elaboração do PPP contemplando ações e programas de Educação Ambiental contínuas e interdisciplinares em todos os níveis e modalidade de ensino direcionadas as questões	Inserir, transversalmente, programas e ações contínuas de Educação Ambiental nas propostas curriculares e em documentos pedagógicos dos sistemas de ensino com base em documentos do Ministério da Educação: "Agenda	Propor metodologias para acompanhamento e avaliação das atividades de Educação Ambiental no âmbito do PPP das unidades escolares, bem como para

		socioambientais à nível local e global.	21 nas Escolas”, e “Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola”, norteando assim, o procedimento metodológico, interdisciplinar e multidisciplinar.	sistematização, disponibilização, intercâmbio e integração de experiências na área.
Fomentar a Implantação e implementação do Projeto Salas + Verdes nas escolas.	Incentivar a implantação e implementação de espaços para atuarem como centros de informação e formação dos discentes por meio de atividades teóricas/práticas de caráter educacional voltadas à conservação e uso sustentável do meio ambiente.	Ampliar e divulgar conhecimentos acerca do Projeto Salas + Verdes nas unidades escolares.	Estimular e apoiar Gestores Escolares a implementar o Projeto Salas + Verdes nas escolas.	Promover a criação e/ou adequação de espaço, no estabelecimento de ensino, que possibilite o desenvolvimento do Projeto Salas + Verdes.
Promover maior vivência no contexto da Educação Ambiental através de atividades complementares a educação, exemplo: trilhas interpretativas, palestras, seminários, oficinas relacionadas ao meio ambiente e relações sociais.	Promover atividades de Educação Ambiental, complementares e integradas ao Currículo Escolar, com ampliação de tempo, espaços e oportunidades de aprendizagem, que visam enriquecer e ampliar a formação crítica do aluno as questões socioambientais.	Incentivar educadores a promoverem oficinas, palestras, aula de campo, dentre outras atividades em consonância com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental para agregar e potencializar o processo educativo do alunado.	Mapear e viabilizar ambientes e, ou unidades de conservação, em âmbito local, que possam proporcionar a realização de atividades de Educação Ambiental complementares ao processo de ensino-	



			aprendizagem dos educandos.	
Fomentar Implantação e implementação do Programa A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública.	Incentivar a responsabilidade socioambiental por meio de um processo contínuo e progressivo para avanço em direção à sustentabilidade das atividades administrativas e operacionais das unidades escolares.	Promover campanhas informativas e palestras instrutivas aos gestores de unidades escolares sobre a implementação do Programa A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente.	Incentivar a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas atividades administrativas e operacionais das instituições de ensino.	

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

#### EIXO: Educação Ambiental Formal

**DIRETRIZ:** Ser Inserido a Educação Ambiental nos currículos como eixo estruturante em todos os níveis e modalidades de ensino de forma transversal em conformidade com as Política Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Fomentar oficinas de Educação Ambiental nas escolas e instituições em todos os níveis de ensino.	Promover e incentivar experiências de Educação Ambiental nos diversos níveis de ensino.	A ação depende de articulação entre os atores da Educação em seus diversos níveis de ensino, por		

## TERRITÓRIO CENTRO SUL

		<p>meio da inserção em seu planejamento e com base nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.</p>		
<p>Estimular parcerias entre instituições de ensino superior e nível técnico para realizar e difundir ações ligadas ao meio ambiente.</p>	<p>Promover o intercâmbio entre instituições para formação de grupos voltados às questões socioambientais.</p>		<p>A ação depende de articulação entre os atores da Educação em seus diversos níveis de ensino, por meio da inserção em seu planejamento e com base nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.</p>	
<p>Inserir na grade curricular da educação básica conteúdos voltados para reciclagem dos resíduos sólidos secos e úmidos, dentro dos temas transversais e de forma multidisciplinar.</p>	<p>Desenvolver experiências de Educação Ambiental na educação visando à compreensão de suas relações com o consumo sustentável.</p>			<p>A ação estar sujeito de regulamentação pelo poder público em articulação com as Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.</p>



## TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

### EIXO: Educação Ambiental Formal

**DIRETRIZ:** Ser inserido a Educação Ambiental nos currículos como eixo estruturante em todos os níveis e modalidades de ensino de forma transversal em conformidade com as Política Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Formação de professores para trabalhar com Educação Ambiental	Fornecer formação aos professores em todos os níveis de ensino no intuito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da PNEA	Amparado pelo Art. 11 da Política Nacional de Educação Ambiental que preconiza a inserção da dimensão ambiental no currículo de formação dos professores		
Incentivar a criação de escolas sustentáveis (currículo/gestão/infraestrutura)	Incidir com práticas sustentáveis e pensamento socioambiental crítico no contexto escolar por meio da promoção de espaços que contem com os recursos materiais e humanos adequados		Política pública a ser implementada no âmbito estadual com inserção nos municípios	

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

Incentivar a implantação de Salas Verdes nas escolas	Contribuir com as discussões da temática socioambiental e cultural nas escolas por meio da implantação de espaços educadores para atuarem como centros de informação e formação ambiental	Adesão ao Projeto Salas Verdes, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e amparado pelas Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental		
--	---	---	--	--

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental Formal

**DIRETRIZ:** Ser inserido a Educação Ambiental nos currículos como eixo estruturante em todos os níveis e modalidades de ensino de forma transversal em conformidade com as Políticas, Estadual e Nacional de Educação Ambiental

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO 10 Anos
Difundir boas práticas unindo comunidades, escolas e instituições que desenvolvem e praticam ações ambientais	Conhecer as ações relevantes na área ambiental praticadas na educação formal em todos os níveis, por escolas, comunidades e instituições locais.	Difusão de boas práticas ambientais incorporadas pelos atores sociais responsáveis, através de parcerias institucionais, em consonância com a		



		política ambiental estadual e municipal.		
Incentivar cursos de formação para Trilheiros de base das comunidades locais a fim de promover a educação formal em espaços não formais	Formar Trilheiros das comunidades locais, capacitados para realizar a Educação Ambiental em espaços não formais, incentivando a participação individual e coletiva na preservação ambiental.		Realizar cursos de formação para trilheiros, em parceria com instituições públicas e privadas, viabilizando o conhecimento de projetos ambientais nos espaços não formais.	
Estimular a utilização pela comunidade escolar de espaços ecopedagógicos nos municípios	Integração e conhecimento da comunidade escolar, dos espaços ecopedagógicos locais.	Inserir no planejamento pedagógico anual um calendário para a realização de aulas de campo nos espaços ecopedagógicos municipais.		
Estimular eventos como, fórum estadual permanente de Educação Ambiental no dia 05 de junho (dia nacional do meio ambiente)	Divulgar ações relacionadas com o meio ambiente e estimular a participação de instituições municipais formais e não formais nesses eventos.	Inserir no currículo escolar, ações continuadas de Educação Ambiental, de acordo com a Lei 9.795, Política Nacional de Educação Ambiental.		

## TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

### EIXO: Educação Ambiental Formal

**DIRETRIZ:** Ser inserido a Educação Ambiental nos currículos como eixo estruturante em todos os níveis e modalidades de ensino de forma transversal em conformidade com as Política Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Inserção de práticas extensionistas– a escola vai à comunidade (consumo consciente água, energia, arborização nativa, coleta seletiva preservação do meio ambiente e da biodiversidade, trilhas interpretativas).	Sensibilizar a comunidade por meio dos alunos como multiplicadores, com o objetivo de conscientizar sobre a importância do meio ambiente.		Política pública a ser implementada em médio prazo.	
Criação de calendário para eventos de discussões com temáticas ambientais (palestras, oficinas, mostras, feiras, cine ambiental).	O objetivo de ação é inserir no currículo escolar as ações de forma programada e continuada de Educação Ambiental. Ação norteadada pela lei 9.795 (Política Nacional de Educação Ambiental) que traz como princípio a garantia de continuidade e permanência do processo educativo da Educação Ambiental nas instituições de ensino.	Política pública a ser implementada em curto prazo.		

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

### EIXO: Educação Ambiental Formal

**DIRETRIZ:** Ser Inserido a Educação Ambiental nos currículos como eixo estruturante em todos os níveis e modalidades de ensino de forma transversal em conformidade com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Fortalecimento de Normativas que formalizem a Educação Ambiental em escolas.	Incentivar a Implementação dentro das instituições públicas de ensino programas de Educação Ambiental integrados aos componentes curriculares já existentes na escola. E promover o conhecimento de professores, alunos, servidores e demais funcionários das instituições de ensino a respeito da existência das normativas que visam a proteção ambiental.		Fomentar a criação de uma equipe com representantes das instituições de ensino público e privado em especial educadores e servidores representantes dos alunos e da sociedade para discutir a respeito da efetivação das normativas de Educação Ambiental existentes na localidade; discutir sobre os problemas	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

			<p>ambientais local e a melhor forma de trabalhar as normativas nas escolas públicas e privadas, de modo que se possa estabelecer ações criativas de EA para trabalhar com os alunos, educadores e servidores dentro das instituições de ensino.</p> <p>Motivar a incorporar às disciplinas já existentes na instituição de ensino conteúdos voltados para o desenvolvimento da ética ambiental individual e coletiva como um meio de aplicabilidade da normativa nacional de EA. (PNEA, 1999, Art. 10, § 3).</p>	
--	--	--	---	--

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

<p>Intensificar a sensibilização ambiental em todos os setores educacionais públicos ou privados.</p>	<p>Sensibilizar alunos, educadores e servidores a respeito da problemática ambiental e dos possíveis meios de soluções despertar no público escolar um senso crítico construtivo a respeito dos problemas ambientais vigentes, como mudanças climáticas, descarte inadequado dos resíduos sólidos e crise hídrica, de modo a incentivar a democracia e práticas individuais e coletivas desses educadores, alunos, servidores e demais funcionários no seu dia a dia dentro da escola e fora dela.</p>		<p>A partir das ações fomentadas no item anterior, por como o incentivo voltado para implementação de jogos lúdicos e interativos voltados para EA com crianças e adolescentes nas escolas públicas e privadas; incentivar a implementação de aplicativos onde tanto alunos, funcionários e servidores de órgãos públicos e privados tenham acesso e, nesse aplicativo, possam expor suas ideias, soluções e atividades que desejam realizar dentro das escolas a respeito da questão ambiental local. De modo que o aplicativo seja desenvolvido pelos</p>	
---	--	--	---	--



## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

próprios alunos junto a seus professores.

Motivar a realização de palestras, trilhas, seminários, feira de Educação Ambiental, gincanas onde serão trabalhados temas voltados para o meio ambiente, exposição de produtos recicláveis, reutilizáveis e etc., proporcionar jogos e campeonatos voltados para sensibilização a respeito do meio ambiente, visitas a lugares de reserva legal com alunos, educadores e servidores, fomentar o ecoturismo voltado para a Educação Ambiental local.

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

			<p>Proporcionar uma vez por mês uma formação para os educadores a respeito da Educação Ambiental (PNEA, 1999, Art. 11).</p>	
<p>Estimular a criação de projetos que tornam o aluno protagonista dos processos ambientais.</p>	<p>O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia (PNEA, Art. 5º, VI).</p>		<p>Incentivar a elaboração de projetos voltados para o público escolar que estimule a integração entre a ciência, tecnologia e cidadania. (PNEA, 1999).</p>	
<p>Propor e fortalecer parcerias com instituições de educação superior e pesquisa e as escolas.</p>	<p>Trabalhar a questão ambiental de forma integrada entre instituições públicas e privadas de todas as modalidades de ensino.</p>		<p>Os projetos citados no item anterior podem ser elaborados e desenvolvidos por meio de parcerias</p>	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

			<p>entre as universidades públicas e privadas com as instituições de ensino de nível fundamental e médio. E ainda as parcerias pode se estender a empresas que estimula e patrocina pesquisas científicas nas instituições de ensino médio, técnico e técnico integrado.</p>	
<p>Promover a implementação de plataformas digitais que divulguem as associações, cooperativas de catadores de material reciclável.</p>	<p>A difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental.</p>	<p>Impulsionar a e implementar mídias sociais nas escolas para divulgar a importância das associações de catadores de materiais recicláveis.</p>		

## 6.2 EIXO | Educação Ambiental não-formal

O eixo Educação Ambiental não-formal, de acordo com a Lei nº 9.795/1999, refere-se às ações/processos e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Sendo que o Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: I- a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; II- a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à Educação Ambiental não-formal; III- a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de Educação Ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais; IV- a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V- a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; e VI- a sensibilização ambiental dos agricultores; VII- o ecoturismo.

Tal eixo se torna de grande relevância na atualidade uma vez que tem por missão trabalhar os valores e princípios da Educação Ambiental fora do ambiente escolar, buscando o envolvimento de todos para alcançar sociedades mais justas pautadas na justiça ambiental. Além de transversalizar as políticas públicas de forma a orientar a realização de uma Educação Ambiental que seja realmente transformadora, emancipatória, democrática, dialógica, crítica, que valoriza os saberes os fazeres com a diversidade de olhares da cultura sergipana de forma contextualizada, com a realidade do estado.

As referidas ações, objetivos e metas relacionadas ao eixo Educação Ambiental Não Formal são apresentados nos quadros abaixo.



Quadro 6.2 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental Não Formal.

TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL				
EIXO: Educação Ambiental Não Formal				
<b>DIRETRIZ:</b> Propor ações continuadas e a formação de atores e gestores na área de Educação Ambiental de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações de acordo com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental				
AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Fomentar o turismo ecológico com base comunitária com capacitação de condutores ambientais locais	Inserir o turismo ecológico como atividade econômica propulsora capaz de desencadear o desenvolvimento local sustentável	Programa Nacional Turismo Sustentável/2018 modelo de política pública já existente, foi estabelecida na esfera federal com penetração em escala estadual e municipal		
Estimular a realização de ações com foco na arborização em áreas urbanas com a plantação de espécies nativas, a partir de parcerias com instituições públicas e privadas	Compreender a importância da manutenção das áreas verdes e da vegetação nativa para o equilíbrio ambiental, preservação/manutenção da biodiversidade, qualidade do ar e preservação dos lençóis freáticos	Em cumprimento ao que rege o Código Florestal Brasileiro Lei 12.727/2012 – este, estabelece os limites de <i>uso da propriedade</i> , devendo-se <i>respeitar a vegetação</i> existente na terra, considerada bem		

### TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

		de interesse comum a todos os habitantes		
Incentivar o planejamento das ações desenvolvidas e executadas pelas comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos), por meio de eventos regulares com o objetivo de disseminar os conceitos em Educação Ambiental praticadas por esses atores sociais	Sistematizar as ações já desenvolvidas transformando-as em instrumento de disseminação dos saberes populares de forma continuada	Em cumprimento a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007) objetivando a adoção do Desenvolvimento Sustentável		
Fomentar a disseminação de boas práticas ambientais (preservação do meio ambiente, biodiversidade) através de instrumentos informacionais como palestras, eventos, posts nas mídias sociais para os diferentes setores da sociedade	Construir arcabouço teórico-metodológico com conteúdos a serem trabalhados a partir de uma base interdisciplinar com a convergência de diversos saberes, inserindo questões inerentes a diversidade, inclusão de forma gratuita e acessível	Inserção de conteúdos nos canais de comunicação de acordo com a realidade de cada território		
Implementação de pontos de entrega voluntária (PEVs) de resíduos sólidos (eletrônico, material reciclável, óleo comestível, pilhas e baterias) agregando valor para as cooperativas locais estimulando o protagonismo dos catadores transformando-os em agentes propulsores da Política Nacional de Resíduos Sólidos	Abranger o escopo de atuação dos catadores de material reciclável, utilizando os PEVs como ferramentas de divulgação permanente de boas práticas para o meio ambiente a partir do estabelecimento de parcerias público-privadas	Em cumprimento a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida desde 2010		

## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

### EIXO: Educação Ambiental Não Formal

**DIRETRIZ:** Propor ações continuadas e a formação de atores e gestores na área de Educação Ambiental de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações de acordo com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Incentivo à criação de programas de conscientização de grandes fazendeiros para produção agroflorestal através de incentivo fiscal.	Estimular programas de incentivo e conscientização de grandes fazendeiros para produção agroflorestal através de incentivo fiscal.		Em cumprimento ao que rege o Código Florestal Brasileiro Lei 12.727/2012 – este, estabelece os limites de uso da propriedade, devendo-se respeitar a vegetação existente na terra, como também ao uso do solo em áreas de Reserva Legal, que permite a produção agroflorestal	

## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

Incentivo à criação de programas de arborização local com engajamento de jovens e crianças e outros públicos interessados	Incentivar programas de arborização local com engajamento de jovens e crianças e outros públicos interessados	Estabelecimento de parcerias entre os atores públicos, privados e terceiro setor		
Criação de fomento para editais que possam beneficiar entidades que desenvolvam projetos de Educação Ambiental por meio de captação de recursos público/privado	Buscar o fomento para criação de editais que possam beneficiar entidades que desenvolvam projetos de Educação Ambiental através da captação de recursos público/privado	Estabelecimento de parcerias entre os atores públicos, privados e terceiro setor		
Fortalecimento e ampliação do ecoturismo como ferramenta de Educação Ambiental	Fortalecer e ampliar o ecoturismo como ferramenta de Educação Ambiental	Programa Nacional Turismo Sustentável/2018 modelo de política pública já existente, foi estabelecida na esfera federal com penetração em escala estadual e municipal		
Criação de programas para incentivar a recuperação e a preservação ambiental, a exemplo do pagamento por serviço ambiental (PSA) para o fortalecimento da Educação Ambiental	Desenvolver programas para incentivar a recuperação e a preservação ambiental para o fortalecimento da Educação Ambiental	Estabelecimento de parcerias entre os atores públicos, privados e terceiro setor		
Apoio para a implementação de dotação orçamentária no planejamento anual do município com destinação ao fundo municipal de meio ambiente, objetivando fortalecimento de processos de Educação Ambiental	Estimular a previsão de dotação orçamentária no planejamento anual do município com destinação ao fundo municipal de meio ambiente, objetivando fortalecimento de processos de Educação Ambiental			Política de cunho Estadual requerendo interface com a política municipal a



### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

				partir das deliberações entre Secretaria Estadual de Meio Ambiente/ Educação e Secretarias Municipais
--	--	--	--	---

### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

#### EIXO: Educação Ambiental Não Formal

**DIRETRIZ:** Propor ações continuada e a formação de atores e gestores na área de Educação Ambiental de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações de acordo com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Promover a orientação de boas práticas voltadas para os trabalhadores rurais sobre as questões ambientais, mediante mecanismo informais sobre a economia dos recursos naturais, os quais são regidos pela economia de escassez e oferta de demanda.	Promover a sensibilização e formação dos trabalhadores rurais, sobre formas de manejo dos recursos naturais na produção agrícola e na agroindústria alicerçadas em estratégias de desenvolvimento sustentável.	Estimular a promoção de campanhas educativas nos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sobre a importância de garantir a	Criar e incentivar mecanismos de difusão de pesquisas científicas acerca de práticas sustentáveis nas atividades rurais, com base na economia verde.	

		sustentabilidade nos meios de produção rural como também difundir o <i>Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono)</i> .		
Estimular parcerias educativas de sensibilização ambiental sobre a importância das empresas privadas na gestão ambiental e propostas relativas, como o fortalecimento de incentivos fiscais (inserção de impostos) para empresas que adotem políticas sustentáveis.	Incentivar o setor privado, por meio de incentivos fiscais, a adotarem políticas de produção em conformidade com as políticas de sustentabilidade ambiental.	Incentivar as instituições privadas a adotarem práticas sustentáveis articulando as políticas de produção a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.	Estimular o uso, do setor privado, de práticas sustentáveis e internalizar valores de ecoeficiência nos meios de produção.	Propor mecanismos de integração entre as práticas de sustentabilidade e Educação Ambiental e os meios de produção realizadas em empresas privadas.
Incentivar a execução de ações de Educação Ambiental para a importância das Unidades de Conservação (UCs), como também, promover e fomentar parcerias entre institutos, universidades e unidades de conservação para realizar projetos de pesquisa e extensão no âmbito da Educação Ambiental e conservação do meio ambiente.	Incentivar e incrementar o diálogo, a cooperação e o trabalho em rede entre órgãos gestores de UCs, estabelecimentos de ensino e pesquisa dentre outras instituições sociais para promoção de ações de pesquisa e extensão com base na Educação Ambiental voltadas para valorização da Unidades de Conservação.	Estimular a articulação interinstitucional (instituições de ensino e órgãos gestores das UCs) para adoção e execução da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (Encea).	Promover ações de Educação Ambiental voltadas para a importância das Unidades de Conservação conforme as diretrizes e princípios da PNEA e SNUC.	
Fomentar a realização de eventos artísticos e interativos de modo a atrair o público jovem para as questões ambientais.	Promover a criação de estruturas de produção artísticas, acessível ao público jovem, que possibilitem a		Incentivar a criação e, ou ampliação da abertura de editais e seleções públicas para destinação de	

	reflexão acerca das questões ambientais inéditas e emergentes.		recursos do orçamento público do estado e dos municípios para que sejam promovidos eventos artísticos, para o público jovem, que versem sobre as temáticas ambientais como também para a difusão do Manual Orientador Coletivo Jovens de Meio Ambiente do MMA.	
Fomentar projetos de arborização em parceria com proprietários de grandes empresas.	Constituir e aprofundar parcerias com a iniciativa privada estabelecendo cooperações técnicas (bi ou multilaterais) que fortaleçam a criação e, ou ampliação de projetos e ações de arborização e Educação Ambiental.	Promover ações educativas para proporcionar melhor compreensão do valor da arborização junto a iniciativa privada e à sociedade civil.		Estimular a concessão de incentivos fiscais a iniciativa privada que promovam projetos de arborização e Educação Ambiental.

## TERRITÓRIO CENTRO SUL

### EIXO: Educação Ambiental Não Formal

**DIRETRIZ:** Propor ações continuada e a formação de atores e gestores na área de Educação Ambiental de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações de acordo com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

**TERRITÓRIO CENTRO SUL**

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Fomentar a doação dos resíduos sólidos recicláveis dos pequenos, médios e grandes geradores oriundos do comércio e empresas às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.	Compreender a importância da destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recicláveis.		Ação estar sujeita da inserção de diversos atores da sociedade, por meio de ações continuadas para sensibilização a respeito do tema com base nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	
Incentivar a população a separar os resíduos sólidos em orgânicos, recicláveis e rejeitos para facilitar a coleta	Ampliar a participação da população nas ações de coleta seletiva de resíduos sólidos.		Ação estar sujeita da inserção de diversos atores da sociedade, por meio de ações continuadas para sensibilização a respeito do tema com base nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	

## TERRITÓRIO CENTRO SUL

<p>Associar a Educação Ambiental a todos os níveis de eventos oficiais nos municípios.</p>	<p>Demonstrar o desenvolvimento da Educação Ambiental, a partir de processos metodológicos participativos, valorizando a diversidade cultural, os saberes e as especificidades de gêneros e etnias;</p>	<p>Ação estar sujeita da inserção desses temas no planejamento dos eventos realizados nos municípios de acordo com a realidade local e de acordo com as Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.</p>		
<p>Propor as câmaras legislativas parcerias com entidades de Educação Ambiental, cooperativas e associações para fomentar as ações de Educação Ambiental.</p>	<p>Viabilizar a interlocução dos diversos segmentos da sociedade civil com o poder público, em relação a ações de Educação Ambiental.</p>			<p>A ação depende de regulamentação pelo poder público em articulação com as Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.</p>
<p>Fortalecer a participação do poder público municipal na capacitação de seus agentes de saúde, agente de endemias, cooperativas e associações de resíduos sólidos em Educação Ambiental.</p>	<p>Promoção da integração com a área da saúde em ações de Educação Ambiental.</p>		<p>A ação depende de regulamentação pelo poder público em articulação com as Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal,</p>	



### TERRITÓRIO CENTRO SUL

			Estadual e Nacional e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	
--	--	--	--	--

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

#### EIXO: Educação Ambiental Não Formal

**DIRETRIZ:** Propor ações continuadas e a formação de atores e gestores na área de Educação Ambiental de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações de acordo com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Estimular a criação e implantação de Fóruns, Planos e Programas de Educação Ambiental em parceria com ONG's, empresas, associações e cooperativas	Contribuir com as discussões e o planejamento de ações de Educação Ambiental por meio da atuação conjunta entre organizações da sociedade civil e os setores público e privado		Ação a ser implementada no âmbito estadual com inserção nos municípios; carece de parcerias intersetoriais	
Fortalecer a criação de mecanismos de diálogos dos saberes e fazeres das comunidades tradicionais e do campo	Promover espaços de partilha da sabedoria popular a fim de fortalecer o senso de comunidade no que tange às práticas socioambientais	Estratégia a ser implementada no âmbito municipal; carece da utilização de recursos humanos		



### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

Estimular e estruturar os espaços e equipamentos públicos para a realização de processos de Educação Ambiental	Proporcionar condições favoráveis à utilização dos espaços públicos para a execução de atividades voltadas para a Educação Ambiental		Estratégia a ser implementada no âmbito estadual com inserção nos municípios	
--	--	--	--	--

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental Não Formal

**DIRETRIZ:** Propor ações continuadas e a formação de atores e gestores na área de Educação Ambiental de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações de acordo com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

AÇÕES	AÇÕES	AÇÕES		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Estimular programas de ações no fortalecimento da Educação Ambiental nos municípios, como por exemplo, a A3P, a Agenda Ambiental e o Projeto salas mais verdes, como espaço de formação	Estimular programas de ações no fortalecimento da Educação Ambiental nos municípios, como por exemplo, a A3P, a Agenda Ambiental e o Projeto salas mais verdes, como espaço de formação	Estimular programas de ações no fortalecimento da Educação Ambiental nos municípios, como por exemplo, a A3P, a Agenda Ambiental e o Projeto salas mais verdes, como espaço de formação	Estimular programas de ações no fortalecimento da Educação Ambiental nos municípios, como por exemplo, a A3P, a Agenda Ambiental e o Projeto salas mais verdes, como espaço de formação	Estimular programas de ações no fortalecimento da Educação Ambiental nos municípios, como por exemplo, a A3P, a Agenda Ambiental e o Projeto salas

**TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO**

				mais verdes, como espaço de formação
Incentivar a criação de espaços como “stands”, em pontos específicos para apresentação de palestras, seminários, discussões e produções de cartilhas sobre mudanças climáticas, meio ambiente e sua conservação	Incentivar a criação de espaços como “stands”, em pontos específicos para apresentação de palestras, seminários, discussões e produções de cartilhas sobre mudanças climáticas, meio ambiente e sua conservação	Incentivar a criação de espaços como “stands”, em pontos específicos para apresentação de palestras, seminários, discussões e produções de cartilhas sobre mudanças climáticas, meio ambiente e sua conservação	Incentivar a criação de espaços como “stands”, em pontos específicos para apresentação de palestras, seminários, discussões e produções de cartilhas sobre mudanças climáticas, meio ambiente e sua conservação	Incentivar a criação de espaços como “stands”, em pontos específicos para apresentação de palestras, seminários, discussões e produções de cartilhas sobre mudanças climáticas, meio ambiente e sua conservação
Estimular o fortalecimento das áreas de preservação ambiental, através de ações de reflorestamento, combate ao desmatamento, queimadas e recuperação das áreas degradadas	Estimular o fortalecimento das áreas de preservação ambiental, através de ações de reflorestamento, combate ao desmatamento, queimadas e recuperação das áreas degradadas	Estimular o fortalecimento das áreas de preservação ambiental, através de ações de reflorestamento, combate ao desmatamento, queimadas e recuperação das áreas degradadas	Estimular o fortalecimento das áreas de preservação ambiental, através de ações de reflorestamento, combate ao desmatamento, queimadas e recuperação das áreas degradadas	Estimular o fortalecimento das áreas de preservação ambiental, através de ações de reflorestamento, combate ao desmatamento, queimadas e recuperação das áreas degradadas

## TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

### EIXO: Educação Ambiental Não Formal

**DIRETRIZ:** Propor ações continuada e a formação de atores e gestores na área de Educação Ambiental de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações de acordo com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Incentivar a realização de cursos de capacitação para agentes ambientais, comunitários de saúde e de endemias, para estes sensibilizarem sobre a gestão dos resíduos recicláveis e reutilizáveis.	A Política Nacional de Educação Ambiental tem como objetivo o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania, com isso essa ação vem para incentivar a comunidade na gestão consciente dos resíduos produzidos em seus territórios.		Política pública a ser implementada em médio prazo.	
Estimular a atuação dos agentes ambientais municipais em eventos de grande porte e feiras livres, disseminando sobre o descarte correto dos recicláveis e reutilizáveis, com prática no próprio evento através de eco pontos.	Reduzir a produção de resíduos nos eventos públicos e privados, feiras livres e no cotidiano da população, essa ação tem o		Política pública a ser implementada em médio prazo.	



## TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

	<p>objetivo de instruir a comunidade local sobre o valor de segregar o resíduo sólido de forma correta, orientando e destinando corretamente os resíduos. Como exemplo a instalação de eco pontos para resíduos recicláveis.</p>			
<p>Orientar a adesão de programas federais, como exemplo ao projeto “Sala mais verde” do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver ações de Educação Ambiental com a comunidade.</p>	<p>O Projeto Salas Verdes tem como objetivo incentivar a implantação de espaços educadores para atuarem como centros de informação e formação ambiental em todo o país. A adesão de programas como esse tem o objetivo de desenvolver os municípios por meios de programas já consolidados pelo governo federal, servindo de exemplo para que programas locais sejam desenvolvidos e implantados.</p>	<p>Política pública a ser implementada em curto prazo.</p>		

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

### EIXO: Educação Ambiental Não Formal

**DIRETRIZ:** Propor ações continuada e a formação de atores e gestores na área de Educação Ambiental de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações de acordo com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Apoio financeiro e institucional as ONGs e terceiro setor para que eles promovam mais mobilização popular sobre as questões do ambiente e da sustentabilidade.	Proporcionar o fortalecimento das ONGs e terceiro setor para que possam dá continuidade a seus trabalhos voltados para defesa e proteção ambiental e práticas de sustentabilidade.		<p>Incitar a instituição de um fundo financeiro de apoio as ONGs e terceiro setor por parte do governo local em parceira com instituições privadas.</p> <p>Proporcionar o incentivo a abertura de eventos, como feiras expositivas e de venda de material reciclável, reutilizável e artesanal para angariar fundo para as Organizações não</p>	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

			<p>governamentais. Onde o que for vendido pode ser confeccionado pelas próprias ONGs e pessoas da comunidade.</p> <p>Instigar a realização de oficinas e cursos para confecção de produtos a partir de material reciclável e produção artesanal. Os cursos e oficinas serão ministrados pelas próprias ONGs ou voluntários da sociedade em parceria com o poder público e privado e teriam uma taxa simbólica cobrada aos participantes e os produtos confeccionados vendidos nos eventos, sendo 50% do que for</p>	
--	--	--	---	--

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

			<p>vendido pode ir para as ONGs e os outros 50% para os custos com o evento e o curso.</p>	
<p>Maior incentivo financeiro do setor público Voltado a coleta seletiva e reciclagem de de resíduos sólidos.</p>	<p>Incentivar a coleta seletiva a e reciclagem e proporcionar uma fonte de renda para os catadores de material reciclável.</p>		<p>Incentivar catadores de material recicláveis com obtenção de prêmios, onde quem conseguisse coletar e vender o maior quantitativo de material reciclável seria contemplado pelo prêmio. O prêmio pode ser um apoio financeiro e um troféu simbólico.</p> <p>instigar a abertura e o desenvolvimento de cooperativas e de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (PNRS, 2010, Art. 8º, IV).</p>	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

			<p>Promover o desenvolvimento de projetos solidários voltados para a gestão dos resíduos sólidos (PNRS, Art. 42, III).</p>	
<p>Instigar a criação projetos de incentivo e implementação dá compostagem.</p>	<p>Reciclar os resíduos sólidos orgânicos para obtenção de fertilizantes orgânicos que possam ser utilizados na agricultura local.</p> <p>Reduzir o descarte dos resíduos orgânicos e os custos com o aterro sanitário para destino final desse resíduo.</p> <p>Promover a sensibilização ambiental dos agricultores (PNEA, 1999, Art. 13, VI).</p>		<p>Estimular à implementação de sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido (PNRS, 2010, Art. 36, V).</p> <p>Incentiva cursos técnicos de pequeno prazo para as comunidades rurais sobre compostagem conforme a PNEA que se refere a capacitação de</p>	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

			recursos humanos (PNEA, Art. 8º, i e § 20).	
Sensibilizar o Poder Público a promover ações para conservação de áreas de proteção ambiental.	<p>Promover a sensibilização ambiental das populações ligadas às unidades de conservação (PNEA, 1999, art.13, V e SNUC, Art. 4º, XIII).</p> <p>Combater o desmatamento de remanescentes de mata atlânticas e das Unidades de Conservação (UCs).</p> <p>Sensibilizar a população a respeito da importância das áreas de proteção ambiental.</p>		<p>Cobrança de medidas e ações por parte da sociedade ao poder público para promover a preservação da UCs, uma vez que é de responsabilidade de órgãos públicos prezar por essas áreas (SNUC, Art. 6º).</p>	
Incentivar a adesão dos empreendimentos a Agenda 2030 (ODS) para que suas ações sejam voltadas a sustentabilidade.	<p>Promover o desenvolvimento local de forma integrada aos pilares de sustentabilidade, onde cada empreendimento possa se voltar não apenas para a economia, como também para preservação do meio</p>		<p>Fomentar programas de incentivo ao desenvolvimento sustentável;</p> <p>proporcionar políticas de incentivo ao combate das mudanças climáticas.</p>	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

	<p>ambiente e a promoção social.</p> <p>Promover a inclusão social, a gestão ambiental e ações de Educação Ambiental dentro dos empreendimentos.</p> <p>Desenvolver o princípio de ética ambiental, cidadania e o senso de pertença de empreendedores, empresários, assim como clientes ao meio ambiente.</p>		<p>Adesão por parte do poder público ao programa de erradicação a pobreza promovido pela ONU.</p>	
--	---	--	---	--

### **6.3 EIXO | Educação Ambiental e Educomunicação**

O eixo da Educomunicação se aproxima do campo da Educação Ambiental na perspectiva de uma comunicação popular educadora, autonomista e democrática. Ela se torna o campo de estudos e de práticas metodológicas pois trabalha o olhar da comunicação, exercendo um papel diferenciado nos processos educativos, utilizando como ferramentas midiáticas e de comunicação construídas a partir de pessoas “comuns” com seus saberes, e não profissionais da área. Esse campo vem se materializando e se institucionalizando por meio de planos, programas e projetos (Brasil, 2008), em diversos movimentos, uma vez que a era tecnológica tem, cada vez mais, oferecido instrumentos para a produção de informação de forma mais democrática.

Quando se fala de Educomunicação tem-se como objetivo promover processo, prover a popularização do uso dos meios de comunicação com o diálogo interativo e constante entre estudantes, educadores, pesquisadores, comunidade e comunicólogos, entre outros profissionais, podendo estar relacionados a movimentos educadores não-formais e informais.

Tal eixo visa qualificar o processo educador para que haja a organização de um fluxo formador permanente e biorregionalmente para que cada localidade possa produzir de forma orgânica as informações relevantes com características próprias favorecendo seu empoderamento e pertencimento relativo à sua cultura.

A educomunicação trata de envolver todos no processo de construção da informação, cada um com seu saber e sua experiência por meio de um processo democrático e participativo, além de trabalhar o acesso à informação de forma inclusiva para todos e todas.

As referidas ações, objetivos e metas relacionadas ao eixo Educação Ambiental e Educomunicação são apresentados nos quadros abaixo.

Quadro 6.3 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental e Educomunicação.

TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL				
EIXO: Educação Ambiental e Educomunicação				
<b>DIRETRIZ:</b> Incentivar a criação de núcleos de educomunicação socioambiental em toda instancia social com o envolvimento de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações				
AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Vídeos de realidade virtual para visitação ao Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNA) e demais UCs do Estado de Sergipe	Promover o conhecimento sistêmico de todas as áreas de preservação identificadas no âmbito estadual		Política estadual demanda recursos financeiros para elaboração de material para ser distribuído para os 75 municípios sergipanos	
Elaboração de jogos digitais contemplando conteúdos inerentes às questões ambientais compartilhados na rede de forma gratuita	Estimular o uso das ferramentas digitais para atingimento do público da “ <b>geração y, z</b> ” desencadeando o pensar global e agir local		Converge com o Projeto de Lei 1324/21 que estabelece o uso de jogos eletrônicos como prática pedagógica na educação básica brasileira.	
Implementação de ferramentas de comunicação eficazes como podcasts e books, infoprodutos com discussão ativa com diversos atores sobre as questões ambientais	Inovar o processo de comunicação para torna-lo mais eficiente e eficaz com	Utilização de recursos humanos		



### TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

vídeos/posts em redes sociais, ciclos de palestras online/presencial	consequente ampliação do público atingido	e materiais já existentes		
Capacitação de atores sociais na esfera ambiental para o uso adequado das ferramentas digitais, bem como para captação de recursos financeiros	Identificar potenciais formadores de opinião para engajamento e compreensão das ferramentas digitais tornando-os multiplicadores de informação e sujeitos ativos para captação de recursos financeiros	No âmbito dos conselhos municipais de meio ambiente/ educação		
Criação de aplicativos com disseminação de boas práticas em Educação Ambiental através de salas virtuais (google for education) disponível para a população	Utilizar ferramentas gratuitas disponíveis potencializando a disseminação dos conteúdos propostos para toda a população	Ferramentas já existentes de acesso gratuito para toda a população		

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

#### EIXO: Educação Ambiental e Educomunicação

**DIRETRIZ:** Incentivar a criação de núcleos de educomunicação socioambiental em toda instancia social com o envolvimento de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO



## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

Estímulo ao uso dos meios de comunicação para a conscientização ambiental (exemplo: televisão, rádio, mídias sociais e outros)	Incentivar o uso dos meios de comunicação para a conscientização ambiental	Utilização de recursos humanos e materiais já existentes		
Apoio quanto à garantia de parte das compensações financeiras aplicadas por multas ambientais para o custeio de divulgação em meios de comunicação	Promover o direcionamento das compensações financeiras aplicadas por multas ambientais para o custeio de divulgação em meios de comunicação		Converge com o Projeto de Lei Federal 9.985/2000 que determina a compensação ambiental nos casos de licenciamento ambiental com significativo impacto ambiental em Unidades de Conservação.	
Apoio na criação de editais públicos para a publicidade das ações de Educação Ambiental	Incentivar a criação de editais públicos para a publicidade das ações de Educação Ambiental	Mobilização das secretarias estaduais de educação e meio ambiente para esta finalidade		
Criação de campanhas publicitárias educativas sobre o impacto humano no meio ambiente	Estimular campanhas publicitárias sobre o impacto causado no meio ambiente	Utilização de recursos humanos e materiais já existentes		



## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

### EIXO: Educação Ambiental e Educomunicação

**DIRETRIZ:** Incentivar a criação de núcleos de educomunicação socioambiental em toda instancia social com o envolvimento de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Incentivar a criação e, ou ampliação das plataformas digitais com informações das ações ambientais dos municípios e cursos de capacitação em Educação Ambiental.	Promover o acesso democrático dos cidadãos à produção e difusão da informação ambiental como também facilitar o processo ensino-aprendizagem em Educação Ambiental por meio do uso criativo dos meios de comunicação e de suas tecnologias.	Incentivar a apropriação dos meios de comunicação e produção de informações pelas comunidades e instituições envolvidas com ações e projetos de Educação Ambiental.	Fortalecer instrumentos jurídicos que garantem a elaboração, implementação e, ou ampliação de plataformas digitais voltadas a capacitação em Educação Ambiental, comunicação e informação ambiental nos municípios.	Desenvolver um programa de formação e treinamento de profissionais da mídia na área do desenvolvimento socioambiental, no âmbito municipal.
Promover mobilização social por meio das mídias sociais para divulgar as cooperativas e associações de coleta seletiva do município.	Contribuir para uma maior visibilidade e reconhecimento social das instituições de coleta seletiva.	Realizar a mobilização dos Consórcios Públicos de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico para promover a visibilidade e socialização das cooperativas e		Realizar um mapeamento das instituições de coleta seletiva para promover a veiculação destes em programas e

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

		associações de coleta seletivas dos municípios que os compõem.		campanhas de Educação Ambiental para mídia massiva da rede pública estadual e municipal.
Propor o uso dos meios de comunicação do município, tais como rádios, carros de som, para divulgar as ações de Educação Ambiental	Ampliar o processo de comunicação e difusão das ações de Educação Ambiental visando maximizar o público atingido.	Utilização de recursos humanos, materiais, meios de comunicação locais e coletivos já existentes.		
Estimular a atuação dos técnicos municipais como multiplicadores das ações ambientais (agente de saúde, gari, agente de endemias, dentre outros).	Ampliar e fortalecer a difusão das ações ambientais nas comunidades locais.		Promover cursos para capacitar agentes multiplicadores quanto à proteção ambiental, tornando-os capazes de disseminar a Educação Ambiental nas suas áreas de atuação e influência.	Assegurar o comprometimento dos agentes públicos na difusão, à população local, das ações ambientais promovidas pelos municípios.
Fomentar a presença de ações de Educação Ambiental nos cultos religiosos, simpósios, reuniões e eventos de grande porte dos municípios.	Inserir a temática da Educação Ambiental no discurso dos diferentes setores da sociedade.	<i>Proporcionar, através das redes sociais, a difusão nos diferentes setores da sociedade, o Tratado de Educação</i>	Incentivar e fortalecer programas e projetos que incorporem a Educação Ambiental	Propiciar a reflexão e o debate em conjunto com representantes

### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

		o <i>Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento publicado durante a 1ª Jornada de Educação Ambiental.</i>	nos eventos promovidos pelas instituições e movimentos sociais.	institucionais dos diferentes setores da sociedade sobre a inserção da Educação Ambiental nos eventos sociais.
--	--	---	---	--

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

#### EIXO: Educação Ambiental e Educomunicação

**DIRETRIZ:** Incentivar a criação de núcleos de educomunicação socioambiental em toda instancia social com o envolvimento de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Usar as redes sociais como espaço democrático para divulgação do conhecimento ambiental à população. Tornar acessível a divulgação em massa e em linguagem popular das metas propostas para a Educação Ambiental, criando informativos padrão para as diversas temáticas a serem trabalhadas de forma igualitária em todos os municípios.	Contribuir para promoção ao acesso democrático às informações socioambientais.		A ação estar sujeito a articulação entre meios de comunicação e produção de material informativo para destruição com base nas Políticas de Educação Ambiental	

## TERRITÓRIO CENTRO SUL

			nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.	
<p>Buscar parcerias com as rádios comunitárias do estado para criação de programas sobre meio ambiente veiculados nestas emissoras.</p>	<p>Exemplificar e indicar os veículos e meios de comunicação que disponibilizem espaço na sua programação para veiculação de mensagens e campanhas socioambientais;</p>	<p>A ação depende da articulação entre diversos atores das comunidades locais através de parcerias.</p>		
<p>Tornar conhecida a nível municipal a Cooperativa de Catadores de Material Reciclável dos respectivos municípios com a divulgação nas escolas e empresas, como instituição responsável pela coleta seletiva.</p>	<p>Apresentar e fortalecer as redes de cooperativas de forma participativa e democrática.</p>	<p>A ação estar sujeito a articulação entre meios de comunicação do município com as instituições públicas e privadas, para apresentar a sociedade as ações de Educação Ambiental com base nas Políticas de Educação Ambiental em níveis Municipais, Estadual e Nacional e a Política Nacional de Resíduos Sólidos</p>		
<p>Desenvolver práticas sustentáveis no ambiente escolar, através das oficinas on-line para fortalecer os debates dos temas ambientais.</p>	<p>Ampliar o acesso da sociedade às informações socioambientais.</p>		<p>A ação depende de articulação entre os atores da Educação em seus diversos níveis de ensino, por meio da inserção em seu planejamento e com base nas</p>	



### TERRITÓRIO CENTRO SUL

			Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.	
Fomentar de aplicativo para coleta seletiva com o objetivo de uso popular para solicitar a presença do catador.	Expandir o acesso da população a coleta seletiva de resíduos sólidos.			A Ação estar sujeito a utilização de ferramentas tecnológicas e a criação de sistemas que dependem tem várias etapas e mecanismos para evitar problemas.

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

#### EIXO: Educação Ambiental e Educomunicação

**DIRETRIZ:** Incentivar a criação de núcleos de educomunicação socioambiental em toda instância social com o envolvimento de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO



### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

Promover a formulação de manual com base no guia prático de Educomunicação socioambiental nacional e de outros estados	Contribuir para a elaboração e a implementação de um documento de referência para as ações voltadas para a educomunicação socioambiental no estado	Carece da utilização de recursos humanos e referências já existentes de acesso gratuito		
Propor métodos informativos para aprimorar e efetivar a Educomunicação socioambiental junto aos atores sociais, por meio de oficinas	Estimular e difundir a comunicação popular participativa no campo da Educação Ambiental	Estratégia a ser implementada no âmbito dos conselhos municipais de educação e meio ambiente		

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental e Educomunicação

**DIRETRIZ:** Incentivar a criação de núcleos de educomunicação socioambiental em toda instancia social com o envolvimento de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO 10 Anos
Incentivar a produção de podcasts como meio de comunicação pelos alunos das escolas, assim como exposições de manifestações artísticas, como teatro e dança. Para ser apresentado durante o ano	Elaborar instrumentos para o conhecimento das questões ambientais para todos os níveis educacionais		Material a ser criado de acordo com a realidade de cada território com a	



			contribuição de diversos atores sociais.	
Instruir os alunos a construir processos de educomunicação com a produção de recursos midiáticos como: jornais, vídeos, fotos, redes sociais, entre outros instrumentos que possam ser utilizados. Além de incentivar o fortalecimento dos espaços que promovam estas interações ambientais, como bibliotecas, tanto físicas como virtuais e salas verdes	Promover ações de comunicação para as questões ambientais, tornando-as mais eficientes e eficazes.	Estabelecer parcerias entre secretarias municipais e instituições privadas, visando instituir processos de comunicação ambiental.		
Estimular a criação de uma rádio escolar utilizando materiais e equipamentos necessários para seu desenvolvimento, como caixas de som, microfones, computadores e internet	Utilizar ferramentas necessárias para contribuir na comunicação das ações ambientais com os diversos atores sociais estimulando o pensamento global.		Aquisição de equipamentos buscando a divulgação de ações sócio ambientais, e através do Projeto de Lei 1324/21 que estabelece o uso de jogos eletrônicos como prática pedagógica na educação básica brasileira.	
Incentivar que todas as escolas tenham acesso a internet de qualidade para que todos da comunidade em geral possam desenvolver processos educacionais.	Disponibilizar internet de forma eficiente para o desenvolvimento de ações voltadas a Educação Ambiental.	Estruturar as instituições de ensino na disponibilização de internet, inovar o processo de comunicação para torná-lo mais eficiente, eficaz e ampliação do público atingido		



## TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

### EIXO: Educação Ambiental e Educomunicação

**DIRETRIZ:** Incentivar a criação de núcleos de educomunicação socioambiental em toda instancia social com o envolvimento de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Incentivar a criação de uma rede de Educação Ambiental para o intercâmbio de informações com o intuito de diagnosticar e mapear as ações socioambientais dos territórios;	Informatizar e mapear ações de Educação Ambiental no estado de Sergipe, integrando por meio das redes sociais, aplicativos e páginas da web as ações em desenvolvimento no estado, fazendo dessa forma um intercambio ente os 75 municípios de Sergipe.		Política pública a ser implementada em médio prazo.	
Incentivar a criação de uma rede para políticas municipais de Educação Ambiental no Estado de Sergipe.	Com a expansão das atividades de modo remoto após o período pandêmico da COVID-19, ampliou-se a adesão das redes por toda sociedade, com isso a criação de uma rede em			Política pública a ser implementada em longo prazo.

### TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

prol de políticas públicas para Educação Ambiental torna-se um meio de fácil, rápido e eficaz acesso integrado entre os usuários.

### TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental e Educomunicação

**DIRETRIZ:** Incentivar a criação de núcleos de Educomunicação socioambiental em toda instancia social com o envolvimento de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Propor as escolas que criem plataforma digitais para divulgar as ações relacionadas a Educação Ambiental.	A difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente.			Motivar a Produção e divulgação de material educativo previsto PNEA. (PNEA, Art.8], III).

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

<p>Divulgar a importância da criação de ONGs ambientais.</p>	<p>Promover o fortalecimento e incentivar a criação de ONGs.</p>		<p>Instigar parceria entre instituições de ensino de níveis fundamental e médio, universidades e órgãos públicos e imprensa para divulgar o trabalho realizado pelas ONGs e enfatizar sobre a importância dessas organizações para a proteção ambiental e como protagonista da Educação Ambiental.</p>	
<p>Utilizar carros de som para divulgar as ações referentes a Educação Ambiental.</p>	<p>A sensibilização da sociedade para a importância das questões ligadas a Educação Ambiental e garantir a democratização das informações ambientais</p>	<p>Incentivar parcerias entre o poder público e as instituições de ensino fundamental, médio e superior públicas e privadas, de modo que alunos, educadores e</p>		

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

	(PNEA, 1999, Art.5º II e III).	servidores elaborem o conteúdo a ser divulgado e o poder público e privado patrocinem os recursos a serem utilizados na divulgação.		
Incentivar a para elaboração de cartilhas para serem distribuídas para o comércio local com orientações de como realizar corretamente o descarte de material reciclável.	Apoiar e iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo (PNEA, 1999).		O desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental.	
Motivar a implantação de plataformas digitais que divulguem as associações, cooperativas de catadores de material reciclável.	A difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental em especial as cooperativas de recicláveis.			

## 6.4 EIXO | Educação Ambiental em Saneamento

O Eixo que trata da Educação Ambiental em Saneamento, está preconizado pela Lei de Saneamento Básico (Nº 11.445/2007) e pelo diploma legal que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010), e atualmente a Lei que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. O saneamento básico, possui quatro eixos que são: o abastecimento de água; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Infelizmente, os números não são animadores, quando se compara os índices de abastecimento de água com os de cobertura de esgoto e tratamento. O acesso à água é muito melhor do que o tratamento dos esgotos e isso ainda piora no ambiente rural. Essa diferença ocorre porque o investimento prioritário é feito no abastecimento de água, em detrimento do tratamento de esgotos, como o do manejo de resíduos sólidos. O novo Marco Legal do Saneamento Básico trouxe mudanças ao antigo sistema, permitindo uma maior abertura do setor à iniciativa privada e estabelecendo metas para a universalização do serviço. Até então, os serviços de saneamento eram prestados majoritariamente por empresas públicas estaduais.

Nesse contexto se destaca a importância da Educação Ambiental em possuir papel fundamental na promoção do saneamento básico, já que é por meio dela que a população pode adquirir conhecimentos sobre a importância do saneamento para a saúde e qualidade de vida. Se fala de Educação Ambiental como sinônimo de separar o lixo reciclável do não reciclável, mas ela é muito mais do que isso. É preciso ensinar que o esgoto tem que ser tratado, ir para um local correto, porque essa água precisa voltar em boas condições para o uso pelo próprio município ou para outras municipalidades que terão que lidar com o esgoto e com o lixo produzido por uma cidade. Dessa forma, a educação é um processo que se prolonga no tempo. Uma população consciente é capaz de cobrar dos seus dirigentes, exigindo que o saneamento faça parte dos programas de governo e fiscalizando a sua implementação. Assim, a população quando educada e informada para as questões ambientais, serve de fiscal dos espaços públicos e ajuda a manter áreas livres de lixo e de outros resíduos contaminantes, além de preservar matas ciliares que são importantes para a drenagem e prevenção de enchentes. No entanto, apenas o acesso ao conhecimento não é o suficiente. A população às vezes até tem conhecimento, mas não colabora, entregando a responsabilidade para os governos. Se sempre atribuirmos isso aos governos, a máquina pública continuará em déficit em relação ao atendimento da demanda.



As referidas ações, objetivos e metas relacionadas ao eixo Educação Ambiental em Saneamento são apresentados nos quadros abaixo.



Quadro 6.4 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental em Saneamento.

<b>TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL</b>				
<b>EIXO: Educação Ambiental em Saneamento</b>				
<b>DIRETRIZ: Estimular o financiamento de ações de Educação Ambiental em saneamento como política compensatória</b>				
<b>AÇÕES</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>METAS</b>		
		<b>CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos</b>	<b>MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos</b>	<b>LONGO PRAZO</b>
Fomentar a Criação de Planos Municipais de Educação Ambiental para sensibilizar e conscientizar a população sobre a implementação da Coleta Seletiva e destinação correta do lixo, por meio de palestras, jogos, dinâmicas, e gincanas nas unidades de ensino	Enfatizar a relevância da Política Nacional de Resíduos Sólidos no processo de compreensão a partir da disseminação de informações e práticas para a implementação da coleta seletiva em todos os setores da sociedade		Estratégias a serem seguidas de acordo com a PNRS Lei N. 12.305/2010	
Estimular a criação de pontos de entrega voluntária (PEVs) em locais estratégicos através de ações permanentes de Educação Ambiental com a participação efetiva das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e/ou catadores no processo de Educação Ambiental	Apontar alternativas viáveis com vistas a ampliar a divulgação e realização da coleta seletiva potencializando a inserção dos catadores e cooperativas de material reciclável enquanto agentes ambientais	Estratégias vem sendo implementadas desde a PNRS 2010		
Envolver os Agentes de Saúde e Endemias como estratégia para fomento da Educação Ambiental	Ampliar o alcance das informações pertinentes às questões ambientais para toda a população a partir da inserção desse agente público	Política pública municipal gerando interface entre a Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Educação		



### TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

Incentivar a criação de agendas permanentes de sensibilização/conscientização em Educação Ambiental para o uso responsável da água	Promover ambientes de discussão para que haja aperfeiçoamento do conhecimento de questões inerentes ao consumo consciente dos recursos hídricos	Estratégia a ser implementada através de parcerias público privadas demandando recursos (humanos, materiais) já existentes		
Provocar a criação de uma agenda permanente de sensibilização/conscientização em Educação Ambiental com os comerciantes locais e grandes geradores de resíduos para ampliar e melhorar a Coleta Seletiva, fortalecendo a formação de Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis	Estabelecer critérios para a propagação de eventos com foco nas informações pertinentes sobre geração/destinação de resíduos sólidos de acordo com a PNRS	Amparados pela política pública PNRS de 2010 e pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico – Lei nº 14.026/2020		

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

#### EIXO: Educação Ambiental em Saneamento

**DIRETRIZ:** Estimular o financiamento de ações de Educação Ambiental em saneamento como política compensatória

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Apoio para investimentos na execução da coleta seletiva e reciclagem com recursos oriundos do controle ambiental	Propor investimentos na execução da coleta seletiva e reciclagem com		Estratégia a ser seguida de acordo	

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

<p>municipal (fundo ambiental ativo), especialmente aqueles oriundos da aplicação de punições financeiras de empreendimentos que realizam o descarte inadequado dos resíduos sólidos ou que tenham passivos ambientais relacionados ao descarte irregular, que sejam enquadrados na definição de resíduos citados na Lei Federal Nº 12.305 de 2010</p>	<p>recursos oriundos do controle ambiental municipal (fundo ambiental ativo), especialmente aqueles oriundos da aplicação de punições financeiras de empreendimentos que realizam o descarte inadequado dos resíduos sólidos</p>		<p>com a PNRS Lei N. 12.305/2010</p>	
<p>Apoio para a realização de ações de conscientização da questão de doenças endêmicas promovendo o controle de vetores com a aplicação de penalidades ou compensações ambientais (ações ou recursos financeiros) para proprietários de em imóveis ou instalações públicos e privados em condições irregulares</p>	<p>Fomentar ações de conscientização da questão de doenças endêmicas promovendo o controle de vetores com a aplicação de penalidades</p>	<p>Estratégia a ser seguida de acordo com a PNRS Lei N. 12.305/2010</p>		
<p>Apoio na promoção de agenda permanente de conscientização e Educação Ambiental, por meio de palestras, capacitações e outras ações com abrangência nas temáticas de saneamento básico (gestão de recursos hídricos, resíduos sólidos, esgotamento sanitário e sistemas de drenagem), meio ambiente, agricultura e saúde.</p>	<p>Promover agenda permanente de conscientização e Educação Ambiental, por meio de palestras, capacitações e outras ações com abrangência nas temáticas de saneamento básico</p>		<p>Estratégia vem sendo implementada desde a PNRS 2010</p>	
<p>Incentivo aos municípios a participarem de programas de financiamentos, participação na seleção de programas, projetos e editais para adoção de recursos financeiros em detrimento da promoção de ações e execução de instalações em saneamento ambiental</p>	<p>Incentivar os municípios a participarem de programas de financiamentos, participação na seleção de programas, projetos e editais para adoção de recursos financeiros</p>	<p>Estratégia a ser implementada através de parcerias público privadas demandando recursos (humanos, materiais) já existentes</p>		

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

### EIXO: Educação Ambiental em Saneamento

**DIRETRIZ:** Estimular o financiamento de ações de Educação Ambiental em saneamento como política compensatória

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Promover capacitação dos técnicos das secretarias municipais, incentivando o desenvolvimento de ações educativas, objetivando garantir o saneamento básico nos municípios.	Capacitar o agente público para desenvolver ações de Educação Ambiental de forma articulada com a implementação do saneamento básicos.		Inserir a temática Educação Ambiental em saneamento em cursos, oficinas e programas de formação continuada de servidores públicos que atuem na gestão da política pública voltadas ao saneamento básico.	Intensificar a articulação entre os poderes executivo e legislativo visando incentivar e aprimorar o investimento de recursos em projetos de Educação Ambiental em saneamento.
Fomentar o mapeamento e/ou diagnóstico da problemática de áreas degradadas e promover cursos de capacitação sobre o Plano de recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.	Reunir informações que possibilitem avaliar a problemática da degradação ambiental no território e viabilizar capacitação técnica na elaboração do PRAD, visando potencializar a recuperação de áreas degradadas.			Realizar um mapeamento e/ou diagnóstico para compreender as causas da degradação ambiental no território para

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

				<p>subsidiar a execução de ações e cursos educativos que visem diminuir a degradação ambiental como também potencializem a recuperação de áreas degradadas.</p>
<p>Fomentar as ações educativas, articulando de forma permanente, com instituições e/ou órgãos competentes, visando a proteção, preservação, a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.</p>	<p>Desenvolver ações de educação e sensibilização ambiental para a promoção da melhoria da qualidade hídrica e revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.</p>	<p>Articular, mobilizar e estabelecer diálogos entre as diferentes instituições envolvidas com a gestão da bacia hidrográfica do rio São Francisco para realização de ações transformadoras no âmbito do saneamento básico por meio de metodologias e ferramentas de Educação Ambiental.</p>	<p>Promover maior integração entre ações de fiscalização e Educação Ambiental voltadas ao combate as atividades de degradação ambiental da área de abrangência da bacia hidrográfica do rio São Francisco.</p>	<p>Estimular a criação de linhas de crédito, editais e seleções públicas para destinação de recursos do orçamento público do estado e dos municípios para implementação de ações de Educação Ambiental que versem sobre saneamento ambiental e revitalização</p>

### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

				da bacia hidrográfica do rio São Francisco.
Promover campanhas permanentes de orientação sobre descarte correto de resíduos sólidos, através de palestras e oficinas que tenham como base as políticas que fomentam a coleta seletiva.	Contribuir na diminuição da poluição e dos gastos com a limpeza urbana, redução do consumo de energia e água, além de contribuir com a geração de emprego e renda pela comercialização dos recicláveis.	Estimular a produção coletiva de materiais didáticos, ferramentas de comunicação e outros instrumentos pedagógicos de Educação Ambiental e resíduos sólidos, com participação comunitária e os Consórcios Públicos de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico, com base nas realidades e demandas locais para serem utilizados para orientação sobre o descarte correto dos resíduos sólidos.		Ofertar cursos de formação continuada nos níveis de extensão e aperfeiçoamento, nas modalidades presencial, semi presencial e à distância nas temáticas de Educação Ambiental e resíduos sólidos em conformidade com a PNRS Lei N. 12.305/2010 e o Plano de Resíduos Sólidos de Sergipe (PERS-SE).
Estimular a inserção no Plano Político Pedagógico (PPP) das unidades educativas assuntos relacionados à: saneamento	Estimular a inserção no cotidiano escolar, por meio do PPP,	Articular com as secretarias de		

### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

<p>ambiental, coleta seletiva, recursos hídricos, tratamento de esgoto e resíduos sólidos.</p>	<p>programas de Educação Ambiental com temáticas de saneamento ambiental e resíduos sólidos como uma prática inter, multi e transdisciplinar, contínua e permanente em todos os níveis de ensino.</p>	<p>educação e demais instituições de ensino o desenvolvimento e implementação de programas e ações educativas com as temáticas de saneamento ambiental e resíduos sólidos relacionadas as práticas sustentáveis.</p>		
--	---	--	--	--

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

#### EIXO: Educação Ambiental em Saneamento

**DIRETRIZ:** Estimular o financiamento de ações de Educação Ambiental em saneamento como política compensatória.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
<p>Ações periódicas de limpeza dos corpos hídricos.</p>	<p>Aplicar as boas práticas de conservação dos corpos hídricos.</p>	<p>Ação estar sujeita a inclusão da ação planejamento dos municípios com base nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipais, Estaduais e Nacional</p>		

**TERRITÓRIO CENTRO SUL**

TERRITÓRIO CENTRO SUL				
			e a Política Nacional de Recursos Hídricos.	
Promover capacitações periódicas para os agentes de limpeza e os agentes comunitários de saúde para se tornarem parceiros da Educação Ambiental.	Organizar a formação continuada de educadores socioambientais.			A ação depende de articulação entre os atores do poder público em seus diversos níveis, por meio da inserção em seu planejamento curso com base nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional e a Política Nacional de Recursos Hídricos.
Incentivar e implantar projetos de captação de água da chuva para promover o reuso.	Esclarecer a população sobre a necessidade do reaproveitamento da água, resguardando os recursos das gerações futuras e estimulando o uso consciente da água potável.		Ação estar sujeita a apresentação de ações socioambientais, inclui planejamento com os atores sociais para difundir tais informações com base nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipais, Estaduais e Nacional e a Política Nacional de Recursos Hídricos.	

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

<p>Incentivar a utilização de selo ambiental que certifique empresas e cidadãos com responsabilidade ambiental.</p>	<p>Classificar como empresas sustentáveis em saneamento ambiental.</p>			<p>A ação depende de regulamentação pelo poder público em articulação com as Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional e a Política Nacional de Recursos Hídricos.</p>
---	--	--	--	--

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

#### EIXO: Educação Ambiental em Saneamento

**DIRETRIZ:** Estimular o financiamento de ações de Educação Ambiental em saneamento como política compensatória.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

<p>Promover ações socioambientais para implantação e manutenção permanente da coleta seletiva, considerando a economia circular, logística reversa e acordos setoriais</p>	<p>Impulsionar a implementação dos mecanismos dispostos na Política Nacional de Resíduos Sólidos a fim de ampliar a implantação e manutenção da coleta seletiva no território estadual</p>	<p>Estratégia que vem sendo implementada em consonância à Lei 12.305/2010 que institui a PNRS; carece de ampliação</p>	
<p>Fomentar a criação e manutenção de cooperativas de catadores de materiais recicláveis por meio de parcerias públicas e privadas com implantação da coleta seletiva e a capacitação dos cooperados para gestão em empreendedorismo</p>	<p>Incentivar a organização dos catadores/coletores de material reciclável em cooperativas a fim de promover sua inserção e protagonismo na gestão dos resíduos sólidos</p>		<p>Estratégia que vem sendo implementada em consonância à Lei 12.305/2010 que institui a PNRS; carece de parcerias público-privadas</p>

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental em Saneamento

**DIRETRIZ:** Estimular o financiamento de ações de Educação Ambiental em saneamento como política compensatória.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO 10 Anos

<p>Fomentar programas permanentes de sensibilização em Educação Ambiental que envolva todos os setores dos municípios nas questões de saneamento básico</p>	<p>Realização de eventos com foco nas informações pertinentes sobre geração/destinação de resíduos de acordo com a lei 12.305 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), promovendo melhorias no saneamento básico.</p>		<p>Amparados pela política pública PNRS de 2010 e pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico – Lei 14.026/2020, orientar programas consolidados pelo Governo Federal para que sejam implantados nos municípios, desenvolvendo programas e ações de Educação Ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem.</p>	
<p>Fomentar a criação de órgão ou agrupamento ambiental nos municípios para a fiscalização de abandono de animais e descarte de resíduos sólidos de forma irregular com ênfase em saneamento básico</p>	<p>Estabelecer critérios para a propagação de eventos com foco nas informações pertinentes sobre geração/destinação de resíduos sólidos de acordo com a PNRS e fortalecer o estabelecimento de um órgão próprio na fiscalização do abandono de animais.</p>	<p>Amparados pela política pública PNRS de 2010 e pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico – Lei nº 14.026/2020. Estabelecimento de um órgão municipal para o recolhimento e tratamento de animais abandonados.</p>		
<p>Fomentar a criação e capacitação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis através das parcerias públicas e privadas com implantação da coleta seletiva</p>	<p>Apontar alternativas viáveis com vistas a ampliar a divulgação e realização da coleta seletiva</p>	<p>Estratégias estão sendo implementadas desde a PNRS 2010. Organizar e fortalecer</p>		

	potencializando a inserção dos catadores e cooperativas de materiais recicláveis como agentes ambientais.	as cooperativas de catadores.		
Incentivar a articulação dos municípios com o consórcio de sua região, para desenvolver ações permanentes de sensibilização e Educação Ambiental	A união dos municípios para definirem em conjunto ações permanentes na Educação Ambiental.		Estabelecer parcerias com o consórcio da região, visando o desenvolvimento da Educação Ambiental fazendo parte dos currículos escolares e da vida comunitária.	
Fomentar programas de educação e sensibilização ambiental, sobre descarte de resíduos de forma adequada em comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas e assentamentos rurais	Enfatizar a relevância da Política Nacional de Resíduos Sólidos no processo de compreensão a partir da disseminação de informações e práticas para a implementação da coleta seletiva em todos os setores da sociedade e ampliar o alcance das informações pertinentes às questões ambientais para toda a população.	Estratégias a serem seguidas de acordo com a PNRS Lei N. 12.305/2010.		

**TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO**

**EIXO: Educação Ambiental em Saneamento**

## TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

**DIRETRIZ:** Estimular o financiamento de ações de Educação Ambiental em saneamento como política compensatória.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Fortalecimento de parcerias pública privadas no fomento à Educação Ambiental e coleta seletiva.	Com base na lei 12.305 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS traz em suas diretrizes que os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos desenvolvam programas e ações de Educação Ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos, nesse sentido essa ação vem fortalecer a importância de parcerias que fomentem ações de Educação Ambiental no âmbito dos resíduos sólidos.		Política pública a ser implementada em médio prazo.	
Fomentar a implantação da logística reversa com ponto de coleta no comércio local em todos os municípios Sergipano.	A PNRS traz responsabilidades aos comerciantes e distribuidores que são obrigados a implantar a		Política pública a ser implementada em médio prazo.	

### TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

logística reversa dos produtos listados de forma taxativa no art. 33 da referida lei. Com isso deve haver o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Essas obrigatoriedades devem ser fiscalizadas, orientada e cumprida, fortalecendo-as a partir de políticas públicas estaduais e municipais.

### TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental em Saneamento

**DIRETRIZ:** Estimular o financiamento de ações de Educação Ambiental em saneamento como política compensatória.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

<p>Programas junto à comunidade para fiscalização com intuito de identificar os geradores de resíduos que descartam de forma inadequada ou degradam os espaços de preservação.</p>	<p>Identificar os possíveis geradores de resíduos, assim como as associações e cooperativas de material reciclável de modo que ambos possam trabalhar juntos na preservação do meio ambiente (PNEA, 1999).</p>		<p>Estimular a sociedade e incentivar os catadores de material recicláveis a estarem atentos ao descarte correto dos resíduos gerados na comunidade.</p>	
<p>Programa de ensino e metodologias para o controle, reuso e destinação de águas residuais.</p>	<p>Proporcionar o consumo sustentável da água e evitar o descarte de forma incorreta de águas residuais em mananciais (CONAMA 357).</p>		<p>Estimulara parcerias entre os órgãos públicos, como ADEMA, IBAMA, SEMA, instituições de ensino e empresas privadas para suscitar a implementação de sistemas de tratamento das águas residuais para posterior uso para algum fim não nobre (PNEA, 1999, Art., 8º).</p>	
<p>Projetos para protagonismo junto aos munícipes com o propósito de fortalecimento da coleta seletiva.</p>	<p>Despertar na sociedade a busca pelo conhecimento a respeito da gestão de</p>	<p>Motivar o desenvolvimento de projetos em</p>		



## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

	resíduos sólidos, da importância da coleta seletiva e em especial sobre a valoração de produtos recicláveis.	parcerias com escolas, órgãos públicos, CONSCESUL e ONGs.		
Projeto informativo sobre economia circular com metodologias de reaproveitamento de resíduos através do descarte consciente, incentivando projetos de compostagem\Biofertilizantes, reaproveitamento do óleo de cozinha e acondicionamento de óleos e graxas.	manter a população informada, sensibilizada a respeito da problemática de resíduos sólidos	Estimular parcerias com empresas de consultoria Ambiental e demais instituições públicas.		

## 6.5 EIXO | Educação Ambiental e Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza foi instituído por meio da Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000. É o instrumento legal que estabelece normas e critérios sobre a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação nas esferas federal, estadual e municipal. O SNUC apresenta 13 objetivos que visam a preservação e conservação do meio ambiente, além da promoção da sustentabilidade no uso dos recursos naturais, como ressalta o objetivo n° XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Além disso, esse Sistema organiza as UCs em dois grupos: Proteção Integral – que tem o objetivo de preservar a natureza e, portanto, permite apenas o uso indireto dos recursos, e inclui as categorias de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural; e Uso Sustentável – cujo objetivo é de conservação da natureza e, portanto, permite o uso sustentável dos recursos, e inclui as categorias Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

Uma inovação do SNUC é estabelecer espaços participativos para fortalecimento da gestão compartilhada das UCs, sendo eles os Conselhos Gestores das unidades. Esses colegiados são de grande importância como espaços ecopedagógicos de diálogo, nos quais a EA é ferramenta fundamental, tendo cada categoria suas especificidades em relação a sua organização, mantendo-se, porém, um espaço democrático permanente, formado por membros de instituições relacionadas a UC, além de representantes da sociedade civil, para que a tomada de decisões ocorra de forma participativa e igualitária, seguindo os princípios da Educação Ambiental crítica.

Além das informações contidas no SNUC que orienta a realização da EA de acordo com as suas categorias, foram criadas pelo Ministério do Meio Ambiente as Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no SNUC que tem como objetivo, fortalecer e estimular a implementação de ações de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Corredores Ecológicos, Mosaicos e Reservas da Biosfera, em seu entorno e nas zonas de amortecimento; promovendo a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão destes territórios, e o diálogo entre os diferentes sujeitos e instituições envolvidos com a questão no país.

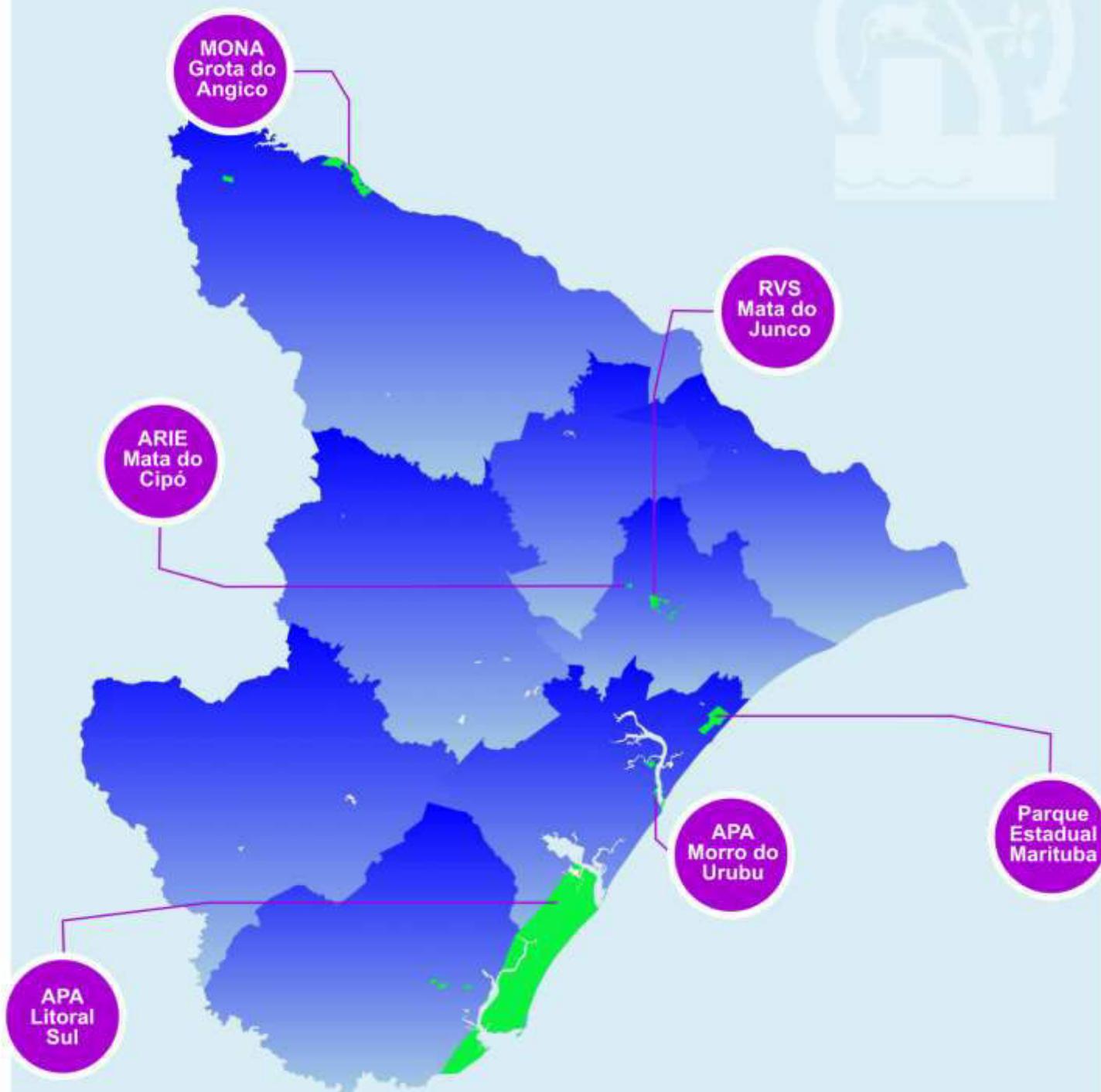


Em Sergipe, temos 6 Unidades de Conservação estaduais: RVS Mata do Junco, MONA Grota do Angico, ARIE Mata do Cipó, APA Morro do Urubu, APA Litoral Sul e PE Marituba. Todas as UCs sergipanas possuem plano de manejo, um instrumento técnico que estabelece as normas de zoneamento para utilização da área e define como deve ser o manejo dos recursos naturais.

As referidas ações, objetivos e metas relacionadas ao eixo Educação Ambiental em Unidades de Conservação são apresentados nos quadros abaixo.

# UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Plano Estadual de Educação Ambiental





Quadro 6.5 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental em Unidades de Conservação.

TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL				
EIXO: Educação Ambiental em Unidades de Conservação				
<b>DIRETRIZ:</b> Fomentar o direcionamento de parte dos recursos provenientes de compensações ambientais de atividades impactantes no interior e entorno das Unidades de Conservação, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e do FUNDEMA para implementar os programas de Educação Ambiental dos respectivos Planos de Manejo e, ou seguir as diretrizes do respectivo órgão gestor da unidade de conservação				
AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Direcionamento de recursos provenientes da compensação ambiental para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação	Identificar fontes de recursos financeiros para a efetiva aplicação em desenvolvimento de ações de Educação Ambiental		Estratégia a ser inserida no âmbito dos conselhos gestores das UCs com interface dos órgãos fiscalizadores	
Estimular parcerias entre órgãos governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de ações de proteção e conservação da biodiversidade	Reconhecer o potencial das parcerias público privadas para manutenção/execução de ações de cunho preservacionista			Discussão a ser inserida nas esferas federal, estadual e municipal
Fomentar a ampliação do quadro de profissionais especializados em Educação Ambiental nas UC's de viabilizar o envolvimento das instituições de ensino bem como da comunidade do entorno	Promover processos seletivos para oferta de bolsas de estudo, extensão, estágio curricular para a formação de quadro de apoio para ações de proteção as UCs			Estratégia envolve Ministério da Educação, Meio Ambiente



### TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

Incentivar o desenvolvimento de um plano de ação voltado para o manejo da flora exótica no entorno das UC's	Realizar diagnóstico situacional nas UCs para implementação de ações pertinentes ao manejo da flora exótica			Estratégia no âmbito estadual com penetração municipal e envolvimento dos diversos atores sociais
Estimular a criação RPPN's no território	Realizar inventário de áreas com potencial para se transformar em RPPN seguida de abordagem/sensibilização dos proprietários das áreas elencadas			Em atendimento ao Código Florestal Brasileiro Lei 12.727/2012

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

#### EIXO: Educação Ambiental em Unidades de Conservação

**DIRETRIZ:** Fomentar o direcionamento de parte dos recursos provenientes de compensações ambientais de atividades impactantes no interior e entorno das Unidades de Conservação, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e do FUNDEMA para implementar os programas de Educação Ambiental dos respectivos Planos de Manejo e, ou seguir as diretrizes do respectivo órgão gestor da unidade de conservação

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Apoio para a criação de Unidades de Conservação nos territórios	Fomentar a criação de Unidades de Conservação nos territórios			Estratégia a ser

## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

				implementada de acordo com a Lei Federal 9.985/2000
Incentivo na promoção de campanhas informativas no combate às queimadas e ao desmatamento, principalmente na zona rural	Promover campanhas informativas no combate às queimadas e ao desmatamento, principalmente na zona rural	Importante as campanhas já existentes como a do Núcleo de Comunicação e Educação Ambiental do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo)		
Incentivo para implantação de hortas comunitárias em áreas rurais e urbanas envolvendo uso de plantas medicinais e plantas alimentícias não convencionais (PANC's)	Incentivar a implantação de hortas comunitárias em áreas rurais e urbanas	Aproveitamento do conhecimento tradicional de comunidades do entorno das UCs		
Apoio na ampliação dos centros de reabilitação e reintrodução de animais silvestres para manejo adequado da fauna	Promover a ampliação dos centros de reabilitação e reintrodução de animais silvestres		Fortalecimento da gestão dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do Ibama e também da esfera estadual	
Apoio para o fortalecimento de projetos de monitoramento de animais silvestres e combate à caça ilegal para maior controle e proteção da fauna	Promover o fortalecimento de projetos de monitoramento de animais silvestres e combate à caça ilegal		Fortalecimento de iniciativas de monitoramento da biodiversidade e rigor no cumprimento da Lei de Crimes	

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

Ambientais – Lei  
9.605/98

### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

#### EIXO: Educação Ambiental em Unidades de Conservação

**DIRETRIZ:** Fomentar o direcionamento de parte dos recursos provenientes de compensações ambientais de atividades impactantes no interior e entorno das Unidades de Conservação, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e do FUNDEMA para implementar os programas de Educação Ambiental dos Planos de Manejo

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Estimular a realização de ações de reflorestamento em áreas degradadas.	Contribuir com a recuperação de áreas degradadas em Unidades de Conservação.		Estabelecer parcerias com universidades, escolas e com instituições de fomento a restauração de ecossistemas para incentivar a realização de projetos de reflorestamento vinculadas às ações de Educação Ambiental no interior de UCs.	

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

<p>Fomentar os processos educativos nas comunidades do entorno das UCs.</p>	<p>Oportunizar a aprendizagem coletiva das comunidades para facilitar a compreensão da complexidade socioambiental e estimular a responsabilidade com a proteção do meio ambiente e reconhecimento da importância das Unidades de Conservação.</p>		<p>Elaborar e implementar programas, projetos e ações de Educação Ambiental que valorizem a troca de saberes, de forma participativa, com base em diagnósticos prévios com as comunidades do entorno das UCs.</p>	
<p>Fomentar a Instalação de placas informativas de identificação nas UCs.</p>	<p>Contribuir com o controle dos acessos e limites da UC e informar a população e visitantes sobre a existência de uma área ambientalmente protegida.</p>	<p>Desenvolver e instalar placas informativas e outros instrumentos de comunicação visual em locais estratégicos das UCs.</p>		
<p>Estimular a realização de forma efetiva ao longo de todo ano, ações educativas e de fiscalização na UC e seu entorno.</p>	<p>Fortalecer as ações estratégicas de vigilância e proteção da UC.</p>		<p>Fortalecer os instrumentos jurídicos que garantem a inserção e execução de ações de Educação Ambiental e fiscalização na UC e seu entorno.</p>	

## TERRITÓRIO CENTRO SUL

### EIXO: Educação Ambiental em Unidades de Conservação

**DIRETRIZ:** Fomentar o direcionamento de parte dos recursos provenientes de compensações ambientais de atividades impactantes no interior e entorno das Unidades de Conservação, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e do FUNDEMA para implementar os programas de Educação Ambiental dos Planos de Manejo.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Preservação do solo de acordo com o novo código florestal SISNAMA, através do plantio de mudas nativas nas áreas de APPs.	Garantir a conservação da diversidade da flora das APPs, garantia da sustentabilidade dos recursos naturais renováveis e promoção da preservação da água, do solo e da vegetação.		A ação estar sujeito as ações articuladas com as APPs e interface dos órgãos fiscalizadores.	
Realizar a proteção das nascentes e mananciais garantindo a preservação e a qualidade da água.	Promover ações a sustentabilidade das nascentes e mananciais como formar de atender as necessidades das gerações atuais, sem comprometimento das gerações futuras.		A ação estar sujeito ações articuladas com as APPs e interface dos órgãos fiscalizadores.	
Utilizar uma equipe local para monitoramento e Educação Ambiental nas Áreas de Preservação Permanentes.	Desenvolver de estratégias para a proteção e o uso sustentável das Áreas de Preservação Permanentes, associadas à melhoria da qualidade de vida das populações locais, compreendendo a importância			A ação estar sujeito a regulamentação do poder público responsável pela gestão da APPS.

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

	dos recursos naturais existentes nas unidades de conservação.			
Fixar placas informativas sobre crimes ambientais como estímulo visual aos visitantes das APPs.	Sensibilizar a sociedade para o valor das unidades administrativas de planejamento e gestão, unidades de conservação nos territórios.	A ação estar sujeito a desenvolvimento de material informativo, e em a articulação com das APPs com interface dos órgãos fiscalizadores.		

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

#### EIXO: Educação Ambiental em Unidades de Conservação

**DIRETRIZ:** Fomentar o direcionamento de parte dos recursos provenientes de compensações ambientais de atividades impactantes no interior e entorno das Unidades de Conservação, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e do FUNDEMA para implementar os programas de Educação Ambiental dos Planos de Manejo.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Incentivar parcerias com universidades públicas e privadas na produção de material didático para redes de ensino, e incentivo a pesquisas e publicações sobre a flora e a fauna.	Estabelecer uma cooperação entre a comunidade científica e os conselhos gestores das unidades de conservação na elaboração de material didático e produção de			Estratégia que envolve as esferas federal, estadual e municipal



### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

	conhecimento científico acerca da fauna e da flora			
Fomentar programas de capacitação das comunidades no entorno nas Unidades de Conservação sobre a biodiversidade local para atuarem como condutores ambientais.	Difundir as informações sobre biodiversidade por meio da capacitação das comunidades do entorno das UC's a fim de torná-los multiplicadores do conhecimento		Estratégia a ser implementada em âmbito estadual e municipal	
Estimular a criação de museu e catálogos digitais das espécies presentes nas Unidades de Conservação, com acesso facilitado via QRCode.	Desenvolver mecanismos de catalogação e divulgação das espécies da fauna e da flora características das UC's por meio de ferramentas tecnológicas		Estratégia a ser implementada em âmbito estadual e municipal	

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental em Unidades de Conservação

**DIRETRIZ:** Fomentar o direcionamento de parte dos recursos provenientes de compensações ambientais de atividades impactantes no interior e entorno das Unidades de Conservação, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e do FUNDEMA para implementar os programas de Educação Ambiental dos Planos de Manejo.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO 10 Anos

<p>Fomentar, estimular, resgatar e promover programas de Educação Ambiental nos municípios e escolas, integrando o tema “unidades de conservação”, com planejamento anual no plano político pedagógico das escolas, com aulas teóricas e visitas às UC’s</p>	<p>Aproximar comunidades, escolas e instituições públicas e privadas das Unidades de Conservação, visando seu conhecimento e seu potencial na realização da Educação Ambiental.</p>	<p>Reconhecer o potencial das parcerias público privadas para manutenção/execução das</p> <p>Unidades de Conservação como espaços utilizados na disseminação da Educação Ambiental de acordo com o SNUC.</p>		
<p>Integrar os programas de Educação Ambiental de empresas (condicionantes ambientais), com as UC’s, escolas e instituições locais que realizam atividades com série histórica nas comunidades de entorno das Unidades, trazendo o contexto das principais atividades econômicas da região</p>	<p>Difusão da Educação Ambiental de forma a envolver toda a comunidade da região.</p>	<p>Educação Ambiental integrada e participativa de forma continuada, com parcerias, público privadas.</p>		
<p>Fomentar/estimular a realização de fóruns, encontros e seminários com tema Educação Ambiental continuamente, em parceria com escolas, UC’s e instituições de meio ambiente, trazendo questões relacionadas aos recursos hídricos (captação e liberação, assoreamentos, barramentos e dinâmica costeira); desmatamentos, uso do solo e ocupação desordenada</p>	<p>Disseminar e instituir a Educação Ambiental em todos os níveis sociais com diversos atores sociais por meio de Fóruns, encontros e seminários</p>	<p>Desenvolver a Educação Ambiental fazendo parte das ações comunitárias dos municípios envolvidos, em parcerias com escolas, UC’s e instituições de meio ambiente das esferas, Municipal e Estadual</p>		
<p>Integrar as pesquisas científicas realizadas nas UC’s aos programas de Educação Ambiental das escolas e, realizar apresentações/devolutivas dos dados às comunidades locais</p>	<p>Divulgar o conhecimento científico por meio de pesquisas realizadas nas Unidades de Conservação</p>	<p>Integração entre as Unidades de Conservação e as comunidades de seu</p>		



	para as comunidades da região.	entorno. Estratégia no âmbito estadual e municipal		
Implantação e implementação de projetos destinados à Educação Ambiental que já existem, a exemplo dos projetos salas mais verdes e ações da A3P, em consonância às UC's	Integrar projetos de Educação Ambiental existentes, com as Unidades de Conservação.		Sensibilização dos atores sociais dos projetos socioambientais desenvolvidas na região.	

### TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

#### EIXO: Educação Ambiental em Unidades de Conservação

**DIRETRIZ:** Fomentar o direcionamento de parte dos recursos provenientes de compensações ambientais de atividades impactantes no interior e entorno das Unidades de Conservação, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e do FUNDEMA para implementar os programas de Educação Ambiental dos Planos de Manejo.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Promover a identificação da “espécie bandeira” da fauna e da flora para representar as unidades de conservação do estado e, conseqüentemente, estimular o conhecimento e a conservação/preservação da espécie.	Acolher espécies em extinção dentro das unidades de conservação, orientando os visitantes sobre sua importância para a UC.	Política pública a ser implementada em curto prazo.		
Incentivar a elaboração e o uso de material paradidático (jogos de tabuleiro, livretos, vídeos, etc.) multidisciplinar sobre a UC para Educação Ambiental nas escolas.	O objetivo é trazer a escola para dentro das unidades de conservação, formando uma	Política pública a ser implementada em curto prazo.		

### TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

percepção crítica entre os educadores e alunos, incentivando a desenvolver atividades em prol da conservação e preservação das unidades de conservação.

### TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental em Unidades de Conservação

**DIRETRIZ:** Fomentar o direcionamento de parte dos recursos provenientes de compensações ambientais de atividades impactantes no interior e entorno das Unidades de Conservação, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e do FUNDEMA para implementar os programas de Educação Ambiental dos Planos de Manejo.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Desenvolver uma política pública de arrecadação de recursos por meio da riqueza natural, para incentivar e fortalecer as ações de preservação, conservação e promoção das atividades ambientais, a limpeza dos estuários, rios, manguezais, matas municipais, reflorestamento com mudas de arvores nativas e frutíferas em áreas desmatadas e revitalização das nascentes com ações de plantios, manutenção e proteção.	Apoio aos órgãos gestores de Unidades de Conservação da Natureza e outras áreas especialmente protegidas, promoverem a Educação Ambiental, utilizando-a como instrumento para a proteção de recursos naturais e culturais associados, garantindo a		Assegurar mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

	<p>oferta de bens e serviços ambientais para as presentes e futuras gerações (Lei 6.882 de 08 de abril de 2010).</p> <p>Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.</p>		<p>unidades de conservação;</p> <p>Garantir uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos (SNUC, 2000, Art. 5º XI).</p>	
<p>Incentivar a criação de Ecoparques no entorno das áreas de unidades de conservação para a conservação e proteção da fauna e flora silvestre.</p>	<p>Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais.</p> <p>Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional.</p> <p>Promover o desenvolvimento</p>		<p>Fomentar a construção de ecoparques mediante cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;</p>	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

	<p>sustentável a partir dos recursos naturais.</p> <p>Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento (Lei 9.985, 2000, cap. II).</p>		<p>Respeitar e preservar às biodiversidades locais e regionais tanto de fauna quanto flora.</p> <p>Assegurar os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;</p> <p>Promover a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (SNUC, 2000 Art. 5º).</p>	
<p>Promover ações de sensibilização sobre a importância da Educação Ambiental nas escolas e comunidades, postos de saúde, unidades de conservação e entorno, demais instituições públicas e privadas, disponibilizando coletores de material</p>	<p>Presar pela Educação Ambiental, utilizando-a como instrumento para a proteção de recursos</p>	<p>Incentivar o uso de recursos didáticos e pedagógicos para implementar ações</p>		

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

<p>recicláveis em parcerias com as secretarias municipais e estaduais.</p>	<p>naturais e culturais associados, garantindo a oferta de bens e serviços ambientais para as presentes e futuras gerações.</p> <p>Incentivar a colaboração dos meios de comunicação, colaborarem de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas incorporando a dimensão ambiental em sua programação, inclusive em horário nobre <b>(Lei N° 9.985, de 18 de Julho de 2000.)</b>.</p>	<p>de EA nas escolas e a sociedade no geral. (PNEA, 1999).</p>		
<p>Fomentar a proibição e punição quanto ao uso inadequado dos agrotóxicos e pesticidas no entorno das unidades de conservação, bem como a queima do lixo e desmatamento.</p>	<p>Garantir a preservação das Unidades de Conservação e a não contaminação do solo, fauna e flora local.</p>		<p>Incentivar as instituições de ensinos a trabalhar com os alunos conteúdos voltados para sensibilização de todos a respeito dos impactos decorrentes do uso de agrotóxico no solo, fauna flora e</p>	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

			principalmente ao ser humano.	
<p>Promover capacitação para condutores ambientais nas unidades conservação, criando equipes de Educação Ambiental nas comunidades locais.</p>	<p>Atentar permanente à formação de valores, atitudes, habilidades e competências que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.</p>		<p>Incentivar empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promoverem planos, programas e projetos destinados à capacitação e formação iniciada, continuada e permanente dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.</p>	

## 6.6 EIXO | Educação Ambiental no Combate à Desertificação

O Eixo Educação Ambiental no Combate à Desertificação, está respaldado conforme a Política Nacional de Combate à desertificação, lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015 que institui a **Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos**, onde a Educação Ambiental é vista [...] no inciso “VIII, promover a educação socioambiental dos atores sociais envolvidos na temática do combate à desertificação;” e da Lei Estadual de Combate à Desertificação de Nº 8.785, de 06 de novembro de 2020. Em Sergipe, esse fenômeno vem se intensificando em decorrência de alguns fatores como pastoreio e uso dos recursos naturais da Caatinga. Dentro desta perspectiva, destaca-se a importância da atuação de Educação Ambiental a frente dessas ocorrências, em que no Plano foi apontado a necessidade de uma ação integrada da Política Estadual de Combate à Desertificação e o Plano Estadual de Combate à Desertificação, fortalecido com o Plano Estadual de Educação Ambiental aqui apresentado, sendo visto dessa forma o PlanEA, como uma política pública exequível, elaborada de forma compartilhada, articulada e acompanhada por meio de representações e instâncias que possibilitem uma maior participação e controle social.

As referidas ações, objetivos e metas relacionadas ao eixo Educação Ambiental no Combate à Desertificação são apresentados nos quadros abaixo.



Quadro 6.6 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental no Combate à Desertificação.

TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL				
EIXO: Educação Ambiental no Combate à Desertificação				
<b>DIRETRIZ:</b> Estimular a promoção da cooperação interinstitucional entre o Estado de Sergipe e Municípios, nas ASD's e áreas afetadas, em especial para a implementação eficaz e tempestiva da PECD				
AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Plano municipal de combate à desertificação a partir da identificação de áreas suscetíveis	Realizar diagnóstico de áreas com potencial para desertificação bem como áreas com nível avançado de degradação para subsidiar ações de mitigação, combate, recuperação de tais áreas		Em consonância com a LEI N° 13.153/2015 - Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências.	
Diagnóstico para identificação de áreas com potencial para desertificação para a criação de unidades de conservação	Estabelecer metodologia de mensuração para avaliação das áreas degradadas com vistas a delimitar a criação de novas UCs			Em atendimento a PNCD - Art. 5° Cumpra ao

### TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

				<p>poder público: I - mapear e diagnosticar o estado dos processos de desertificação e degradação ambiental;</p>
<p>Desenvolver ações de preservação ambiental junto às comunidades com ações de reflorestamento, matas ciliares capacitações para uso sustentável do solo</p>	<p>Reconhecer o papel de cada cidadão no processo de manutenção/conservação das áreas a partir da inserção do manejo e uso sustentável dos recursos naturais</p>			<p>Política pública no âmbito federal PNCD- III - incorporação e valorização dos conhecimentos tradicionais sobre o manejo e o uso sustentáveis dos recursos naturais;</p>
<p>Programa de fortalecimento da agricultura orgânica em detrimento ao uso de defensivos agrícolas com desdobramentos com fomento a criação de hortas nas escolas e viveiros para produção de mudas de espécies nativas da caatinga e mata atlântica</p>	<p>Apontar estratégias de convergência entre a preservação ambiental e a manutenção da segurança alimentar através do estímulo a implementação da agricultura familiar</p>			<p>Em convergência com a PNCD VIII - promover a implantação de sistemas de parques e jardins botânicos, etnobotânicos,</p>

### TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

				<p>hortos florestais, herbários educativos e bancos de sementes crioulas.</p> <p>XV - Promover a agricultura familiar, em bases ambientalmente sustentáveis;</p>
<p>Captação de recursos para projetos de Educação Ambiental com foco no uso sustentável do solo</p>	<p>Discriminar fontes de recursos humanos, financeiros e materiais com potencial para serem utilizados em projetos de Educação Ambiental com foco na desertificação</p>		<p>Em consonância a PNCD - XVII - buscar e estimular a cooperação cultural, científica e tecnológica no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca</p>	

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

#### EIXO: Educação Ambiental no Combate à Desertificação

## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

**DIRETRIZ:** Estimular a promoção da cooperação interinstitucional entre o Estado de Sergipe e Municípios, nas ASD's e áreas afetadas, em especial para a implementação eficaz e tempestiva da PECD

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO
Incentivo à criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente com departamento específico para o combate à desertificação	Criar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente com departamento específico para o combate à desertificação		Mobilização social para criação de ambiente político favorável à criação da secretaria	
Apoio na reativação do fundo do conselho municipal do meio ambiente estadual, com incentivo financeiro do poder público e privado	Reativar o fundo do conselho municipal do meio ambiente estadual, com incentivo financeiro do poder público e privado		No âmbito dos conselhos municipais de meio ambiente/ educação	
Incentivo à criação de bancos de semente de plantas nativas da caatinga em todos os municípios com incentivo do governo do estado	Inserir bancos de semente de plantas nativas da caatinga em todos os municípios inseridos no Bioma em Sergipe	Em convergência com a PNCD VIII - promover a implantação de sistemas de parques e jardins botânicos, etnobotânicos, hortos florestais, herbários educativos e bancos de sementes crioulas.		
Apoio na inserção do ecoturismo no planejamento educacional de cada município afim de promover Educação Ambiental	Promover a Educação Ambiental por meio da inserção do ecoturismo no planejamento educacional de cada município	No âmbito dos conselhos municipais de meio ambiente/ educação		

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

Implantação de um programa de criação de unidades de conservação, em especial RPPN	Implantar programa de criação de UCs	Em consonância com a Lei 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação	
--	--------------------------------------	---	--

### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

#### EIXO: Educação Ambiental no Combate à Desertificação

**DIRETRIZ:** Estimular a promoção da cooperação interinstitucional entre o Estado de Sergipe e Municípios, nas ASD's e áreas afetadas, em especial para a implementação eficaz e tempestiva da PECD.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Promover projetos de distribuição de mudas com ações de Educação Ambiental.	promover a reflexão sobre as práticas sociais, que de certo modo tem causado a degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, bem como contribuir para o processo de revegetação de áreas degradadas através do fornecimento de mudas de espécies nativas regionais.		Criar uma rede de projetos produtores e doadores de mudas nativas e promover um encontro anual para reunir estes projetos para promover a Educação Ambiental e incentivar a população a realizar	

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

			o plantio de árvores em áreas degradadas, valorizando e preservando o meio ambiente.	
Incentivar nas comunidades a construção de viveiros de mudas nativas para geração de renda e recuperação de áreas degradadas.	Contribuir para recuperação e restauração de áreas degradadas, e o processo de Educação Ambiental das comunidades sobre os efeitos do desmatamento.	Promover e incentivar projeto de Educação Ambiental para sensibilizar a população sobre o combate à desertificação por meio da recuperação de áreas degradadas.	Estabelecer parcerias com universidades e com instituições de fomento a pesquisa para incentivar a realização de viveiros de mudas nativas nos diferentes biomas.	Promover cursos de capacitação profissional com as comunidades rurais sobre produção de mudas nativas e criar subsídios para aquisição de equipamentos e materiais para construção de viveiro.
Promover ações de incentivo para execução de esgotamento sanitário em todos as cidades juntamente com ações ambientais para sensibilizar e conscientizar como o mesmo está diretamente ligado a saúde ambiental e a desertificação.	Incentivar a implementação de programas de saúde e meio ambiente.		Em consonância com a LEI Nº 13.153/2015 - Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à	



### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

			Desertificação; e dá outras providências.	
--	--	--	---	--

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

#### EIXO: Educação Ambiental no Combate à Desertificação

**DIRETRIZ:** Estimular a promoção da cooperação interinstitucional entre o Estado de Sergipe e Municípios, nas ASD's e áreas afetadas, em especial para a implementação eficaz e tempestiva da PECD.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Não houve propostas relacionadas a desertificação, pois o tema não foi trabalhado no território centro-sul.				

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

**DIRETRIZ:** Estimular a promoção da cooperação interinstitucional entre o Estado de Sergipe e Municípios, nas ASD's e áreas afetadas, em especial para a implementação eficaz e tempestiva da PECD.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO



### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

		De 1 a 2 Anos	De 2 a 4 Anos	
Não houve propostas relacionadas a desertificação, pois o tema não foi trabalhado no território.				

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental no Combate à Desertificação

**DIRETRIZ:** Estimular a promoção da cooperação interinstitucional entre o Estado de Sergipe e Municípios, nas ASD's e áreas afetadas, em especial para a implementação eficaz e tempestiva da PECD.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO 10 Anos
Estimular a recuperação da mata ciliar com incentivo do reflorestamento (campanhas educativas e incentivo ao plantio)	Difundir o conhecimento da legislação pertinente à proteção da mata ciliar e a importância de sua preservação.		Planejamento dos municípios para realização de campanhas educativas para recuperação das matas ciliares de acordo com a legislação vigente.	
Sensibilizar a realização de irrigação/captação feita de forma correta (campanhas educativas e capacitação das secretarias de agricultura e meio ambiente municipais) favorecendo a conservação das nascentes	Sensibilização dos diversos atores sociais sobre o uso adequado da água para	Planejamento dos municípios para realização de		

	irrigação/captação por meio de campanhas educativas.	campanhas educativas para realizar irrigação/captação de água de forma adequada e capacitação de secretarias de agricultura e meio ambiente municipais), favorecendo a conservação das nascentes com base nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.		
Incentivar a implantação de “quintais produtivos”, incentivo por meio da secretaria de agricultura e meio ambiente através de capacitação e estruturação. (curso de extensão sobre quintais produtivos)	Realizar cursos de capacitação para implantação de “quintais produtivos”		Planejamento dos municípios para realização dos cursos com base Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.	
Fortalecer a implantação de barragens sucessivas, a partir do resgate inspirado em projetos já existentes	Evitar o assoreamento dos corpos aquáticos.	Diagnóstico situacional das barragens sucessivas, visando a manutenção dos cursos d’água. Envolvendo as esferas, Estadual, municipal e diversos atores sociais.		



Fortalecer a implantação de cisterna de calçadão ampliação de projetos já existentes	Identificar a realização de projetos voltados a cisterna de calçadão visando o seu fortalecimento.	Diagnóstico situacional dos projetos de cisterna de calçadão, visando a manutenção e fortalecimento envolvendo as esferas as esferas, estadual, municipal e diversos atores sociais.		
--	--	--	--	--

### TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

#### EIXO: Educação Ambiental no Combate à Desertificação

**DIRETRIZ:** Estimular a promoção da cooperação interinstitucional entre o Estado de Sergipe e Municípios, nas ASD's e áreas afetadas, em especial para a implementação eficaz e tempestiva da PECD.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Incentivar a realização da capacitação de produtores no processo de migração da agricultura convencional para agricultura sustentável.	Evitar a degradação das terras é um objetivo da Lei 13.153 que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos, que tem como objetivo integrar socioambientalmente de forma sustentável a produção e o uso dos	Política pública a ser implementada em curto prazo.		

### TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

	<p>recursos hídricos, a produção e o uso da infraestrutura de captação, de armazenamento e de condução hídrica com as ações de prevenção, adaptação e de combate à desertificação e à degradação da terra, a partir disso capacitar os produtores com base em técnicas de agricultura sustentável é uma ação que contribui para conservação das áreas exploradas mitigando os impactos causados no processo.</p>			
<p>Fomentar a utilização das tecnologias sociais para captação de águas das chuvas, contribuindo com redução do impacto das secas periódicas.</p>	<p>Promover a instalação de sistemas de captação e uso da água da chuva em cisternas e barragens superficiais e subterrâneas, bem como de poços artesianos onde houver viabilidade ambiental, entre outras tecnologias adequadas para o abastecimento doméstico e a promoção da pequena produção familiar e comunitária, visando à segurança hídrica e alimentar é uma obrigação imposta na lei 13.135 ao poder público, que deve ser fortalecida por</p>	<p>Planejamento dos municípios para realização de campanhas educativas para realizar irrigação/captação de água de forma adequada e capacitação de secretarias de agricultura e meio ambiente municipais),</p>		<p>Política pública a ser implementada em longo prazo.</p>

### TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

meio de políticas públicas estaduais.

### TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

**DIRETRIZ:** Estimular a promoção da cooperação interinstitucional entre o Estado de Sergipe e Municípios, nas ASD's e áreas afetadas, em especial para a implementação eficaz e tempestiva da PECD.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Não houve propostas relacionadas a desertificação, pois o tema não foi trabalhado no território.				

## 6.7 EIXO | Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental

O Eixo Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental, está respaldado conforme a Política, lei da Política Nacional de Meio Ambiente LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. No estado, a Lei nº 8.497 de 28 de Dezembro A Educação Ambiental no licenciamento atua fundamentalmente na gestão dos conflitos ocasionados por um empreendimento e deve objetivar a apropriação pública das informações pertinentes e a produção de conhecimentos que permitam o posicionamento responsável e a ampla participação dos agentes sociais envolvidos, transformando-os em pessoas atuantes com capacidade de escolha e que conseguem transformar as condições socioambientais de seus territórios (LOUREIRO, 2009).

Portanto, a Educação Ambiental como uma das alternativas de compensação inseridas no processo de licenciamento ambiental, tornou-se uma prática comumente usada por empresas responsáveis pelas obras. Porém, as medidas e os objetivos propostos destoam do real significado que a Educação Ambiental deve assumir no contexto da compensação de impactos. Sendo assim, Farias (2007) conceitua o licenciamento ambiental como processo administrativo complexo que tramita perante a instância administrativa responsável pela gestão ambiental, nas esferas federal, estadual e municipal, objetivando assegurar a qualidade de vida da população através de um controle prévio e de um continuado acompanhamento das atividades humanas geradoras de impactos no meio ambiente.

A formação da consciência ambiental e da construção da cidadania na concretização das políticas públicas de meio ambiente através do licenciamento ambiental, em especial nas ações de gerenciamento de riscos ambientais e atendimentos de emergências, tem relação direta com a efetividade e eficiência na implantação destes programas. A definição do sujeito da Educação Ambiental e a responsabilidade técnica e política, na execução das políticas educacionais, se relacionam diretamente nas diferentes esferas de atuação, ou seja, se o processo educativo se dá no âmbito público a responsabilidade é pública, se acontece na esfera privada a responsabilidade pela execução é privada, porém as diretrizes políticas e os conteúdos mínimos são determinados pelo público, através das normatizações e regulamentações legais e/ou através de condicionantes da licença ambiental. A Educação Ambiental que incide diretamente sobre comportamento e atitudes dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo, promove a capacitação e a qualificação do quadro de funcionários responsáveis pela operação de instalações e equipamentos.

A garantia da interação das políticas de controle público (licenças ambientais) com a cidadania eleva o potencial de fiscalização e de vigilância ambiental na contenção e controle da poluição

e dos ilícitos ambientais, o resultado dessa interação é um processo educativo que abrange toda a comunidade envolvida, incluindo os servidores públicos responsáveis pelas análises e avaliações técnicas nos procedimentos de licenciamento. O licenciamento ambiental é um processo que influencia diretamente os padrões produtivos, uso e ocupação do solo e preservação ambiental. Nesse sentido, nas suas etapas de execução são previstas medidas mitigadoras dos impactos ambientais. A Educação Ambiental além de contribuir para a mitigação dos impactos ambientais, fomenta a participação social e a melhoria da qualidade de vida de atores locais. Cabe ressaltar que os Programas de Educação Ambiental no licenciamento devem ter caráter participativo, transversal, transformador e emancipatório, visando à superação de problemas e/ou conflitos socioambientais, bem como desenvolvendo potencialidades socioambientais que ocorrem no processo de apropriação e uso dos recursos ambientais (IBAMA, 2019), além de estarem contextualizados com a realidade local, promovendo nos processos de licenciamentos ambientais componentes de Educação Ambiental em suas condicionantes.

A Educação Ambiental no licenciamento atua fundamentalmente na gestão dos conflitos ocasionados por um empreendimento e deve objetivar a apropriação pública das informações pertinentes e a produção de conhecimentos que permitam o posicionamento responsável e a ampla participação dos agentes sociais envolvidos, transformando-os em pessoas atuantes com capacidade de escolha e que conseguem transformar as condições socioambientais de seus territórios (LOUREIRO, 2009). Assim, a Educação Ambiental como uma das alternativas de compensação inseridas no processo de licenciamento ambiental, tornou-se uma prática comumente usada por empresas responsáveis pelas obras. Porém, as medidas e os objetivos propostos destoam do real significado que a Educação Ambiental deve assumir no contexto da compensação de impactos. O que se tem visto são palestras informativas junto à comunidade, entrega de folders e cartilhas, além de datas pré-estabelecidas para iniciar e finalizar o projeto (o que contradiz uma das premissas de continuidade que a Educação Ambiental deve realizar). A comunidade que deveria ser parte integrante da construção de medidas que busquem potencializar as ações locais, permanecem s margens do processo, sendo atingida por informações que em sua maioria, estão aquém do que se espera ou até mesmo do que se possa compreender.

Portanto o problema torna-se maior, porque a Educação Ambiental é mencionada apenas como uma forma de compensar o impacto, e não como uma medida educacional realmente efetiva que venha contribuir para melhorias da comunidade local. Assim, conclui-se que o trabalho de Educação Ambiental no processo de licenciamento é dificultado por situações



adversas. Logo, a Educação Ambiental deve ser tratada com o devido zelo para que o processo de licenciamento alcance os objetivos e as metas propostas em seu escopo.

As referidas ações, objetivos e metas relacionadas ao eixo Educação Ambiental no Licenciamento são apresentados nos quadros abaixo.



Quadro 6.7 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental.

TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL				
EIXO: Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental				
<b>DIRETRIZ:</b> Condicionar e prever mecanismos como requisitos aos processos de licenciamento, a elaboração ou apoio a um projeto ou programa de Educação Ambiental coerente quanto à avaliação do processo de execução desses programas e projetos de Educação Ambiental e de seus resultados.				
AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Utilizar a compensação ambiental para projetos e ações voltadas à Educação Ambiental	Elaborar estratégias de utilização dos recursos oriundos de compensação ambiental financeira para projetos de Educação Ambiental identificados no território que estejam em vigor		A partir do alinhamento entre as ações de Compensação ambiental estabelecidas do SNUC Lei 9.985/2000	
Implantar através das secretarias de meio ambiente procedimentos de fiscalização em empreendimentos caracterizados como potencial poluidor, orientando-os a desenvolver trabalhos de Educação Ambiental com seus colaboradores como medida mitigatória	Reconhecer o papel fiscalizador dos órgãos ambientais estabelecendo critérios para adoção de medidas mitigatórias/compensatórias com foco na Educação Ambiental		Estratégia a ser implementada na esfera estadual com penetração em todos os municípios	
Incentivar os empreendimentos a regularizar suas atividades, orientando as partes envolvidas sobre os programas de desenvolvimento voltados ao meio ambiente, saúde e trabalho que possam ser implantados nos empreendimentos	Descrever procedimentos e práticas para atendimento a legislação vigente com desdobramentos para implementação de programas de saúde e meio ambiente	Em cumprimento a legislação vigente utilizando o instrumento da PNMA –		

### TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

		Licenciamento ambiental		
Orientar a identificação dos empreendimentos de maior potencial poluidor via órgão ambiental para instruir sobre o licenciamento assim como sobre a destinação adequada dos resíduos	Definir estratégias de identificação de empreendimentos a partir do princípio poluidor pagador com vistas a determinar retribuição econômica de acordo com o dano causado		Política pública de âmbito estadual com penetração nos municípios. Interface Adema/Secretarias de Meio Ambiente estadual e municipais	

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

#### EIXO: Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental

**DIRETRIZ:** Condicionar e prever mecanismos como requisitos aos processos de licenciamento, a elaboração ou apoio a um projeto ou programa de Educação Ambiental coerente quanto à avaliação do processo de execução desses programas e projetos de Educação Ambiental e de seus resultados.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO
Apoio à criação de Secretaria de Estado do Meio Ambiente que contemple departamento capaz de dar suporte aos municípios nas atividades do licenciamento, como fiscalização, notificação, capacitação, dentre outros procedimentos corriqueiros.	Recomendar a criação de Secretaria de Estado do Meio Ambiente que contemple departamento capaz de dar suporte aos municípios nas atividades do licenciamento		Em consonância com a Política Nacional do Meio Ambiente	



## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

Incentivo para promoção de oficinas e capacitações que permitam ao município ter ferramentas para iniciar o licenciamento ambiental de impacto local tornando menos burocrática a cooperação entre estado e município	Sugerir a promoção de oficinas e capacitações que permitam ao município ter ferramentas para iniciar o licenciamento ambiental de impacto local	Estratégia a ser implementada na esfera estadual com inserção em todos os municípios		
Estruturação das secretarias e departamentos ambientais, tais como móveis, equipamentos de informática e de escritório, além de veículos por meio da utilização do recurso oriundo do fundo estadual de meio ambiente	Otimizar a utilização do recurso oriundo do fundo estadual de meio ambiente para estruturar secretarias e departamentos ambientais	Em consonância com a legislação vigente		
Sugere-se a implementação e ampliação do pelotão ambiental para que o mesmo possa dar suporte à questão de dano ambiental no território sergipano, com eficiência e rapidez	Ampliar pelotão ambiental para que o mesmo possa dar suporte à questão de dano ambiental no território sergipano	Integração entre as Secretarias de Meio Ambiente e de Segurança Pública para ação planejada do pelotão ambiental		
Sugere-se celeridade na regulamentação da Lei Estadual Nº 8.793 de 2020, que institui o cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais e a taxa de controle e fiscalização ambiental, a qual define que 75% dos recursos sejam repassados para os municípios e 25% para o estado de modo que o recurso seja destinado a ações de Educação Ambiental	Apoiar a regulamentação da Lei Estadual Nº 8.793 de 2020, que institui o cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais e a taxa de controle e fiscalização ambiental.		Mobilização social para um ambiente político favorável à regulamentação da lei	

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

### EIXO: Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental

**DIRETRIZ:** Condicionar e prever mecanismos como requisitos aos processos de licenciamento, a elaboração ou apoio a um projeto ou programa de Educação Ambiental coerente quanto à avaliação do processo de execução desses programas e projetos de Educação Ambiental e de seus resultados.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Incentivar a estruturação das secretarias com profissionais capacitados para realizar o licenciamento ambiental.	fomentar o aperfeiçoamento da gestão ambiental municipal, com ênfase na inserção de programas, ações ou campanhas de Educação Ambiental nos processos de licenciamento ambiental.		Promover treinamentos e cursos de qualificação profissional para agentes públicos em Educação Ambiental e legislação nos processos de licenciamento ambiental.	
Estimular a padronização do licenciamento ambiental pela via municipal, dispondo dos documentos necessários.	Realizar a municipalização do licenciamento ambiental para descentralizar as análises ambientais no Estado e fortalecer as prefeituras municipais visando à ampliação da qualidade ambiental em âmbito local.		Fomentar a realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores municipais para a prática do licenciamento ambiental em âmbito municipal, conforme	

### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

			Lei Complementar 140/2011.	
Fomentar a realização de ações que orientem a possibilidade do licenciamento regionalizado por meio de consórcio público.	Ampliar e divulgar conhecimentos acerca do processo de municipalização do licenciamento ambiental auxiliado pelos consórcios públicos.	Difundir informações e orientações por meio de cursos e palestras educativas sobre o papel do consórcio público no licenciamento ambiental municipal.	Elaborar Cartilha com o propósito de fornecer aos consórcios públicos orientações para sua atuação no processo de licenciamento ambiental em âmbito municipal.	
Promover a orientação da população empreendedora sobre a obrigatoriedade da regularização perante o licenciamento ambiental e que enquanto usuários de recursos naturais possam integrar as políticas de meio ambiente.	Incentivar as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por empreendimentos irregulares promovam as necessárias correções de suas atividades, mediante o atendimento das exigências impostas pelas autoridades ambientais competentes.	Realizar ampla divulgação do guia dos procedimentos de licenciamento ambiental		

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

#### EIXO: Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental

**DIRETRIZ:** Condicionar e prever mecanismos como requisitos aos processos de licenciamento, a elaboração ou apoio a um projeto ou programa de Educação Ambiental coerente quanto à avaliação do processo de execução desses programas e projetos de Educação Ambiental e de seus resultados.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS
-------	-----------	-------

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

		<b>CURTO PRAZO</b> De 1 a 2 Anos	<b>MÉDIO PRAZO</b> De 2 a 4 Anos	<b>LONGO PRAZO</b>
Condicionar programas de Educação Ambiental aos Empreendimentos de Grande Potencial Poluidor e Degradação.	conhecer e divulgar os principais potenciais degradadores e poluidores do empreendimento e os respectivos impactos ambientais a eles associados, que deverão ser considerados nos projetos específicos dos programas de Educação Ambiental dos empreendimentos.			A ação depende de regulamentação pelo poder público em articulação com as Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.
Fomentar a coleta seletiva pelo empreendimento e nos municípios e os seus povoados.	Compreender a importância da destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recicláveis.	Ação estar sujeita da inserção de diversos atores da sociedade, por meio de ações continuadas para sensibilização a respeito do tema com base nas as Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.		
Incluir programas de recuperação de área degradada nas condicionantes ambientais sempre que necessário.	Assegurar compensações ambientais em áreas degradadas pelo com o			A ação depende de regulamentação

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

	acompanhamento do órgão ambiental competente e controle sócia, por meio de programas de Educação Ambiental dos empreendimentos, com base na análise e recomendações dos pareceres técnicos emitidos pelo órgão ambiental licenciador e nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.			pelo poder público em articulação com as Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.
--	---	--	--	---

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

#### EIXO: Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental

**DIRETRIZ:** Condicionar e prever mecanismos como requisitos aos processos de licenciamento, a elaboração ou apoio a um projeto ou programa de Educação Ambiental coerente quanto à avaliação do processo de execução desses programas e projetos de Educação Ambiental e de seus resultados.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Promover o monitoramento das ações de Educação Ambiental executadas pelos empreendimentos e/ou atividades licenciadas	Fortalecer a ação dos órgãos fiscalizadores no acompanhamento da execução das ações de Educação Ambiental		Estratégia a ser implementada em âmbito estadual e municipal; atuação conjunta entre	

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

	vinculadas aos processos de compensação/mitigação das atividades licenciadas		Adema e Secretarias Municipais de Meio Ambiente	
Inserir nos processos de licenciamento ambiental, ações de Educação Ambiental voltadas as comunidades tradicionais e povos indígenas considerando seus elementos culturais	Dispor de ações socioambientais específicas voltadas para comunidades consideradas vulneráveis aos impactos dos empreendimentos licenciados		Estratégia a ser implementada em âmbito estadual e municipal	
Promover a discussão sobre um marco regulatório para a incorporação da compensação ambiental proveniente de empreendimentos potencialmente poluidores em ações de Educação Ambiental	Regulamentar o direcionamento de recursos provenientes do licenciamento ambiental de atividades que gerem impacto ambiental para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental			Discussão a ser tratada em âmbito federal e estadual com inserção nos órgãos gestores ambientais

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental

**DIRETRIZ:** Condicionar e prever mecanismos como requisitos aos processos de licenciamento, a elaboração ou apoio a um projeto ou programa de Educação Ambiental coerente quanto à avaliação do processo de execução desses programas e projetos de Educação Ambiental e de seus resultados.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS
-------	----------	-------

		<b>CURTO PRAZO</b> <b>De 1 a 2 Anos</b>	<b>MÉDIO PRAZO</b> <b>De 2 a 4 Anos</b>	<b>LONGO PRAZO</b> <b>10 Anos</b>
Estimular a revisão das licenças emitidas pelos órgãos ambientais responsáveis que prejudiquem as comunidades tradicionais (pescadores artesanais e agricultores familiares) orientando o não uso de substâncias químicas próximas as margens dos rios e manguezais	Promover encontros com as comunidades tradicionais, visando o conhecimento e acompanhamento das licenças emitidas pelos órgãos ambientais nas comunidades locais	Compartilhar pedidos de licenças pelos órgãos competentes com a comunidade a ser envolvida, visando discussões voltadas principalmente para a preservação das margens de rios e manguezais.		
Estimular a destinação de recursos das compensações para projetos de revitalização de nascentes e matas ciliares. Com o reflorestamento de áreas devastadas dos rios e manguezais	Direcionamento de ações de recuperação de áreas degradadas como as matas ciliares dos rios e nascentes		Elaboração de projetos de recuperação de áreas degradadas de nascentes e matas ciliares dos rios e manguezais, envolvendo as esferas, estadual, municipal e diversos atores sociais.	
Incentivar campanhas educativas sobre Educação Ambiental nas escolas com recursos advindos do licenciamento ambiental	Direcionamento de ações para realização de campas educativas sobre Educação Ambiental nas instituições de ensino	Planejamento das instituições de ensino para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental, com base nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.		



		Envolvimento de diversos atores sociais.		
Fomentar e capacitar condutores ambientais/brigadistas e educadores ambientais locais para o desenvolvimento no ecoturismo ambiental	Direcionamento de ações para capacitação de condutores ambientais e brigadistas com desenvolvimento de ecoturismo ambiental		Planejamento dos municípios para realização de cursos visando o desenvolvimento de Educação Ambiental com diversos atores sócias em parceria com as esferas, Municipal, Estadual e Nacional	

### TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

#### EIXO: Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental

**DIRETRIZ:** Condicionar e prever mecanismos como requisitos aos processos de licenciamento, a elaboração ou apoio a um projeto ou programa de Educação Ambiental coerente quanto à avaliação do processo de execução desses programas e projetos de Educação Ambiental e de seus resultados.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Incentivar a inclusão na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual municipais de fomentos para o fortalecimento da Educação Ambiental municipal.	O objetivo é direcionar parte da arrecadação com os processos de licenciamento ambiental para projetos de Educação Ambiental.		Política pública a ser implementada em médio prazo.	

### TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

<p>Conscientizar os empreendedores locais sobre a necessidade da Educação Ambiental no processo de licenciamento ambiental para seu empreendimento.</p>	<p>Orientar, informar e educação a sociedade sobre os impactos ambientais entorno dos processos de licenciamento ambiental são ações primordiais. Essa ação tem o objetivo de informar desde o empreendedor até as comunidades inseridas nas áreas do empreendimento sobre os impactos ambientais por meio da Educação Ambiental.</p>	<p>Política pública a ser implementada em curto prazo.</p>		
---	---	--	--	--

### TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental

**DIRETRIZ:** Condicionar e prever mecanismos como requisitos aos processos de licenciamento, a elaboração ou apoio a um projeto ou programa de Educação Ambiental coerente quanto à avaliação do processo de execução desses programas e projetos de Educação Ambiental e de seus resultados.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

<p><b>1-Realizar capacitação técnica dos servidores públicos municipais das secretarias, autarquias e departamentos de meio ambiente.</b></p>	<p>Ter pessoas qualificadas para trabalhar com licenciamento ambiental e agilizar a resolução dos processos já existentes.</p>		<p>Fomentar o desenvolvimento de eventos, como cursos, oficinas e seminários voltados para a disseminação do conhecimento a respeito do licenciamento ambiental.</p>	
<p><b>2-Incentivar a regularização da Educação Ambiental no âmbito municipal.</b></p>	<p>Que todos tenham informações e desenvolva um senso crítico voltado para problemática ambiental.</p> <p>Incentivar projetos de pesquisa e métodos alternativos sobre a temática ambiental.</p>		<p>Incentivar as ações de Educação Ambiental no âmbito municipal.</p>	
<p><b>3-Promover ações voltadas para a sensibilização dos empreendedores quanto à importância do licenciamento ambiental.</b></p>	<p>Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais. (Política Estadual do Meio Ambiente de Sergipe, objetivos e princípios, III).</p>		<p>A sensibilização de empreendedores a respeito do licenciamento ambiental de</p>	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

	<p>Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais.</p>		<p>modo que os empreendedores possam despertar para a importância da adequação de seus estabelecimentos as legislações vigentes inclusive as de Educação Ambiental.</p>	
<p><b>4-</b> Estimular as empresas licenciadas a promover Educação Ambiental continuada direcionadas para a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.</p>	<p>Proporcionar maior proteção as áreas de conservação ambiental e ao meio ambiente como todo.</p>		<p>Fomentar parcerias entre o setor privado e público para proporcionar práticas de educação nas escolas e nas empresas e para a sociedade como todo.</p>	
<p><b>5-</b> Fomentar o desenvolvimento de instrumentos e metodologias direcionadas a sensibilização das empresas não regulamentadas para adesão do licenciamento ambiental.</p>	<p>Despertar e sensibilizar empresários a respeito do licenciamento ambiental.</p>		<p>Incentivar ações que motivem os empresários a aderirem o</p>	



## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

Mostrar aos empresários as vantagens do licenciamento Ambiental.

licenciamento ambiental.

## 6.8 EIXO | Educação Ambiental em Recursos Hídricos e Gerenciamento Costeiro

### *Recursos Hídricos*

O eixo da Educação Ambiental em Recursos Hídricos resgata os objetivos e diretrizes da EA a partir da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e dirigentes dos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados e do Distrito Federal ao firmar o Pacto Nacional pela Gestão das Águas, em 2011. Este termo de compromisso apresenta como objetivo o fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos a fim de ampliar parcerias para estimular os processos de articulação no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que pode oferecer espaço para colaborações com formações continuadas da EA de forma participativa e contínua. Dessa forma, este termo tem como objetivo promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual e fortalecer o modelo brasileiro de gestão das águas, integrado, descentralizado e participativo.

A Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de Sergipe. Por sua vez, a Lei Estadual nº 4.600, de 13 de setembro de 2002, altera o artigo 12, inciso IV, e o artigo 13 da Lei nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, e cria o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá providências correlatas. Instituído também o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH) que é um órgão de coordenação, fiscalização e deliberação coletiva e de caráter normativo. Este Conselho é responsável pela articulação e gestão do planejamento de recursos hídricos no estado. Em Sergipe existem oito bacias hidrográficas, são elas: bacias dos rios São Francisco, Sergipe, Japarutuba, Vaza Barris, Piauí e Real, além do Grupo de Bacias Costeiras 1 (GC1) e do Grupo de Bacias Costeiras 2 (GC2). São considerados estaduais, os rios Japarutuba, Sergipe e Piauí, sua instituição foi implementada, segundo os princípios básicos e as estratégias metodológicas preconizadas no Pró-Gestão.

Em 2009, na busca de consolidar o âmbito da gestão de RH como um espaço transversal aos princípios da Educação Ambiental, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos levou-se em consideração a Política Nacional Educação Ambiental, Lei nº 9.795/1999, para aprovação da Resolução nº 98, que estabelece as diretrizes e os fundamentos para a implementação da EA na gestão integrada de RH (Cavalcanti, 2022). Considera-se assim que a Educação Ambiental é mais um caminho que visa à formação de habilidades e competências para a

construção de um processo de planejamento estratégico participativo, que, por sua vez, facilite a configuração de equipes para unificar sistemicamente e de maneira consensual metodologias e ações de proteção e conservação em torno das bacias hidrográficas. Faz-se necessário para isso que as equipes que atuam em GC1 e CC2 tenham conhecimentos básicos, não só em suas áreas de atuação - além daquelas relacionadas aos fenômenos físicos - como também em outras áreas cognitivas, pois deverão perpassar pelas problemáticas, tanto locais quanto municipais e estaduais. O mesmo deve ocorrer com os técnicos, sociedade civil organizada e a comunidade em relação à Educação Ambiental, que precisam estar capacitados para atuar no desenvolvimento de programas ambientais integrados e na elaboração de projetos, além de se disporem, em certos casos, a rever conceitos, ações, compartilhar experiências e práticas confrontadas com a realidade, visando a obter conhecimento em temas como: a geografia, as características locais, dinâmica da bacia do ambiente social que a envolve, o valor econômico e a vulnerabilidade da área. Assim como o foco de prioridades locais ou do Estado, que se sustenta na Educação Ambiental e no conhecimento das leis.

### **Gerenciamento Costeiro**

O Eixo do Gerenciamento Costeiro (GC) trata de EA nas áreas marinhas e costeiras do Estado de Sergipe. A Lei N° 7.661. e o que trata a Zona Costeira, estabelecida como patrimônio nacional no parágrafo 4° do art. 225 da Constituição Federal, que corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra- incluindo seus recursos renováveis ou não, que abrange uma faixa marítima e outra terrestre, com os seguintes limites: (a) Faixa marítima: espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial; (b) Faixa terrestre: espaço compreendido pelos limites dos Municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira. A zona costeira pode ser considerada a área de maior produtividade biológica do planeta. É o lar da maior parte da população mundial, que depende de seus recursos e tem um amplo poder de determinar, através do uso realizado, o seu estado de saúde ecológica.

Neste contexto, as zonas costeiras, densamente povoadas, com ecossistemas frágeis e amplamente exploradas, vêm sofrendo com impactos e conflitos ambientais, sociais e econômicos. Em virtude deste contexto, devemos pensar sobre o papel e a importância da Educação Ambiental como um processo através do qual são trabalhados temas socioambientais para se chegar a um estado desejável de ser/estar/agir em relação ao meio

ambiente (Kitzmann, 2009). Segundo Quintas, Gomes e Uema (2006), a Educação Ambiental possibilita ao indivíduo e à coletividade se perceberem como sujeitos sociais capazes de compreenderem a complexidade da relação sociedade e natureza, bem como de se comprometerem em agir em prol da prevenção de riscos e danos socioambientais causado por intervenções no ambiente físico natural e construído. Em Sergipe, o Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro, além do Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro (CEGC) são instituídos por meio da Lei N° 8.634 de 2019. Nesta normativa, a Educação Ambiental é entendida como um caminho para alcançar o princípio da capacitação, definido na Seção II Art. 4° São princípios do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro: [...] inciso “IV - a capacitação, através da Educação Ambiental, das populações que vivem ou transitam na zona costeira ou que dependem, direta ou indiretamente, de seus recursos, com vistas à implementação da defesa do meio ambiente da zona costeira;” Dentro desta perspectiva de atuação de Educação Ambiental na Zonas Costeiro e Marinho do Estado de Sergipe, que têm atuação da Projeto Político Pedagógico do Zoneamento Costeiro e Marinho (PPPZCM), criado entre os anos de 2019 e 2021, durante um processo participativo e dialógico, que envolveu centenas de pessoas com o mesmo interesse: apoiar a gestão ambiental tanto no âmbito costeiro como no âmbito marinho, com o intuito fortalecer a conservação da biodiversidade. O objetivo geral do PPPZCM foi criar diretrizes pedagógicas e institucionais que contribuam para o desenvolvimento de processos educativos com o foco no uso sustentável e conservação da biodiversidade da Zona Costeira e Marinha do Brasil. O Projeto Político Pedagógico para a conservação e uso sustentável da Zona Costeira e Marinha do Brasil adotou, como base metodológica e pedagógica, os princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Tratado de EA) que é a base da PNEA, do Programa Nacional de Educação Ambiental, dos indicadores nacionais de políticas públicas de Educação Ambiental e das redes de Educação Ambiental do Brasil. Tal processo está diretamente ligado aos processos de EA na Zona Costeira e Marinha e vem sendo desenvolvido em Sergipe, uma vez que o estado tem cerca de 163 km de extensão e ocupa uma superfície de 5.513,7 km<sup>2</sup>, equivalente a 25,1% do seu território.

As referidas ações, objetivos e metas relacionadas ao eixo Educação Ambiental em Recursos Hídricos são apresentados nos quadros abaixo.



Quadro 6.8 - Diretrizes por território do Eixo Educação Ambiental em Recursos Hídricos.

TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL				
EIXO: Educação Ambiental em Recursos Hídricos				
<b>DIRETRIZ:</b> Contribuir para o Fortalecimento da participação das comunidades e diversos atores nas ações de Educação Ambiental e fomentar a articulação com instituições responsáveis pela gestão da política de recursos hídricos para o envolvimento nas ações de Educação Ambiental.				
AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Programa de identificação, revitalização e conservação de nascentes e matas ciliares nos corpos hídricos	Relacionar a importância da manutenção dos recursos hídricos a manutenção da vida a partir de ações de preservação/conservação da biodiversidade		Política pública para realização de inventário dos corpos hídricos em respeito ao que rege lei 9.433/1997 – Lei das Águas	
Incentivo ao reuso de águas cinzas por meio de orientação técnica através dos órgãos competentes	Disseminar técnicas para reutilização da água a exemplo do saneamento ecológico, com vistas ao consumo consciente, preservação/manutenção do recurso hídrico	Estratégia poderá ser implementada em feiras de ciências e de negócios		
Ampliação das salas verdes com a viabilização de espaços sustentáveis para disseminação das atividades de Educação Ambiental voltadas para a proteção dos recursos hídricos	Identificar espaços que possam servir de suporte para a realização de atividades educacionais, munidas de recursos humanos e materiais	Amparados na política pública federal que preconiza a criação de centros de informação e formação ambiental – Projeto Salas Verdes		

### TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

<p>Fomento a implementação de “observatório das águas” como um sistema de acompanhamento e monitoramento quanti/qualitativo dos recursos hídricos engajando instituições de ensino, poder público, iniciativa privada e sociedade civil</p>	<p>Instituir práticas de estímulo a pesquisa com obtenção e divulgação de dados fidedignos inerentes aos recursos hídricos (qualidade da água, escassez, principais usos do recurso hídrico) de acordo com a dinâmica de cada território</p>		<p>Estratégia a ser implementada na política estadual com penetração nos demais municípios</p>	
<p>Estimular o desenvolvimento de tecnologias sociais como alternativa de acesso à água, como a captação de águas pluviais e a disseminação de métodos de tratamento das águas subterrâneas para uso doméstico</p>	<p>Promover a criação de recursos instrucionais com linguagem prática e acessível, que abordem as alternativas de inserção das tecnologias sociais no cotidiano do cidadão para ampliação do acesso a água</p>		<p>Em atendimento a Lei N. 9.433/1997- Lei das Águas</p>	

### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

#### EIXO: Educação Ambiental em Recursos Hídricos

**DIRETRIZ:** Contribuir para o Fortalecimento da participação das comunidades e diversos atores nas ações de Educação Ambiental e fomentar a articulação com instituições responsáveis pela gestão da política de recursos hídricos para o envolvimento nas ações de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
<p>Realização de campanhas de conscientização e sensibilização da população sobre a importância da proteção das nascentes e das matas ciliares, pautando o cuidado com o uso de agrotóxicos e outros poluentes</p>	<p>Promover campanhas de conscientização e sensibilização da população sobre a importância da proteção das nascentes e das matas ciliares</p>	<p>Estratégia poderá ser implementada em feiras de ciências e de negócios</p>		



### TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

<p>Apoio para a implantação de programas para dessalinização e uso das águas subterrâneas sob orientação das secretarias de meio ambiente como forma de garantir o acesso à água e a segurança hídrica, por meio de parcerias público-privadas</p>	<p>Fomentar a implantação de programas para dessalinização e uso das águas subterrâneas sob orientação das secretarias de meio ambiente</p>	<p>Em atendimento a Lei N. 9.433/1997- Lei das Águas</p>		
<p>Apoio para iniciativas para a recuperação de áreas degradadas nas margens de corpos hídricos com vegetação nativa</p>	<p>Incentivar iniciativas para a recuperação de áreas degradadas nas margens de corpos hídricos</p>	<p>Em atendimento à Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, estabelece normas para proteção da vegetação nativa em áreas de preservação permanente, reserva legal, uso restrito, exploração florestal e assuntos relacionados</p>		
<p>Criação de campanhas informativas para a população junto aos agentes de saúde e endemias sobre o tratamento da água proveniente de fontes alternativas para consumo humano (poços, rios)</p>	<p>Promover campanhas informativas para a população junto aos agentes de saúde e endemias sobre o tratamento da água proveniente de fontes alternativas para consumo humano</p>	<p>Estratégia poderá ser implementada em feiras de ciências</p>		
<p>Realização de diagnóstico do potencial hídrico subterrâneo a fim de catalogar possíveis fontes para captação e acesso à água por meio de poços</p>	<p>Promover o diagnóstico do potencial hídrico subterrâneo a fim de catalogar possíveis fontes para captação e acesso à água por meio de poços</p>		<p>Política pública para realização de inventário dos corpos hídricos em respeito ao que rege lei 9.433/1997 – Lei das Águas e Código Florestal Brasileiro Lei 12.727/2012</p>	



## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

### EIXO: Educação Ambiental em Recursos Hídricos

**DIRETRIZ:** Contribuir para o Fortalecimento da participação das comunidades e diversos atores nas ações de Educação Ambiental e fomentar a articulação com instituições responsáveis pela gestão da política de recursos hídricos para o envolvimento nas ações de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Promover ações educativas sobre os impactos ambientais causados pelo uso inadequado dos manguezais e sua urbanização, visando criar a cultura da não invasão aos manguezais.	Sensibilizar a população sobre a importância da valorização e conservação do ecossistema manguezal, diretamente vinculadas à sustentabilidade e voltadas ao desenvolvimento comunitário.		Subsidiar a elaboração e disseminação de materiais didática e pedagógicos dentre outras ferramentas de difusão de práticas de Educação Ambiental em áreas de manguezal, para a sensibilização de indivíduos engajados na conservação e preservação dos ecossistemas costeiros.	
Fomentar ações de sensibilização junto as agências de turismo para promoção do turismo sustentável, objetivando gerar renda alinhado a consciência ecológica.	Promover um maior engajamento da atividade <i>turística</i> às <i>metas</i> da	Articular o envolvimento dos gestores municipais e outros atores locais		

### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

	agenda global de desenvolvimento <i>sustentável</i> .	para o desenvolvimento do turismo sustentável posicionado na Agenda 2030, por meio de convênios e outras formas de parceria.		
Fomentar a divulgação efetiva do programa “Produtor de Águas” da Agência Nacional das Águas (ANA).	Apresentar os principais aspectos conceituais e operacionais do Programa Produtor de Água.	Democratizar e facilitar o acesso à informação sobre o manual operativo do programa “Produtor de Águas”, promovendo troca de informações e saberes, com linguagem acessível e voltadas aos diferentes públicos envolvidos.	Estimular parcerias entre municípios, comitês de bacia e, ou empresas de saneamento para promoção de ações educativas que promovam a orientação dos agricultores para aderência ao programa “Produtor de Águas”.	
Promover e fortalecer as ações de reflorestamento das margens de rios, riachos e manguezais.	Proteger a cobertura vegetal das margens de rios e riachos e maximizar as atividades de recomposição das matas ciliares e manguezais.	Elaborar e promover ações de educação e sensibilização ambiental através de teatro, oficinas, cursos dentre outros dispositivos de ensino-aprendizagem para estimular as comunidades a apoiar e realizar ações de reflorestamento das	Estabelecer parcerias com universidades e com instituições de fomento a restauração de ecossistemas para incentivar a realização de projetos de reflorestamento de matas ciliares e	

### TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

		matas ciliares e manguezais.	manguezais vinculadas.	
Promover ações de capacitação e orientação aos produtores rurais no processo de outorga d'água junto aos órgãos ambientais.	Fortalecer o mecanismo de gerenciamento dos recursos hídricos e assegurar os usuários o direito legal de acesso desse bem público.		Promover cursos de capacitação e orientação sobre a importância e os trâmites de um processo de <i>outorga para o uso legal dos recursos hídricos embasados na Lei Federal nº 9.433/97 e no âmbito da Legislação Estadual nº 3.870/97, regulamentada pelo decreto nº 18.456/99.</i>	

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

#### EIXO: Educação Ambiental em Recursos Hídricos

**DIRETRIZ:** Contribuir para o Fortalecimento da participação das comunidades e diversos atores nas ações de Educação Ambiental e fomentar a articulação com instituições responsáveis pela gestão da política de recursos hídricos para o envolvimento nas ações de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO

**TERRITÓRIO CENTRO SUL**

<p>Fomentar cursos nos municípios para o gerenciamento correto do uso das águas.</p>	<p>Estimular a compreensão da visão sistêmica dos recursos hídricos para a conservação e o consumo sustentável da água, visando a melhoria da qualidade de vida das populações.</p>		<p>A ação depende da inserção do tema no planejamento dos municípios para realização dos cursos com base na política pública PNRS de 2010 e pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico – Lei nº 14.026/2020 e as Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipais, Estaduais e Nacional.</p>	
<p>Sensibilizar a população sobre o reaproveitamento das águas cinzas.</p>	<p>Compreender a importância do reaproveitamento da água, preservando os recursos das gerações futuras e garantir o uso consciente da água potável.</p>	<p>Ação estar sujeita a apresentação de ações socioambientais, inclui planejamento com os atores sociais para difundir tais informações com base nas Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipais, Estaduais e Nacional Amparados pela política pública PNRS de 2010 e pelo Novo Marco Legal do</p>		

### TERRITÓRIO CENTRO SUL

		Saneamento Básico – Lei nº 14.026/2020		
Estabelecer critérios dentro da gestão de recursos hídricos para orientação e sensibilização na perfuração de poços artesanais.	Esclarecer a população que a perfuração de poços artesanais é uma intervenção ambiental e que é necessário obedecer a legislação relacionada.			A ação depende de regulamentação pelo poder público em articulação com as Políticas de Educação Ambiental nos níveis Municipal, Estadual e Nacional.

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

#### EIXO: Educação Ambiental em Recursos Hídricos

**DIRETRIZ:** Contribuir para o Fortalecimento da participação das comunidades e diversos atores nas ações de Educação Ambiental e fomentar a articulação com instituições responsáveis pela gestão da política de recursos hídricos para o envolvimento nas ações de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Estruturação e fomento de capacitações (cursos, atividades culturais, etc.) continuadas de Educação Ambiental em todos os públicos,	Estimular a participação popular e o engajamento dos		Amparado pela Política Nacional de	

### TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

especialmente comunidades tradicionais (pescadores, marisqueiras, ribeirinhos, etc.) no que tange à temática de recursos hídricos e gerenciamento costeiro	diversos atores sociais, sobretudo das comunidades tradicionais, quanto aos cuidados com os recursos hídricos por meio de espaços de difusão do conhecimento		Educação Ambiental que prevê o incentivo à Educação Ambiental de povos tradicionais	
Propor que haja um programa contínuo de Educação Ambiental no âmbito das atividades turísticas que ocorrem principalmente em rios e praias	Promover ações contínuas de Educação Ambiental em observação ao controle e à manutenção da qualidade ambiental dos corpos hídricos em locais de apelo turístico	Amparado pela Política Nacional de Educação Ambiental que prevê o incentivo a práticas educativas voltadas ao ecoturismo e pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro		
Intensificar campanhas sociais, na Educação Ambiental não-formal, sobre a importância da manutenção ou recuperação da vegetação das margens e das nascentes de rios e suas bacias hidrográficas	Sensibilizar a coletividade acerca da proteção dos recursos hídricos bem como de seu entorno por meio de ações e práticas educativas		Estratégia a ser implementada no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas	

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental em Recursos Hídricos

**DIRETRIZ:** Contribuir para o Fortalecimento da participação das comunidades e diversos atores nas ações de Educação Ambiental e fomentar a articulação com instituições responsáveis pela gestão da política de recursos hídricos para o envolvimento nas ações de Educação Ambiental.

**TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO**

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Estimular projeto de recuperação florestal nas nascentes dos rios do território leste sergipano	Promover ações de Educação Ambiental, voltadas para a recuperação florestal (mata ciliar) nas nascentes dos rios regionais.			Estabelecer parcerias com a esfera municipal, comitês das bacias hidrográficas e privadas locais, visando a recuperação das matas ciliares das nascentes dos rios com base na política pública de inventário dos corpos hídricos em respeito ao que rege lei 9.433/1997 – Lei das Águas e Código Florestal Brasileiro Lei 12.727/2012
Estimular/resgatar projetos e ações para o ecoturismo.	Promover o conhecimento e a situação ambiental dos corpos hídricos regionais.		Integração com os Comitês das Bacias Hidrográficas regionais visando a	

**TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO**

			preservação e manutenção desses recursos.	
Compensações ambientais para os entrepostos pesqueiros e comunidades	Criar projetos oriundos de compensação ambiental na recuperação e manutenção de espaços comunitários, como entrepostos pesqueiros.		Adequação de espaços comunitários e entrepostos pesqueiros. Visando sua manutenção e sua utilização na divulgação da Educação Ambiental.	
Propor parcerias com as empresas privadas para investirem no ecoturismo e turismo de base comunitária de Pirambu e demais municípios (praias, reservas ambientais e outros)	Identificar as potencialidades dos recursos naturais regionais visando o desenvolvimento de ações voltadas à preservação desses ambientes.		Conhecer e formalizar parcerias com instituições que desenvolvem ações de Educação Ambiental, ecoturismo e turismo de base comunitária	
Fomentar a construção de um espaço adequado para o reaproveitamento dos resíduos pesqueiros	Promover o beneficiamento dos resíduos pesqueiros nos portos, principalmente a casca de camarão.		Estabelecimento de parcerias com a esfera municipal e privadas locais para criação e implementação de projetos voltados ao reaproveitamento dos resíduos pesqueiros	

## TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

### EIXO: Educação Ambiental em Recursos Hídricos

**DIRETRIZ:** Contribuir para o Fortalecimento da participação das comunidades e diversos atores nas ações de Educação Ambiental e fomentar a articulação com instituições responsáveis pela gestão da política de recursos hídricos para o envolvimento nas ações de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO
Promover a capacitação da equipe técnica dos municípios (agentes de saúde e de endemias) para orientação da população sobre os cuidados com a qualidade da água para consumo humano, com campanhas educativas voltadas principalmente para as comunidades rurais;	O objetivo dessa ação é levar a informação básica e essencial as comunidades rurais sobre os cuidados com a água para consumo, com o objetivo de minimizar os impactos negativos causados na saúde dessas comunidades, orientando-os sobre técnicas para melhorar a qualidade da água antes do consumo como exemplo a utilização de filtros.			Política pública a ser implementada em longo prazo.
Promover campanhas informativas de sensibilização para conscientização sobre o uso de agrotóxicos e o descarte inadequado de resíduos, óleos e graxas e demais substâncias que comprometam a qualidade dos corpos hídricos.	Orientar os agricultores sobre o uso dos agrotóxicos e seus impactos para os corpos hídricos, sensibilizando os para um uso racional e consciente, incluindo desde a manipulação até o descarte dos recipientes.	Política pública a ser implementada em curto prazo.		

### TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

<p>Regulamentação, incentivo e prestação de orientação técnica para os produtores rurais e demais atividades econômicas sobre o reuso da água para irrigação visando a redução do desperdício de água potável.</p>	<p>Incentivar os agricultores a implantar sistema de reuso das águas cinzas como base na irrigação, visto que a utilização de água potável na agricultura não é recomendada, pois o Brasil é composto por regiões semiáridas que sofrem historicamente com a escassez hídrica em larga escala, necessitando assim da criação de alternativas capazes de potencializar a racionalização, bem como o uso sustentável de seu maior bem, a água.</p>		<p>Política pública a ser implementada em médio prazo.</p>	
--	--	--	--	--

### TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

#### EIXO: Educação Ambiental em Recursos Hídricos

**DIRETRIZ:** Contribuir para o Fortalecimento da participação das comunidades e diversos atores nas ações de Educação Ambiental e fomentar a articulação com instituições responsáveis pela gestão da política de recursos hídricos para o envolvimento nas ações de Educação Ambiental.

AÇÕES	OBJETIVO	METAS		
		CURTO PRAZO De 1 a 2 Anos	MÉDIO PRAZO De 2 a 4 Anos	LONGO PRAZO

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

<p>Desenvolver programa continuado por parte do poder público voltado para proteção e revitalização das matas ciliares e nascentes, principalmente nos mananciais utilizados para consumo humano.</p>	<p>Planejar e implementar, projetos e ações educativas no contexto das atividades finalísticas, visando o fortalecimento da gestão ambiental pública (PANGEA, 2021).</p> <p>Preservar os as margens dos cursos d'água e garantir a existência das nascentes (Lei 12.651, 2012).</p> <p>Formar e capacitar de forma permanente Servidores, Gestores, Educadores Ambientais e sociedade (PNEA, 1999).</p>		<p>Propor e apoiar ações compartilhadas de Educação Ambiental e ações de formação continuada em parceria com os órgãos ambientais, entidades públicas e organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades ligadas em área ambiental (PANGEA, 2021 e SNUC, 2000).</p>	
<p>Realizar consulta prévia com as comunidades ribeirinhas e tradicionais (indígenas e quilombolas) sobre o uso dos recursos hídricos e desenvolvimento de atividades que gerem degradação em seu entorno, principalmente extração de areia e garimpo ilegais; (acrescentar em todos os eixos).</p>	<p>Desenvolver ações educativas relativas ao manejo de fauna, de recursos pesqueiros, a proteção e recuperação de áreas degradadas, gestão dos recursos hídricos, prevenção de atividades potencialmente poluidoras e ou utilizadoras de recursos</p>		<p>Ajudar a definir procedimentos metodológicos sobre a utilização dos instrumentos didáticos e pedagógicos participativos para o</p>	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

	<p>ambientais, visando a promoção do Desenvolvimento Sustentáveis</p> <p>Definir os procedimentos metodológicos sobre a utilização dos instrumentos didáticos e pedagógicos participativos para o desenvolvimento de projetos com comunidades tradicionais.</p>		<p>desenvolvimento de projetos com comunidades tradicionais (PANGEA, 2021).</p>	
<p>Incentivar implantação de viveiros em área de manguezal e áreas de preservação permanente, exigir análise prévia de impacto ambiental com participação da comunidade afetada e realizar adequação ou fechamento de viveiros irregulares, de acordo com a legislação ambiental vigente.</p>	<p>Incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.</p>	<p>Proporcionar a realização de capacitações com a sociedade a respeito da carcinicultura e piscicultura, com temas voltados para impactos ambientais e desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Promover instrumentos e metodologias de Educação Ambiental voltados para a proteção dos manguezais (PANGEA, 2021).</p> <p>Motivar a realização de Fórum de Programas de Educação Ambiental com foco no Licenciamento</p>	

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

			ambiental (PNEA, 1999).	
Desenvolver campanhas de conscientização, numa parceria do estado com os municípios, junto aos produtores rurais sobre o uso abusivo dos agrotóxicos, principalmente em áreas margeadas por corpos hídricos.	<p>Promover e apoiar a produção, divulgação e disponibilização de informações sobre a utilização correta de agrotóxicos, recursos e materiais, como ferramenta para implementação de projetos de Educação Ambiental.</p> <p>Promover a agricultura orgânica e a economia verde.</p>		<p>Fomentar ações para formação de multiplicadores de EA, objetivando a sensibilização da sociedade para a proteção dos corpos hídricos, do solo e do ar.</p>	
<b>5-Fortalecer os órgãos ambientais na fiscalização e punição quanto ao uso excessivo de agrotóxicos nocivos aos recursos hídricos.</b>	<p>Apoio ao desenvolvimento de curso básico para a Avaliação de Risco Ambiental para o público externo no contexto do Projeto “Implementação da Avaliação de Risco Ambiental para proteger a vida dos riscos associados ao uso dos agrotóxicos” (PANGEA, 2021).</p> <p>Desenvolvimento de cursos de Implementação da Avaliação de Risco Ambiental para proteger a</p>		<p>Apoio ao desenvolvimento de cursos de Implementação da Avaliação de Risco Ambiental para proteger a vida dos riscos associados ao uso dos agrotóxicos (PANGEA, 2021).</p>	



## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

	vida dos riscos associados ao uso dos agrotóxicos.			
--	--	--	--	--

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios, existe a relação entre o homem e a natureza. O homem aprendeu a lidar com os fenômenos naturais e a adaptar-se as condições do clima. Com a descoberta do fogo, os primeiros sinais de degradação do meio ambiente começaram a aparecer. No entanto, não foram suficientes e capazes de afetar o meio ambiente. Com a evolução da humanidade através das relações sociais, políticas e econômicas, o espaço geográfico foi alterado de acordo com suas necessidades.

A partir da Revolução Industrial, o homem aumentou consideravelmente a sua capacidade produtiva e econômica. Com a tecnologia avançada, se permitiu ao homem retirar da natureza matéria-prima em larga escala e, na maioria das vezes, sem dar espaços para ela se recuperar dessas frequentes retiradas. Mais tarde, o quadro do planeta veio a se agravar quando esses grupos humanos começaram a se aglomerar em um mesmo espaço criando os centros urbanos. Sem um planejamento eficiente, o aumento populacional nesses espaços, trouxe consigo consequências tanto ambiental como social.

As décadas de agressões ao meio ambiente e suas consequências, começam a ser sentidas pela sociedade mundial: poluição do ar, do solo, das águas, erosão, assoreamento das fontes de água, desmatamento etc., são alguns impactos que começam a interferir diretamente na qualidade de vida da população.

Dias (2000) afirma que, mesmo com os esforços para tornar o cidadão mais sensibilizado as questões ambientais têm avançado de forma tímida e incapaz de causar as mudanças reais e necessárias para reverter a situação ambiental atual: “as mudanças ainda são tímidas e insuficientes para provocar uma mudança de rota e livrar a espécie humana da desadaptação”.

Baseado nos resultados obtidos nas Oficinas e nas Consultas Públicas realizadas para subsidiar a construção do presente Plano, verificou-se a necessidade de adoção de medidas essenciais e urgentes, de acordo com algumas propostas socioambientais, que são necessárias para melhorar e tornar os municípios sustentáveis, além das Diretrizes propostas previstas neste **PlanEA**, tais como: **Eixo 1 Educação Ambiental Formal Diretriz - Ser Inserido a Educação Ambiental nos currículos como eixo estruturante em todos os níveis e modalidades de ensino, de forma transversal, em conformidade com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental**

**Eixo 2 Educação Ambiental Não Formal** *Diretriz* *Propor ações continuadas e a formação de atores e gestores na área de Educação Ambiental de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações de acordo com as Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental* *Modificar*

### **Eixo 3 Educação Ambiental e Educomunicação**

*Diretriz - Incentivar a criação de núcleos de educomunicação socioambiental em toda instancia social com o envolvimento de formas inovadoras e atuais de comunicação social, de modo a ampliar o público e o alcance das informações e interações*

**Eixo 4 Educação Ambiental em Recursos Hídricos (gerenciamento costeiro e gestão das águas)** *Diretriz - Fortalecer a articulação e participação das instituições responsáveis pela gestão da política de recursos hídricos saneamento e afins no planejamento e execuções de ações de Educação Ambiental*

**Eixo 5 Educação Ambiental em Saneamento (resíduos sólidos, coleta seletiva, água e esgoto)** *Diretriz – Estimular o financiamento de ações de Educação Ambiental em saneamento como política compensatória*

**Eixo 06 Educação Ambiental em Unidades de Conservação (proteção da fauna e flora silvestre).** *Diretriz Fomentar o direcionamento de parte dos recursos provenientes de compensações ambientais de atividades impactantes no interior e entorno das Unidades de Conservação, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos-FUNERH e Fundo Estadual de Meio Ambiente para implementar os programas de Educação Ambiental dos respectivos Planos de Manejo e, ou seguir as diretrizes do respectivo órgão gestor da unidade de conservação.*

**Eixo 07 Educação Ambiental no Combate à Desertificação** *Diretriz: Estimular a promoção da cooperação interinstitucional entre o Estado de Sergipe e Municípios, nas ASD's e áreas afetadas, em especial para a implementação eficaz e tempestiva da PECD;*

**Eixo 08 Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental.** *Diretriz - Condicionar e prever mecanismos como requisitos aos processos de licenciamento, a elaboração ou apoio a um projeto ou programa de Educação Ambiental coerente quanto à avaliação do processo de execução desses programas e projetos de Educação Ambiental e de seus resultados.*

A Educação Ambiental no estado nos territórios e municípios podem ser desenvolvidas sustentavelmente, desde que haja interesse e força de vontade de todos os envolvidos. Dias

(2000) afirma “A chave para o desenvolvimento é: participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas e em especial a informação.

Indicam-se também os desafios para a implantação da Educação Ambiental nas instituições relacionados à necessária tomada de decisão política dos gestores públicos, a formação e o monitoramento, controle e participação social para que esta política educacional seja efetiva e sua gestão exitosa.

Fazer com que o homem compreenda o meio ambiente como parte do seu cotidiano é base para que o desenvolvimento sustentável venha a se concretizar.

Este Plano, permitirá que gestores públicos, possam analisar a situação socioambiental no estado e nos municípios e busquem parcerias para a execução das ações conjuntas, relevantes, para atingir as metas propostas.

Como foi possível observar nas Consultas públicas, nos territórios sergipanos são desenvolvidas várias ações de Educação Ambiental. Entretanto, essas ações estão dispersas e não estão recebendo a atenção e o apoio que merecem para desabrochar e gerar mais frutos. Para que essas ações recebam a atenção que merecem, esse Plano precisa se tornar efetivo. Para que o plano se torne efetivo, como foi possível observar ao longo desse documento, é necessário o fortalecimento de três pilares que sustentarão todos os programas, projetos e ações propostas que venham ser criadas. São eles: Capacitação das equipes que atuam com Educação Ambiental, Articulação Institucional e Infraestrutura.

## 8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, 2 de setembro de 1981.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, 24 de abril de 1999.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, 8 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Decreto nº. 99.274, de 6 de junho de 1990. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, de 7 de junho de 1990.

BRASIL. Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, 26 de junho de 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). 3. ed. Brasília, 2005. Disponível em [https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/pronea3.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ibama. Instrução Normativa do Ibama nº 2/2012, de 27 de março de 2012 (Estabelece as bases técnicas para os Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal). Diário Oficial da União de 29/03/2012, nº 62, Seção 1, p. 130.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, 2008.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental Crítica**: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.13-24.

CAVALCANTI, S. G. S. C., LINHARES SOBRINHO. B. B., BLENGINI, I. A. D. **Onde está a Educação Ambiental nos Planos de Bacias Hidrográficas?** In: XIV ENREHSE - Encontro de Recursos Hídricos em Sergipe. Anais, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019a. Pesquisa da Pecuária Municipal. Sistema

SIDRA: Banco de Tabelas Estatísticas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em 22

de julho de 2021.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental Construindo juntos a Educação Ambiental brasileira:** relatório da consulta pública do Programa Nacional de Educação Ambiental. Documento técnico 03, 2005. Disponível em [http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/14483/MMA\\_S%c3%a9rie-documentos-t%c3%a9cnicos-03.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/14483/MMA_S%c3%a9rie-documentos-t%c3%a9cnicos-03.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

NEPOMUCENO, A. **DAS TENSÕES POLÍTICAS À PRÁTICA PEDAGÓGICA SOCIOAMBIENTAL:** CONTEXTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (SE). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, p. 84-110, 2017.

SERGIPE. 2019. Perfil da Pecuária Sergipana. Observatório de Sergipe – Secretaria de Estado Geral de Governo, 36p.

PAE – Programa Estadual de Combate à Desertificação. Governo de Sergipe, Aracaju, 112p.

## 9. APÊNDICES

### Anexo I | Sistematização dos Eixos Temáticos por Território

<b>TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL   EIXOS TEMÁTICOS</b>
<b>Educação Ambiental Formal</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Coleta seletiva efetiva nas escolas</li><li>▪ Criação da Secretaria do Meio Ambiente para assessorar as escolas com palestras e projetos com profissionais capacitados</li><li>▪ Promover excursões a locais de preservação ambiental</li><li>▪ Visitas aos pontos de reciclagem, promovendo uma aula prática</li><li>▪ Implementação da política ambiental no cotidiano da escola, respeitando a Lei da Política Ambiental</li><li>▪ Criação de cartilhas, e-books e vídeos sobre o meio ambiente para ser trabalhado com os alunos</li><li>▪ Formação de um cine ambiental itinerante pelas escolas</li><li>▪ Aula passeio ou aula campo (onde serão trabalhados conteúdos específicos com os alunos)</li><li>▪ Os municípios deverão, através da secretaria de comunicação, criar podcasts convidando professores, alunos e demais profissionais, para promover conversas sobre o meio ambiente e depois fazer a divulgação</li><li>▪ A Secretaria Municipal de Meio Ambiente deve enviar profissionais adequados para promover palestras com pais e/ou responsáveis dos alunos nas unidades escolares afim de conscientizar sobre a Conservação Ambiental</li></ul>
<b>Educação Ambiental Não Formal</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Criação de um edital anual para financiamento de projetos de Educação Ambiental não formal por território sergipano</li><li>▪ Pontos de descarte de lixo nos municípios</li><li>▪ Pontos de entrega de materiais recicláveis</li><li>▪ Plantação de árvores nativas das cidades (parceiros entre várias instituições ligadas ao município (CAPS, CRAS, Igrejas etc.)</li><li>▪ Ações de associações comunitárias a fim de levar questões ambientais para instituições responsáveis</li><li>▪ Planejamento de apresentações de trabalhos que envolvem e são executados pelas comunidades tradicionais (grupo de idosos, indígenas, quilombolas, periferias e povoados, entre outros) em respeito ao que já aconteceu distante dos muros institucionais</li><li>▪ Mobilização, através de palestra/evento/mídias sociais dos diferentes setores da sociedade sobre ações individuais de proteção ao meio ambiente</li><li>▪ Fortalecimento do turismo ecológico</li></ul>

## TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL | EIXOS TEMÁTICOS

- Ações que viabilizem o protagonismo de catadores e pessoas que vivem à margem por vulnerabilidade econômica, mas que já fazem um trabalho inovador
- Orientações às pessoas ao redor sobre práticas do dia a dia quanto a preservação do meio ambiente, sobretudo do uso/consumo da água

### Educação Ambiental e Educomunicação

- Visitação ao PARNA através de programa virtual
- Elaboração de jogos digitais compartilhados na rede
- Vídeos em redes sociais
- Capacitação de atores ambientais para o uso e adequação das ferramentas digitais
- Criação de aplicativos com informações de práticas em Educação Ambiental para a população
- Desenvolvimento e execução de ações (palestras) de forma online, presencial, híbrida
- Criação de livros digitais e físicos sobre o tema
- Capacitação de atores para a busca de recursos financeiros
- Criação de oficinas ambientais para diferentes públicos
- Aulas digitais através do Google classroom

### Educação Ambiental e Recursos Hídricos

- Identificação e conservação de nascentes
- Implantação de estações de tratamento de esgoto em aglomerados urbanos
- Viabilização de construção de estação de tratamento das águas cinzas e negras na zona rural
- Revitalização das matas ciliares nos rios e corpos hídricos
- Criação de salas verdes para disseminação das atividades de Educação Ambiental
- Acompanhamento da qualidade da água de distribuição pública (água potável)
- Criação de unidade demonstrativa de coleta de água pluvial e sua utilização em órgãos
- Criação de mecanismos que viabilizem o acesso a água potável

### Educação Ambiental e Saneamento

- Criação de Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
- Sensibilização e conscientização da população
- Implementação da coleta seletiva
- Cooperativa de catadores municipais/compostagem
- Destinação de lixo não reciclável em aterro licenciado
- Criação de pontos de coleta voluntária

## TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL | EIXOS TEMÁTICOS

- Criação de projetos de destinação adequada para resíduos de construção
- Projeto de Lei que regulamente a participação efetiva da população no correto destino dos resíduos (educação, fiscalização, punição)
- Implementação do Sistema de Saneamento Básico em comunidades de diferentes portes
- Implementar Políticas Municipais de conscientização sobre o uso racional de água

### Educação Ambiental e Unidades de Conservação

- Fomento e capacitação para o desenvolvimento de políticas municipais de conservação
- Criação de plataformas digitais direcionadas a Educação Ambiental
- Criação de um fundo estadual direcionado a conservação em E.A.
- Criar convênio entre órgãos governamentais e não governamentais para a conservação
- Desenvolver ações de E.A. nas escolas próximas a UC ou com potencial
- Ampliar o quadro de colaboradores para ações de E.A. e Ead
- Estimular a criação de RPPNs nos municípios
- Capacitação e acompanhamento técnico para transição agroflorestal
- Manejo progressivo da flora exótica no entorno da UC

### Educação Ambiental e Combate à Desertificação

Não foram apresentadas propostas para este eixo temático.

### Educação Ambiental e Licenciamento Ambiental

- Direcionar recursos financeiros provenientes de infrações ambientais para programa de Educação Ambiental
- As secretarias de meio ambiente enquadrar como parte do licenciamento oficina da Educação Ambiental para a atividade econômica a ser licenciada
- Direcionar empreendimentos a utilizar a compensação ambiental como meio de realização de projetos voltados a Educação Ambiental
- Condicionar em licenças ambientais de empreendimento de maior potencial poluidor a elaborar programas de Educação Ambiental
- Fiscalizar via órgão ambiental os empreendimentos que precisam realizar programas de Educação Ambiental
- Identificar empreendimentos de médio-alto potencial poluidor e as comunidades da área de influência, para exigir destes, trabalho de Educação Ambiental com estas comunidades
- Identificar empreendimentos de maior potencial poluidor para, via órgão ambiental, instruir sobre licenciamento assim como sobre a destinação adequada dos resíduos
- Incentivar os empreendimentos a afixar placas educativas sobre o manejo adequado de resíduos do processo produtivo, afim de educar os funcionários

## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO | EIXOS TEMÁTICOS

### Educação Ambiental Formal

- Multas aplicadas no descumprimento da lei (municipal);
- Reflorestamento nas áreas de degradação;
- Implantação da matéria Educação Ambiental (públicas e privadas) de forma obrigatória e não facultativa;
- Fiscalização efetiva em lava-jatos;
- Controle no uso de agrotóxicos;
- Fiscalização em áreas de preservação ambiental;
- Proibição da caça dos animais nativos;
- Projeto de Lei de proteção aos animais que estão ameaçados de extinção e preservação da sua área nativa;
- Selo amigo de conscientização ambiental;
- Multas aplicadas aos descumprimentos dos projetos de leis ambientais

### Educação Ambiental Não Formal

- Programa de incentivo e conscientização a grandes fazendeiros para produção agroflorestal e redução no imposto de renda;
- Incentivar o uso de energia limpa;
- Criar incentivo para ampliar a coleta seletiva. Exemplo: desconto em IPTU ou vincular a programas sociais;
- Criar programas de incentivo à arborização local;
- Criar editais que possam beneficiar entidades que desenvolvam ações de Educação Ambiental;
- Desenvolver programas para incentivar a recuperação e a preservação ambiental. Exemplo: Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA);
- Ações educacionais com jovens e crianças em instituições públicas, privadas, dentre outras sobre a importância do cuidado com o meio ambiente;
- Criar programas de incentivo para as empresas financiarem o fortalecimento da Educação Ambiental;
- Fortalecer e ampliar o ecoturismo;
- Apoiar iniciativas que incentivem a reutilização de materiais recicláveis em artesanato;
- Criar dotação orçamentária para financiar as ações de Educação Ambiental.

### Educação Ambiental e Educomunicação

- Uso de rádio comunitária para conscientização ambiental;
- Condicionar o licenciamento de eventos culturais (carnaforró, pré-caju...) caso o promotor de evento apresente sua proposta de compensação dos impactos ambientais gerados e as publiquem durante a divulgação dos eventos;
- Criar programas em rádios e redes sociais voltados à população rural que tratem dos impactos ambientais em atividades agropecuárias (uso de agrotóxicos e desmatamento);

## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO | EIXOS TEMÁTICOS

- Criar projetos nas mídias locais e sociais para sensibilização da separação de resíduos domésticos recicláveis para a coleta dos recicladores;
- Criar editais públicos para publicidade das ações de Educação Ambiental nas escolas com financiamento;
- Campanhas nas redes para mudança cultural sobre o impacto sonoro gerado pela queima de fogos e carros de som.

### Educação Ambiental e Recursos Hídricos

Não foram apresentadas para este eixo temático.

### Educação Ambiental e Saneamento

- Criar uma data para o mês da conscientização ambiental;
- Realização de saneamento básico;
- Redes de coleta em bueiros;
- Recursos financeiros para os municípios;
- Incentivar a reciclagem no município por meio de recurso financeiro;
- Multa para danos de terrenos baldios sem manutenção;
- Conscientização na questão das doenças endêmicas;
- Palestras incentivando o manejo correto de resíduos químicos;
- Punição financeira para empresas que realizam o descarte inadequado de resíduos no meio ambiente;
- Investimento em projeto para coleta de lixo

### Educação Ambiental e Unidades de Conservação

- Fomentar a criação de Unidades de Conservação municipais;
- Implementar Educação Ambiental para o ensino básico;
- Ampliação dos centros de reabilitação e reintrodução de animais silvestres;
- Conscientização contra queimadas voltada para a população da zona rural;
- Aumento da fiscalização e policiamento para o combate da caça ilegal e regularização;
- Organização de eventos e oficinas visando a sensibilização voltada para a comunidade no combate ao desmatamento;
- Projeto de adoção de mudas para a comunidade local;
- Fortalecimento de projetos de monitoramento de animais silvestres para maior controle da fauna local;
- Implantação de campanhas de conscientização da população sobre a importância das nascentes;
- Apresentar plantas de importância medicinal local para a população como forma de conhecimento. Ex: Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANCS

### Educação Ambiental e Combate à Desertificação

## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO | EIXOS TEMÁTICOS

- Criação da secretaria estadual do meio ambiente com departamento de combate à desertificação;
- Criação do Plano municipal de combate à desertificação;
- Criação do Fundo Estadual para ações de mudanças climáticas;
- Criação do Programa de fiscalização estadual da caatinga;
- Criação do Fórum de Educação Ambiental estadual;
- Criação do Programa de incentivo à produção de mudas nativas da caatinga;
- Incentivo ao ecoturismo;
- Criação do Programa de revitalização de culturas regionais no combate à desertificação;
- Criação de projetos sustentáveis de inovação tecnológica para os sistemas de produção do alto sertão;
- Implantação de um Programa de criação de Unidades de Conservação, em especial RPPN.

### Educação Ambiental e Licenciamento Ambiental

- Criar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
- Promover a municipalização do licenciamento ambiental afim de tornar as licenças menos burocráticas e eficaz;
- Promover oficinas de conscientização quanto a emissão das licenças;
- Estadualizar o pelotão ambiental visando dar suporte a fiscalização no alto sertão;
- Universalizar a Educação Ambiental como matéria curricular na rede estadual, municipal e privadas;
- Implantar programas de desertificação na área de caatinga;
- Promover Educação Ambiental junto aos agricultores em relação à necessidade da preservação da área de caatinga, dos rios e riachos – fauna e flora;
- Promover a Recuperação e reflorestamento das nascentes, rios e riachos do alto sertão sergipano;
- Conscientização quanto à necessidade do respeito ao período de defeso (de Novembro à Fevereiro);
- Tornar o órgão fiscalizador estadual menos burocrático, mais eficaz e atuando em parceria com os órgãos municipais;
- Incentivar a municipalização dos licenciamentos ambientais;
- Apoiar a implantação, estruturação e capacitação das secretarias municipais de meio ambiente.

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO | EIXOS TEMÁTICOS

### Educação Ambiental Formal

- Criar um programa de Educação Ambiental nas escolas com um pedagogo e ou Técnico Ambiental, para acompanhar e gerir as ações de Educação Ambiental nas escolas;

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO | EIXOS TEMÁTICOS

- Estruturar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas de modo a garantir uma maior vivência no contexto da Educação Ambiental para toda comunidade escolar;
- Desenvolver Projetos de hortas comunitárias nas escolas;
- Implementar coleta seletiva nas escolas;
- Promover palestras e oficinas sobre Educação Ambiental para todos os níveis de ensino;
- Criar cooperativa de reciclagem de papel no território para promover emprego e renda, bem como auxiliar as escolas no processo de coleta seletiva

### Educação Ambiental Não Formal

- Realizar ações de sensibilização voltadas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre as questões ambientais;
- Alertar a população, mediante mecanismos informais sobre a economia dos recursos naturais, os quais são regidos pela economia de escassez e oferta de demanda;
- Promover ações educativas e de sensibilização ambiental sobre a importância das empresas privadas na gestão ambiental e propostas relativas, como o fornecimento de incentivos fiscais (isenção de impostos) para empresas que adotem políticas sustentáveis;
- Intensificar as ações de Educação Ambiental para a importância das Unidades de Conservação;
- Organizar eventos artísticos e interativos de modo a atrair o público jovem para questões ambientais;
- Estimular projetos de arborização em parceria com proprietários de grandes empresas;
- Promover e fomentar parcerias entre institutos, universidades e, unidades de conservação para realizar projetos de pesquisa e extensão no âmbito da Educação Ambiental e conservação do meio ambiente.
- Fortalecer e estreitar relações entre o poder público e as instituições não-governamentais que atuam e colaboram com o trabalho de conservação da fauna e flora na região.
- Estimular as cidades do litoral sergipano a fortalecer e apoiar as atividades de Educação Ambiental, promovidas pela Fundação Centro Brasileira de Proteção e Pesquisa da Tartarugas Marinha - Projeto Tamar

### Educação Ambiental e Educomunicação

- Utilizar as redes sociais para sensibilizar a população sobre a preservação do meio ambiente;
- Implementar por meio de rede social espaços de troca de conhecimento sobre meio ambiente e sua preservação;
- Incentivar a construção de hortas comunitárias;
- Promover mobilização social voltada a Educomunicação;
- Utilizar as plataformas digitais para promover cursos de capacitação em ações de Educomunicação no âmbito da Educação Ambiental;
- Fortalecer as redes de Educação Ambiental;
- Realizar encontro anual dos secretários municipais do meio ambiente;

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO | EIXOS TEMÁTICOS

- Promover atividade por meio da Educomunicação nas escolas para uma Educação Ambiental crítica, dialógica e emancipatória.

### Educação Ambiental e Recursos Hídricos

- Promover ações educativas sobre os impactos ambientais causados pelo uso inadequado dos manguezais e sua urbanização, visando criar a cultura da não invasão aos manguezais;
- Promover ações de capacitação e orientação aos produtores rurais no processo de outorga d'água junto aos órgãos ambientais;
- Promover e fortalecer as ações de reflorestamento das margens de rios, riachos e manguezais;
- Intensificar a divulgação efetiva do programa “Produtor de Águas” da Agência Nacional das Águas (ANA, o qual remunera produtores que preservam nascentes);
- Realizar ações de sensibilização junto as agências de turismo para promoção do turismo sustentável, objetivando gerar renda alinhado a consciência ecológica.

### Educação Ambiental e Saneamento

- Promover e intensificar ações educativas e orientações aos técnicos e funcionários públicos das secretarias municipais sobre a importância de garantir o saneamento básico;
- Realizar cursos de capacitação sobre o PRAD – Plano de recuperação de Áreas Degradadas;
- Intensificar as ações educativas sobre a importância do rio São Francisco, visando a proteção, preservação e revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco;
- Executar campanhas de orientação sobre o descarte de resíduos sólidos, através de palestras e oficinas que tenham como base as políticas públicas que fomentam a coleta seletiva;
- Inserir no Plano Político- Pedagógico (PPP) das escolas assuntos relacionados à: saneamento ambiental, coleta seletiva, recursos hídricos, esgoto e resíduos sólidos

### Educação Ambiental e Unidades de Conservação

- Coleta Seletiva;
- Realizar e intensificar ações de reflorestamento em áreas degradadas;
- Intensificar as atividades de palestras sobre temáticas ambientais com as comunidades do entorno das unidades de Conservação;
- Instalar placas de orientação nas áreas de preservação;
- Realizar e intensificar a fiscalização da atividade de carcinicultura realizadas no entrono das UCs;
- Estimular a elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental;
- Promover e estimular a execução de projetos de arborização;
- Praticar a fiscalização efetiva das atividades que contribuem para a degradação ambiental

### Educação Ambiental e Combate à Desertificação

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO | EIXOS TEMÁTICOS

- Promover e incentivar projeto de Educação Ambiental com o objetivo de sensibilizar e conscientizar sobre os desequilíbrios ambientais causados pelo desmatamento, com ênfase ao combate à desertificação;
- Promover projetos de distribuição de mudas com ações de Educação Ambiental;
- Incentivar nas comunidades a construção de viveiros de mudas nativas para geração de renda e recuperação de áreas degradadas;
- Executar ações de Educação Ambiental para as práticas de manejo sustentável do solo e práticas corretas de irrigação;
- Sensibilizar e conscientizar as comunidades quanto a responsabilidade como cidadão;
- Melhorar o ordenamento de assentamentos do INCRA com consciência do compromisso e responsabilidade de cada cidadão;
- Incentivar a criação de um colegiado para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à desertificação;
- Incentivar projeto de Educação Ambiental nas escolas, quanto ao uso do solo e a importância ambiental;
- Prover ações de incentivo para execução de esgotamento sanitário em todas as cidades juntamente com ações ambientais para sensibilizar e conscientizar como o mesmo está diretamente ligado a saúde ambiental e a desertificação.

### Educação Ambiental e Licenciamento Ambiental

- Incentivar a estruturação das secretarias de meio ambiente para adquirir autonomia para realizar o licenciamento ambiental;
- Propiciar políticas que orientem a possibilidade do licenciamento regionalizada por meio de consórcio;
- Exigir dos municípios a execução do Plano de Saneamento Básico e a implementação do esgotamento sanitário;
- “obrigar” aos empreendimentos licenciáveis as adequações/regularização ambiental e a executar em conversões de passivos ambiental em aplicação de despoluição e reflorestamento;
- Conscientizar a população empreendedora sobre a responsabilidade ambiental e social

## TERRITÓRIO CENTRO SUL | EIXOS TEMÁTICOS

### Educação Ambiental Formal

- Oficinas de Educação Ambiental nas entidades da sociedade civil organizada.
- Ação de divulgação da cooperativa em rádio e nas mídias sociais.
- Criar parceria entre instituições de ensino superior e técnicos para difundir ações ligadas ao meio ambiente.
- Atualização dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- Criação do projeto “Cidade Arborizada”.

## TERRITÓRIO CENTRO SUL | EIXOS TEMÁTICOS

- Trabalhar com por exemplo em "Bacia Escola e as Salas verdes", com o intuito de auxílio ao corpo docente e discente a identificar na escola e arredores possíveis ações que possam se transformar em boas práticas.
- Ter uma cadeia interligada de profissionais e dispositivos que aproxime cada vez mais para a nossa realidade e visando a conservação, através do Projeto Horta na Escola orientando para importância de usar os restos alimentícios para servir de adubo no preparo das terras para o plantio.
- Inserir na grade curricular da educação básica conteúdos voltados para reciclagem do lixo.
- Criar plano municipal de Educação Ambiental.
- Criar disciplina que ensine sobre meio ambiente.
- Plantar alimentos nas escolas, criação de hortas nas escolas

### Educação Ambiental Não Formal

- Fomentar a doação dos resíduos recicláveis do comércio às cooperativas.
- Conscientizar o comércio para redução do uso de sacolas plásticas.
- Instituir câmaras ambientais nos poderes legislativos.
- Incentivar a separação dos resíduos em orgânicos, recicláveis e rejeitos para facilitar a conscientização.
- Criação de parâmetros mínimos para que animais participem de eventos evitando os maus tratos.
- Fortalecer a coleta seletiva em órgãos públicos.
- Tornar acessível todos os planos em relação as áreas ambientais, obrigatoriedades e sanções.
- Campanhas socioeducativas estimulando a responsabilidade compartilhada no auxílio às alternativas do eixo 5.
- Participação do poder público municipal na capacitação de seus agentes de endemias e nas atividades da cooperativa.

### Educação Ambiental e Educomunicação

- Usar as redes sociais como espaço democrático para divulgação do conhecimento ambiental à população. Cada grupo, cada iniciativa deve adentrar no espaço das mídias sociais por se tratar de um dos principais meios de disseminação das informações, para mostrar ações.
- A Educomunicação deve fazer parte dos direitos fundamentais dentro dos meios comunicativos: TV, rádio, jornais, redes sociais, sites e aplicativos.
- Parcerias com as mais de 30 rádios comunitárias do estado, criando programas sobre meio ambiente veiculados nesta emissora.
- Criação de aplicativo para coleta seletiva, população ter como solicitar a presença do catador.
- Implantar em cada escola a Educação Ambiental como projeto de vida (disciplina).
- Introduzir no carro coletos do lixo dois representantes da cooperativa para fazer a seleção do material reciclável e viabilizar um horário que facilite ao catador fazer a coleta.

## TERRITÓRIO CENTRO SUL | EIXOS TEMÁTICOS

- Tornar conhecida a nível municipal a Cooperativa de Catadores de Material Reciclável do Município de Tobias Barreto (COOCMRTB) com a divulgação nas escolas e empresas, como instituição responsável pela coleta seletiva.
- No ambiente escolar, debates, apresentações e algumas palestras podem melhorar diversas ideias sobre o tema. Se a escola tiver algum espaço verde, algumas atividades podem ser desenvolvidas no local. Além disso, os alunos podem visitar locais onde são desenvolvidas práticas sustentáveis. (Proposta da oficina on-line)
- Tornar acessível (divulgação em massa e em linguagem popular) as metas propostas para a Educação Ambiental, criando informativos padrão para as diversas temáticas para que sejam trabalhadas de forma igualitária em todos os municípios.

### Educação Ambiental e Recursos Hídricos

- Reconhecimento de quem cuida do meio ambiente, por meio, de selos, certificados e placas.
- Punição para aqueles que não cuidam do meio ambiente (ser mais severo).
- Cursos de capacitação para um melhor uso dos recursos hídricos.
- Criação do cronograma de campanhas (palestras, panfletos, minicursos, blitz educativa, campanhas no rádio).
- Colocar como critério determinante no licenciamento ambiental ações voltadas para cuidados com a água e a coleta seletiva.
- Incentivo ao reaproveitamento das águas cinzas.
- Uso dos recursos midiáticos para aperfeiçoamento das medidas ambientais.
- Capacitação dos fiscais (melhoramento).
- Marco regulatório de saneamento básico – treinamento dos secretários

### Educação Ambiental e Saneamento

- Exigir do poder público a contratação das cooperativas para ser agente ambiental da coleta seletiva.
- Ações periódicas de limpeza dos corpos hídricos.
- Efetivação da cobrança de taxa da coleta de resíduos sólidos.
- Exigir no ato do licenciamento ambiental que o resíduo sólido reciclável seja destinado à cooperativa devidamente licenciada e fortalecer a fiscalização desta exigência.
- Promover capacitações periódicas para os agentes de limpeza no tocante a resíduos sólidos e coleta seletiva.
- Incentivar projetos de capacitação de água de chuva.
- Criação de selo ambiental que certifique empresas e cidadãos sobre responsabilidade ambiental.
- Capacitação dos agentes de saúde como parceiros na Educação Ambiental. (3 votos)
- Inserir no calendário escolar uma data referente ao eixo Educação Ambiental em Saneamento.
- Incentivar o desenvolvimento de projetos de leitura e escrita com a temática Educação Ambiental em Saneamento, nas escolas.

## TERRITÓRIO CENTRO SUL | EIXOS TEMÁTICOS

- Popularizar a consciência socioambiental, dando ênfase à cooperativa já existente no município.
- Capacitação dos profissionais da coleta comum e da coleta seletiva.
- Instalação de Eco pontos monitorados e em pontos estratégicos da área urbana e rural.
- Plano de ação efetiva na gestão de resíduos para a cooperativa de catadores.
- Projetos educativos e permanentes que conectem as escolas às cooperativas.
- Levantamento de dados das problemáticas dos resíduos sólidos nas escolas municipais do perímetro urbano e rural e apresentação de projetos de sensibilização e conscientização da coleta de lixo seletiva

### Educação Ambiental e Unidades de Conservação

- Ecologia Social.
- Preservação do Solo.
- Água como qualidade de vida.
- Disponibilidade de equipe educacional pontual na Áreas de Preservação Permanente (APPs).
- Estímulos visuais aos visitantes da APPs.
- Barreiras de proteção em torno das nascentes.
- Placas indicando crime ambiental em caso de descarte incorreto de resíduos

### Educação Ambiental e Combate à Desertificação

- O eixo acima não teve proposta, pois o mesmo não foi trabalhado nas oficinas devido o território centro-sul não possuir processo de desertificação.

### Educação Ambiental e Licenciamento Ambiental

- Efetivar a Educação Ambiental nas escolas.
- Ações de limpeza nos rios.
- Reflorestamento nas nascentes.
- Mobilização da Educação Ambiental no município.
- Implantar coleta em todo município, para solidificar a coleta seletiva.
- Promover a Educação Ambiental nos colégios, através de gincanas, palestras e aulas recreativas.
- Fomentar a criação de leis municipais em relação a Educação Ambiental
- Fomentar a coleta seletiva nos povoados

## TERRITÓRIO BAIXO GRANDE ARACAJU | EIXOS TEMÁTICOS

### Educação Ambiental Formal

## TERRITÓRIO BAIXO GRANDE ARACAJU | EIXOS TEMÁTICOS

- Criação da disciplina de Educação Ambiental
- Implantação de Salas Verdes nas escolas
- Destinação de recursos para projetos educacionais
- Capacitação de professores para trabalhar projetos na área de Educação Ambiental
- Criação de projetos de sustentabilidade nas escolas (energia solar, hortas escolares, reciclagem, compostagem, etc.)
- Buscar parcerias com universidades e empresas para o fomento da Educação Ambiental
- Fortalecimento da conscientização da alimentação natural saudável nas escolas

### Educação Ambiental Não Formal

- Implantação de programas de Educação Ambiental nos municípios (ONG's, empresas e cooperativas)
- Realização de oficinas com materiais recicláveis
- Fortalecer a Educação Ambiental as escolas de base
- Sensibilizar a população quanto à coleta seletiva com constância
- Fomentar o apoio da estrutura administrativa municipal quanto à sensibilização para separação e manuseio dos resíduos.
- Utilização das mídias sociais a fim de alcançar o maior número de pessoas
- Captação de recursos das empresas privadas através de compensação, multas, editais
- Elaboração e implantação de legislações específicas que instrumentalizem parcerias entre o terceiro setor e o poder público

### Educação Ambiental e Educomunicação

- Implantar no município o Plano de Educação Ambiental
- Propor no Plano a Educomunicação para o conhecimento público das ações do Plano de Educação Ambiental
- Estreitar a Educomunicação entre os setores da sociedade civil promovendo palestras educativas relacionadas ao Plano
- Normatizar dentro da legislação vigente regras para estreitar a Educomunicação nos ambientes empresariais públicos e privados
- Realizar seminários para o conhecimento ambiental da sociedade fazendo-se um alicerce capaz de levar aprendizado dos aspectos ambientais ao indivíduo
- Divulgar nos diversos meios de comunicação do município ações educativas realizadas nos diversos ambientes educacionais
- Implantar o dia "D" do meio ambiente envolvendo todos os setores da sociedade civil organizada.

### Educação Ambiental e Recursos Hídricos

- Tratamento de efluentes nos canais de Aracaju

## TERRITÓRIO BAIXO GRANDE ARACAJU | EIXOS TEMÁTICOS

- Multa para residências que não interligam rede de esgoto nas estações de tratamento (DESO)
- Limpeza e tratamento de canais e rios
- Criação de cronograma para Educação Ambiental para ribeirinhos
- Intensificação da coleta seletiva nas praias
- Mutirão de limpeza periódica
- Efetividade das leis de saúde ambiental
- Feira de reciclagem junto aos pescadores e comunidades como um todo
- Capacitações regionais de Educação Ambiental
- Educação Ambiental nas escolas com teatro e palestras.

### Educação Ambiental e Saneamento

- Ações de coleta seletiva
- Sensibilização e conscientização
- Preocupação com os corpos hídricos
- Palestras em comunidades
- Campanha em plataformas digitais
- Projetos de arborização
- Parcerias
- Ações socioambientais
- Implementação de cooperativas
- Implantação de barreiras ecológicas nos corpos hídricos

### Educação Ambiental e Unidades de Conservação

- Parcerias com universidades na produção de material didático para redes do ensino público
- Curso de aperfeiçoamento para a comunidade sobre a fauna silvestre abordando a importância do mesmo
- Ecoturismo, trilhas ecológicas e pedagógicas nas Unidades de Conservação
- Oficinas educativas com escolas e comunidade
- Construção e elaboração do Plano de Manejo
- Criação de museu com materiais biológicos e educativos
- Capacitação dos agentes ambientais das Unidades de Conservação
- Incentivo a pesquisas e publicações sobre a flora e a fauna
- Criação de catálogos digitais das espécies presentes nas Unidades de Conservação, acesso via QRCode
- 10. Uso sustentável das Unidades de Conservação

### Educação Ambiental e Combate à Desertificação

## TERRITÓRIO BAIXO GRANDE ARACAJU | EIXOS TEMÁTICOS

- Não foram apresentadas para este eixo temático.

### Educação Ambiental e Licenciamento Ambiental

- Programa de comunicação socioambiental
- Inserir escolas no programa de Educação Ambiental
- Programas de Educação Ambiental com destaque para o componente cultural
- Destacas nos programas de Educação Ambiental a possibilidade de projetos socioambientais de emprego e geração e renda
- Realizar o monitoramento da aplicabilidade dos programas de Educação Ambiental desde a fase de implantação, operação e descomissionamento dos empreendimentos
- Encontros estaduais de Educação Ambiental visando a promoção de uma rede entre as diferentes secretarias, órgãos, sociedade civil, movimentos sociais
- Inserir a Educação Ambiental na interface de outros programas ambientais
- Capacitar os técnicos e analistas ambientais na Educação Ambiental Não Formal no tocante à melhoria da comunicação ambiental com comunidades e empreendedores
- Inclusão da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho em todas as consultas livre, prévia e informada

## TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO | EIXOS TEMÁTICOS

### Educação Ambiental Formal

- Plano de Educomunicação
- Lei de Educação Ambiental: criação e implementação com conselho
- Funcionalidade efetiva das instituições junto as comunidades - escolas
- Criação e capacitação de trilheiros de base
- Proporcionar um espaço nas escolas para discussão das realidades da economia local no âmbito da não extinção dessa economia (pesca, flora, etc.)
- Equipamento de referência para visitação nos municípios do leste sergipano.
- Ecoturismo: incentivo dos órgãos públicos, estado / município. Uma política de ações conjuntas para refletir no surgimento de uma nova alternativa de renda.

### Educação Ambiental Não Formal

- Programa de ações no fortalecimento da Educação Ambiental nos municípios.
- Criar espaços como “stands”, em pontos específicos, com informativos e distribuição de folders explicando sobre o meio ambiente e sua conservação.
- Fortalecimento das áreas de preservação ambiental, através de ações de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas.
- Fortalecimento da coleta seletiva com a participação dos catadores de materiais recicláveis.

## TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO | EIXOS TEMÁTICOS

- Conscientizar a população sobre o processo da Educação Ambiental, em ação ambiental em não jogar lixo nos rios.
- Implementar as ações da A3P, Agenda Ambiental na Administração pública.

### Educação Ambiental e Educomunicação

- Implantação da Educação Ambiental no currículo escolar
- Comprometimento e participação dos gestores nos eventos e ações que envolvam Educação Ambiental
- Divulgação das ações realizadas no município por meio de: carros de som e redes sociais (whats app, Facebook, Instagram...)

### Educação Ambiental e Recursos Hídricos

- Projeto de educação e interpretação ambiental para os quilombolas.
- Projeto de recuperação florestal nas nascentes do Rio Poxim.
- Retorno de projetos e ações para o ecoturismo.
- Intervenções de compensação ambiental para o porto.
- Propor parcerias com as empresas privadas para investir no turismo de Pirambu.
- Criar cooperativa de reciclagem com objetivo de lixo nas praias, gerando renda para comunidade.
- Criar e implantar lei de Educação Ambiental no município.
- Criação de local para o descarte correto dos resíduos do camarão.
- Criar audiências públicas para atender as necessidades da comunidade

### Educação Ambiental e Saneamento

- Fiscalização dos resíduos descartados de forma irregular nas comunidades quilombolas e assentamentos.
- Desenvolver programas que envolvam todos os setores, do município, nas questões da coleta seletiva e destinação dos resíduos sólidos de forma adequada.
- Buscar fortalecer os consórcios e ressaltar a importância para a gestão municipal sobre os benefícios de ser membro consorciado.
- Desenvolver políticas públicas que incentivem a Educação Ambiental de modo a alcançar todos os setores da administração municipal.
- Educação Ambiental no sistema “porta a porta”, promovendo a conscientização da população de modo geral.
- Criação de um agrupamento ambiental municipal em Japaratuba.
- Implantação de programas de fiscalizações específicas para o manejo e criação de animais em áreas urbanas e rurais.
- Incentivar a formalização das cooperativas e associações de catadores.
- Promoção de cursos de capacitação para o reaproveitamento de materiais, (óleo de cozinha, recicláveis...).
- Promoção de programas de fiscalização do descarte irregular de animais

## TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO | EIXOS TEMÁTICOS

### Educação Ambiental e Unidades de Conservação

- Criar, resgatar e integrar programas de Educação Ambiental nos municípios.
- Integrar o tema “unidade de conservação” ao planejamento anual escolar, com aulas teóricas e visitas às unidades de conservação.
- Incentivar e buscar formas de integrar as pesquisas das unidades de conservação com escolas locais.
- Fomentar parcerias com instituições de ensino e pesquisa.
- Necessidade de previsão orçamentária (estado) para apoio a execução de atividades educativas.
- Trazer o contexto local das principais atividades econômicas de cada região ao tema “Educação Ambiental”.
- Integrar os planos de Educação Ambiental de empresas, (condicionante ambiental), com as escolas e unidades de conservação.
- Trazer as questões relacionadas aos recursos hídricos (captação, barramentos, assoreamento e dinâmica costeira), ao tema de Educação Ambiental nas escolas

### Educação Ambiental e Combate à Desertificação

- Evitar o cultivo da monocultura (projeto de lei delimitando a área).
- Reduzir o desmatamento (campanhas educativas).
- Incentivar o reflorestamento (campanhas educativas e incentivo ao plantio).
- Conscientizar a irrigação feita de forma correta (campanhas educativas e capacitação das secretarias de agricultura municipais).
- Ações educativas contra as queimadas. (leis, fóruns).
- Incentivo a agrofloresta, capacitação de produtores rurais juntamente com campanhas educativas. (2 votos)
- Recuperação da mata ciliar (fortalecer e ampliar).
- Incentivar a implantação de “quintais produtivos”, incentivo por meio da secretaria de agricultura e meio ambiente através de capacitação e estruturação.
- Implantação de barragens sucessivas (ampliação de projetos já existentes).
- Implantação de cisterna de calçadão (ampliação de projetos já existentes).

### Educação Ambiental e Licenciamento Ambiental

- Licença ambiental para pescadores artesanais e agricultores familiares.
- Acesso livre e direto às áreas dos rios e manguezais, (lei).
- Campanha educativa sobre Educação Ambiental nas escolas.
- Proibir uso de substâncias químicas próximo as margens de rios e mangue.
- Preservar e proteger áreas de conservação (ARIE), Mata do Cipó.
- Preservação das nascentes, reflorestamento das áreas devastadas.
- Campanhas municipais contra o uso abusivo de veneno.

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO | EIXOS TEMÁTICOS

- Constituir fundos municipais para Educação Ambiental.
- Fiscalização e monitoramento dos danos ambientais, (queimadas, desmatamentos...).
- 10. Gestores municipais implantar e implementar PRAD's nas áreas dos antigos lixões.
- Constituir conselhos municipais de meio ambiente.
- Criar estrutura para exploração do turismo ambiental

### TERRITÓRIO BAIXO MÉDIO SERTÃO | EIXOS TEMÁTICOS

#### Educação Ambiental Formal

- Realização de programas de aula de campo em ambientes naturais preservados;
- Criação de hortas escolares e canteiros de compostagem;
- Implementação de projetos de coleta seletiva e do conceito dos 3R's;
- Utilização de jogos paradidáticos com a temática ambiental;
- Campanhas de sensibilização sobre recursos hídricos com vistas as áreas de nascentes;
- Ações ambientais de extensão com a comunidade;
- Criação de clubes ambientais de alunos;
- Criação da semana de meio ambiente escolar;
- Criação de oficinas ambientais periódica;
- Apresentação de ciclos de profissões relacionadas ao meio ambiente

#### Educação Ambiental Não Formal

- Capacitação/instrução/treinamentos para funcionários de cooperativas de transporte alternativo;
- Capacitação/certificação para multiplicar orientações ambientais por meio dos agentes de endemias;
- Criação de agentes educadores ambientais municipais para atuação nas feiras livres e no comércio local;
- Estimular a propagação/incentivo das ações de Educação Ambiental dentro de condomínios residenciais;
- Estimular a participação voluntária em projetos ambientais;
- Atuação dos educadores ambientais em eventos de grande porte para aperfeiçoamentos das ações municipais;
- Capacitação continuada para catadores de materiais recicláveis;
- Sensibilizar a comunidade no que diz respeito à queima de lixo urbano e rural;
- Orientações para pequenos produtores sobre o uso correto de agrotóxicos em suas propriedades

#### Educação Ambiental e Educomunicação

## TERRITÓRIO BAIXO MÉDIO SERTÃO | EIXOS TEMÁTICOS

- Criação de lei municipal de Educação Ambiental;
- Articulação e mobilização com parceiros privados;
- Fortalecimento das redes sociais municipais com relação as questões municipais locais;
- Diagnosticar e mapear as ações socioambientais do município;
- Sensibilização da comunidade sobre as questões ambientais;
- Envolvimento das comunidades tradicionais nas questões ambientais;
- Fortalecer o sentimento de pertencimento regional;
- Utilização de plataformas digitais para capacitações sobre meio ambiente;
- Utilizar as mídias digitais para promoção de ações ambientais;
- Realizar intercâmbio ambiental entre os municípios do médio sertão

### Educação Ambiental e Recursos Hídricos

- Uso de qualidade inferior para irrigação na agricultura;
- Ações de preservação da mata ciliar;
- Ações de preservação e proteção dos solos da região;
- Ações de conscientização sobre queimadas na agricultura;
- Campanha de conscientização da coleta seletiva;
- Implantação de aterros sanitários municipais;
- Ampliação de outorga de uso de mananciais na agricultura familiar;
- Ampliação de captação e reservatórios de água para consumo humano no médio sertão;
- Instrução e coleta seletiva de óleos e graxas por meio de cooperativas;
- Ampliação da rede de tratamento de esgoto para os municípios do médio sertão.

### Educação Ambiental e Saneamento

- Educação Ambiental corporativa nos órgãos públicos;
- Implantação da A3P nos órgãos públicos;
- Educação Ambiental porta a porta com agentes comunitários e catadores cooperados;
- Criar calendário de visitas técnicas nas escolas estaduais às cooperativas de resíduos sólidos, estações de tratamento de água e esgoto;
- Criação de lei municipal de Educação Ambiental em todos os municípios sergipano;
- Fortalecimento de parcerias público-privadas;
- Eco ponto para descarte entulhos;
- Eco ponto para descarte de óleo de cozinha;
- Eco ponto para descarte de lixo eletrônico;
- Implantação de logística reversa no comércio local dos municípios.

### Educação Ambiental e Unidades de Conservação

## TERRITÓRIO BAIXO MÉDIO SERTÃO | EIXOS TEMÁTICOS

- Criação de lei municipal de proteção a unidades de conservação;
- Promover diagnóstico nas escolas sobre o conhecimento dos alunos e professores sobre as unidades de conservação e promover a capacitação destes;
- Analisar e orientar projeto pedagógico de Educação Ambiental nas instituições;
- Aplicação de questionários periódicos sobre Educação Ambiental e unidades de conservação nas escolas;
- Criação de material didático multidisciplinar para Educação Ambiental nas escolas;
- Criar conselho municipal para discutir a temática com a comunidade;
- Criar um programa de espécie bandeira nas unidades conservação do estado;
- Criar guardas da reserva, a fim de resguardar as unidades de conservação do estado

### Educação Ambiental e Combate à Desertificação

- Criar Oficinas dentro das escolas como forma de conscientizar os alunos nas questões inerentes a desertificação municipal;
- Capacitação de produtores no processo de migração da agricultura convencional para agricultura sustentável;
- Realizar campanhas de preservação das nascentes;
- Fortalecer os órgãos de controle e fiscalização no combate indiscriminado do solo;
- Realizar mapeamento de áreas suscetíveis ao processo de desertificação no estado e realizar ações de combate;
- Incentivar a introdução de cobertura vegetal, visando proteger o solo;
- Capacitação para operacionalização de máquinas e implementos agrícolas;
- Criação de núcleos municipais para ajudarem as secretarias municipais na fiscalização e conscientização nas causas ambientais;
- Criação de barragens para captação de águas das chuvas.

### Educação Ambiental e Licenciamento Ambiental

- Conscientizar os empreendedores locais sobre a necessidade do licenciamento ambiental para seu empreendimento;
- Estimular o empreendedor através de incentivos fiscais que estejam cumprindo com as exigências ambientais estabelecidas na licença ambiental;
- Promover qualificação técnica municipal, bem como a realização de concursos públicos municipais, para que a fiscalização e o processo de licenciamento sejam realizados por cada município;
- Atualização na legislação ambiental nos municípios voltados para o licenciamento ambiental;
- Utilização dos recursos financeiros ou parte destes para o fortalecimento da Educação Ambiental municipal.

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO | EIXOS TEMÁTICOS

### Educação Ambiental Formal

- Criação de Leis que formalizem a Educação Ambiental em escolas e órgãos públicos;
- Intensificar a conscientização ambiental em todos os setores;
- Aporte de investimentos para custeio dos trabalhos em campo com alunos;
- Promover eventos de conscientização fora das escolas com público adulto e idoso;
- Propor parcerias com instituições de educação e pesquisa (UFS, Embrapa) e as escolas;
- Promover a continuidade das ações ambientais relacionado ao cotidiano do aluno;
- Incentivo à conscientização nos ambientes comerciais pela comunidade escolar;
- Produção de material científico, informativo e alertador, com linguagem clara e atrativa do cuidado com o meio ambiente;
- Instituir uma lei obrigatória para capacitação dos educadores à cerca dos temas ambientais;
- Criar projetos que tornam o aluno protagonista dos processos ambientais

### Educação Ambiental Não Formal

- Recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos;
- Secretaria de saúde junto aos produtores, notificar malefícios causados pelo uso de venenos;
- Desenvolver projetos de manejo adequado do solo, envolvendo pessoas da 3ª idade;
- Incentivo do governo através de políticas públicas a não utilização de produtos químicos;
- Maior incentivo do setor público, voltado à coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos;
- Criar projetos de incentivo utilizando resíduos orgânicos para compostagem;
- Implantação de matéria ambiental em nível fundamental nas escolas;
- O poder público promover ações junto aos agricultores para proteger os mananciais;
- Responsabilidade compartilhada entre colônias, associações, cooperativas e etc.;
- Despertar o interesse de catadores de reciclagem na zona rural

### Educação Ambiental e Educomunicação

- Propor parceria das secretarias de saúde e educação com a secretaria de meio ambiente;
- Incentivar os alunos nas escolas a fazerem rádio comunitária para falar sobre a Educação Ambiental;
- A secretaria de educação incluir no currículo escolar um meio de comunicação (rádio, jornal, blog, site, e etc.) para divulgação das ações sobre o meio ambiente;
- Incentivar a criação de ONGS ambientais;
- Distribuir panfletos, usar carros de som para divulgar as ações referentes à Educação Ambiental;
- Incentivar as associações comunitárias a criar pontos de coleta para que as pessoas da comunidade sejam seus principais coletores;
- Criação de uma bolsa de incentivo para os catadores de material reciclável;

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO | EIXOS TEMÁTICOS

- Criar uma cartilha para o comércio local com orientações de como realizar corretamente o descarte de material reciclável;
- Criar o sindicato dos catadores de material reciclável para garantir seus direitos previdenciários;
- Colocação de coletores em pontos estratégicos tanto na cidade como nas áreas rurais

### Educação Ambiental e Recursos Hídricos

- Implantação e implementação de Educação Ambiental em sala de aula;
- Proteção e revitalização das nascentes e matas ciliares;
- Educação Ambiental para separação de resíduos nas residências;
- Consulta prévia com as comunidades sobre gerenciamento costeiro;
- Conscientização através da Educação Ambiental sobre o uso racional da zona do apicum e manguezal;
- Educação Ambiental para carcinicultura sobre produção sustentável;
- Uma fiscalização mais efetiva com aplicação pela lei ambiental na produção de viveiros sem respeitar o manguezal;
- Conscientizar os citricultores sobre o uso abusivo dos agrotóxicos na agricultura e citricultura;
- Impulsionar os órgãos ambientais para fiscalização e punição do uso excessivo de agrotóxicos;
- O estado promover cursos de capacitação e debates da sociedade civil

### Educação Ambiental e Saneamento

- Programas junto à comunidade para fiscalização com intuito de identificar os geradores de resíduos que descartam de forma inadequada ou degradam os espaços de preservação;
- Projetos para compostagem\Biofertilizantes;
- Projetos para protagonismo junto aos municípios com o propósito de fortalecimento da coleta seletiva;
- Programa com o intuito de controle e reuso de água junto à comunidade;
- Programa para adequação de moradias para destinação do esgoto doméstico;
- Projeto informativo com propósito do reuso e descarte do óleo de cozinha

### Educação Ambiental e Unidades de Conservação

- Disponibilizar coletores de material reciclável nas comunidades;
- Promover ações de conscientização sobre importância da Educação Ambiental nas escolas, nos postos de saúde e nas demais instituições públicas e privada, numa parceria com as secretarias municipais;
- Construir um Ecoparque no entorno do estuário do Rio Real para a conservação e proteção da fauna e flora silvestre;
- Incentivar e fortalecer a limpeza dos estuários, rios, manguezais e matas nos municípios que já realizam as ações e, principalmente nos municípios que não fazem;

## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO | EIXOS TEMÁTICOS

- Criar leis regulamentares de proibição e punição quanto ao uso dos agrotóxicos nas plantações, na queima do lixo e no desmatamento, em nível municipal;
- Criar o Fundo do Meio Ambiente para o fortalecimento das ações de preservação, conservação e promoção das atividades ambientais;
- Criar o reflorestamento de mudas de árvores nativas e frutíferas em áreas desmatadas e pontos ecologicamente estratégicos;
- Promover o turismo ecológico, para o fortalecimento da conscientização humana quanto a importância de uma atitude humana para o nosso futuro;
- Criar uma política de arrecadação de recursos por meio da nossa riqueza natural, quanto ao crédito de carbono;
- Promover a revitalização das nascentes, com ações de plantio, manutenção e proteção das mesmas

### Educação Ambiental e Combate à Desertificação

- Não foram apresentadas propostas para esse eixo temático

### Educação Ambiental e Licenciamento Ambiental

- Orientação técnica;
- Avaliação prévia a supressão vegetal;
- Orientação ao cumprimento do PRAD;
- Regularização de jazidas;
- Capacitar equipe técnica do município;
- Estudo prévio para tratamento de água e esgoto;
- Orientação prévia para destinação dos RS;
- Ações junto a comunidades;
- Consultas públicas;
- Criação de comitês de mobilização para o licenciamento

**Apêndice II | Estratégias geradas a partir da consulta pública virtual para a Educação Ambiental no Desenvolvimento da Política e do Plano Estadual de Educação Ambiental**

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
Educação Ambiental Não-Formal	<p>1. o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.</p> <p>2. Sensibilização e mobilização das comunidades acerca da problemática socioambiental global e local; Implementação de ações permanentes de Educação Ambiental com foco interventivo nos parques e unidades de conservação do Estado de Sergipe;</p> <p>Incentivo à formação de núcleos/coletivos comunitários com vistas ao cuidado do ambiente local; Desenvolvimento/resgate do sentimento de pertencimento e identidade na população;</p> <p>Difusão da necessidade de mudanças atitudinais com vistas à sustentabilidade; incentivo a ações sustentáveis nas empresas e órgãos da</p>	<p>1.As estratégias são técnicas/métodos que irão mostrar o caminho de COMO realizar/atender a diretriz anteriormente planejada.</p> <p>2. Conforme o princípio do " enfoque humanista, holístico, democrático e participativo" da Educação Ambiental, uma estratégia de suma importância é desenvolver métodos que atraiam o olhar da população local que, por um lado atraiam a sua atenção, mas por outro os chame à responsabilidade como fiscais do meio ambiente. Ex: evento Vire Carranca. Outra estratégia é criar um facilitador entre os gestores locais, com os órgãos de atuação ambiental. Não é raro ver gestores reclamando de uma longa odisséia para requerer administrativamente alguma ação de um órgão de gestão/fiscalização ambiental.</p>	<p>1. Cumprir o planejado e as políticas de EA;</p> <p>2. Concluiu-se que os principais desafios para a viabilização da Educação Ambiental nas escolas públicas do Ensino Fundamental I são a falta de conhecimento dos próprios educadores acerca do tema e a insistência em métodos tradicionais de ensino relacionados a uma perspectiva puramente contemplativa da natureza.</p> <p>3. Limitações financeiras e governamentais;</p> <p>4. O primeiro deles é a falta de vontade política em efetivar a Educação Ambiental, pois, ao longo dos anos, o que tem se observado no âmbito educacional da rede estadual é a interiorização dessa dimensão na SEDUC-SE em detrimento da priorização de outras áreas. Em seguida, há o descuido com muitas unidades de conservação. Também é possível citar os entraves políticos na ALESE quando se tratam de questões</p>

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>administração estadual; Apoio à economia solidária;</p> <p>Fomento da participação civil nas políticas públicas; Fortalecimento da rede de Educação Ambiental de Sergipe;</p> <p>Monitoramento dos impactos socioambientais do e no Estado de Sergipe.</p> <p>3. Guiar quanto ao uso e reuso das águas doces e o correto descarte dos resíduos sólidos aos locais. Penso que poderiam ser feitas oficinas, em razão do seu poder de orientação e desenvolvimento da permanente avaliação crítica do processo educativo.</p> <p>São os munícipes aqueles que possuem um maior contato com o meio ambiente e os primeiros afetados quando há efeitos negativos advindos do uso descuidado e indiscriminado.</p>		<p>socioambientais; a falta de sensibilização e mobilização da sociedade civil em relação à participação nas políticas públicas; falta de formação adequada no âmbito da Educação Ambiental para profissionais da educação e currículo da Educação Básica deficitário quanto à Educação Ambiental.</p> <p>5. Com toda a certeza é a comunicação entre os gestores municipais e os órgãos de atuação ambiental, visto que há uma certa dificuldade que acaba desestimulando a implantação da educação formal e não formal nos municípios sergipanos.</p> <p>6. O estímulo ao exercício da cidadania e o cumprimento das políticas públicas de meio ambiente pelo poder público, iniciativa privada e população em geral;</p> <p>7. Sem mais;</p> <p>8. Nem um passo atrás, sempre em frente na preservação do meio ambiente!</p> <p>9. Informação dada no item anterior.</p>

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
			10. Todas foram feitas nos meus apontamentos anteriores.
Educação Ambiental Formal	<p>1. I -Promover a formação de professores e técnicos em Educação Ambiental para uma prática integrada e contextualizada; II- Apoiar e estimular Campanhas educativas e eventos, como seminários e outros sobre EA; III- Divulgar e discutir a legislação ambiental vigente no país; divulgar recursos para aplicar em ações ambientais.</p> <p>2. O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Implementação da Educação Ambiental nas escolas; Sensibilização da comunidade escolar para a formação de coletivos educadores ambientais nas escolas; Promoção de formação docente continuada; Criação de núcleo ou diretoria específico para Educação Ambiental na Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Cultura de Sergipe (SEDUC-SE); Fomento à transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis; Produção e divulgação de materiais didáticos e</p>	<p>1. Capacitações em módulos de formação para 02 representantes de professores de instituições de ensino estaduais e de técnicos de Educação Ambiental de outras entidades, a exemplo do que foi desenvolvido para a implementação da PNEA, culminando com Seminário para apresentação das ações desenvolvidas nas respectivas instituições. As instituições estaduais devem permanentemente promover campanhas educativas de EA e o Governo estadual deve apoiar com recursos financeiros e técnicos eventos de EA no Estado; As instituições escolares devem promover a divulgação e discussão de leis ambientais vigentes contribuindo com a formação cidadã.</p> <p>2. art 10 da lei 6882 de 08 de abril de 2010;</p> <p>3. Promover a criação das Salas Verdes nas escolas para a realização de formações com toda a comunidade escolar; Orientar quais processos devem ser incorporados PPP das escolas com o intuito de</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>paradidáticos sobre Educação Ambiental; Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas com ênfase socioambiental na Educação Básica; Fortalecimento do conhecimento sobre legislação ambiental e políticas públicas como instrumentos de emancipação e luta à injustiça ambiental no cotidiano escolar.</p> <p>3. Implementação da Educação Ambiental nas escolas; Sensibilização da comunidade escolar para a formação de coletivos educadores ambientais nas escolas; Promoção de formação docente continuada; Criação de núcleo ou diretoria específico para Educação Ambiental na Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Cultura de Sergipe (SEDUC-SE); Fomento à transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis; Produção e divulgação de materiais didáticos e paradidáticos sobre Educação Ambiental; Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas com ênfase socioambiental na Educação Básica; Fortalecimento do conhecimento sobre legislação ambiental e políticas públicas como instrumentos de emancipação e luta à injustiça ambiental no cotidiano escolar.</p> <p>4. A inclusão obrigatória de uma matéria escolar de gestão ambiental, ao menos</p>	<p>favorecer a ambientalização curricular de forma trabalhar a EA de forma transversal em todas as disciplinas; Estimular a discussão de temas socioambientais com a realização de cronograma de processos que possa ser trabalhado pôr a escola envolvendo a comunidade de entorno; Utilizar o entorno das escolas como praças e terrenos com processos educativos;</p> <p>4. Inserir a Educação Ambiental trabalhando-a conjuntamente com as outras prioridades dos alunos, buscando formas de demonstrar como a Educação Ambiental pode ser relevante diante de tantos outros problemas aos quais os alunos estão expostos no seu cotidiano, especialmente alunos da escola pública.</p> <p>5. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>da grade curricular dos estudantes do ensino infantil e fundamental (I e II).</p>	<p>6. Inserir a Educação Ambiental no currículo da Educação Básica e nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas estaduais de Sergipe, em todos os níveis e modalidades de ensino, de modo transversal e interdisciplinar; Promover ações de formação para a comunidade escolar com foco na formação de educadores ambientais; Promover regularmente ações de formação continuada para docentes e profissionais da educação sobre Educação Ambiental; Criar um núcleo ou diretoria específico para Educação Ambiental na Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Cultura de Sergipe (SEDUC-SE); Fomentar a transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis consoantes às orientações contidas na Resolução CD/FNDE no18, de 21 de maio de 2013, que trata do manual de escolas sustentáveis. Incentivar e viabilizar a produção e divulgação de materiais didáticos e paradidáticos sobre Educação Ambiental para a Educação Básica; incentivar e viabilizar o desenvolvimento de pesquisas com ênfase socioambiental na Educação Básica; Inserir no currículo obrigatório da</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
		<p>Educação Básica conhecimentos sobre legislação ambiental e políticas públicas ambientais.</p> <p>7. Sendo um desdobramento da educação escolar, é necessário incluir as visitas práticas dos estudantes aos objetos de estudo, com o objetivo de aproximá-los da realidade ambiental local. Alguns estudantes do município de Neópolis, por exemplo, sequer conhecem os conceitos mais básicos ambientais que circundam o seu município do baixo São Francisco. Aproximá-los dessa realidade é a melhor estratégia, pois haverá o empoderamento das novas gerações fiscalizadoras do meio ambiente.</p>	
Educação Ambiental em UC's	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apoiar e estimular Campanhas educativas relativas às unidades de conservação estaduais;</li> <li>2. Interação com a realidade local, trabalhando os problemas ambientais que possam existir em seu entorno.</li> <li>3. Educar e motivar as pessoas da comunidade exploradora da região, para que haja um desenvolvimento sustentável e consciente,</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. As instituições estaduais de meio ambiente devem permanentemente promover campanhas educativas para sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;</li> <li>2. A estratégia é voltada ao (re)conhecimento, valorização, criação e implementação das Unidades de Conservação federais, estaduais e</li> </ol>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>acompanhando a evolução sim, porém respeitando o meio ambiente.</p> <p>4.Determinação de incentivos fiscais, para que os gestores locais se sintam ainda mais convidados a instituir e/ou manter as UCs.</p>	<p>municipais, conforme previsto no SNUC. Assim, este documento traz os princípios, as diretrizes, os objetivos e as propostas de ações necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas e programas de Educação Ambiental e Comunicação.</p> <p>3.Incentivas visitas técnicas com a participação de um agente de Educação Ambiental para a inserção da Educação Ambiental; mapear os problemas ambientais locais para que se tenha conhecimento e possa ser traçado um planejamento para a solução desses problemas;</p> <p>4.Traçar metas educacional em nível nacional! Pois não só as comunidades exploradoras, mas também o as pessoas que exploram como turismo a mesma área, mas de forma predatória, precisam conhecer os direitos e dever de exploração;</p> <p>5.Existem algumas UCs que permitem a visitação a título educativo, deste modo devem haver meios facilitadores para que isso ocorra principalmente com os/as alunos/as da educação elementar. Saber da importância de uma UC e também saber que no seu município tem uma é essencial para o</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
		empoderamento ambiental por meio da educação formal.	
EA em Saneamento	<p>1. Apoiar e estimular Campanhas educativas relativas ao saneamento;</p> <p>2.art 11 da lei 6882 de 08 de abril de 2010;</p> <p>3.Desenvolver processos de EA de forma permanente e contínuo com a formação de educadores no âmbito do saneamento ambiental; 1.1 Estimular a parceria entre poder público, sociedade civil organizada e consórcios com o intuito de favorecer a implantação de programa de EA para o Saneamento; 1.2 Promover difusão a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).</p> <p>4.Universalização do Saneamento básico; 5. Conhecimento técnico implantado já na base educacional como matéria escolar, assim formaremos um ser humano consciente desde a base, fatalmente um adulto mais consciente das suas obrigações para com o meio ambiente</p>	<p>1.As instituições estaduais devem permanentemente promover campanhas educativas de EA relativas ao saneamento segundo a temática de trabalho de cada uma;</p> <p>2.Educação Ambiental articulada à gestão ambiental, formular e implementar políticas públicas de Educação Ambiental, promove interfaces entre Educação Ambiental e os diversos programas e políticas de governo, nas diferentes áreas, articulação e mobilização social como instrumentos de Educação Ambiental.</p> <p>3.Incentivar a criação de espaços de diálogos com o intuito de desenvolver processos permanentes de construção de conhecimento na perspectiva do Saneamento ambiental; realizar processos formativos em saneamento, saúde e assistência social entre outros setores afim de promover a integração de atividades como forma de fortalecer os processos desenvolvidos. Estimular a Criação dos Programas de Educação Ambiental para Resíduos Sólidos entre outros; prover parcerias com as Universidade para a</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
		<p>desenvolver projeto de reuso de água; favorecer o desenvolvimento processos de fortalecimento das cooperativas de cantadores de materiais reciclados com o intuito de promover a inclusão e o protagonismos destes atores.</p> <p>4. Buscar parcerias junto ao poder público para a adoção do Marco Legal do Saneamento Básico; esclarecer a importância do saneamento básico e as consequências, especialmente para a saúde e bem estar das pessoas; incentivar a implantação de práticas sustentáveis de saneamento.</p> <p>5. Também iniciando na base escolar, dessa criança devemos ter acesso a essas informações, e não esperar para se tornar um adulto para acessarmos essas informações.</p>	
EA nas Gestão das Águas	<p>1. Apoiar e estimular Campanhas educativas relativas à Gestão das Águas;</p> <p>2. Art. 4º São diretrizes para programas, projetos e ações de desenvolvimento de capacidades em GIRH, visando qualificar os gestores, usuários e comunidades: o caráter processual, permanente e contínuo na sua implementação; a</p>	<p>1. As instituições estaduais de meio ambiente devem permanentemente promover campanhas educativas para sensibilização da sociedade para a Gestão das Águas e divulgação de órgãos colegiados e leis de recursos hídricos;</p> <p>2. Art. 7º Os programas de Educação Ambiental dirigidos à Gestão Integrada</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>utilização de linguagem clara e acessível, bem como de metodologias que respeitem as especificidades dos diferentes públicos envolvidos nos processos formativos; a promoção de sinergia entre ações, projetos e programas de Educação Ambiental do Órgão Gestor da PNEA e dos Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais</p> <p>de Bacias Hidrográficas, órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e demais atores sociais;</p> <p>a descentralização na execução dos processos de desenvolvimento de capacidades, valorizando os Comitês de Bacia Hidrográfica em relação ao tema como espaços de interlocução, deliberação e contribuição aos processos; o respeito e a adequação às especificidades socioculturais e ecológicas de cada bioma, das regiões hidrográficas, de cada bacia hidrográfica em território nacional e</p> <p>das bacias transfronteiriças; a transparência, compromisso e preferencialmente a participação dos grupos sociais envolvidos na elaboração, acompanhamento e avaliação dos processos de formação; o</p>	<p>de Recursos Hídricos devem buscar a integração entre os entes responsáveis pela implementação das Políticas de Meio Ambiente, Educação Ambiental e de Recursos Hídricos.</p> <p>3. Promover eventos que divulguem a Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como para a importância do Marco Legal do Saneamento Básico, da proteção de nascentes e recuperação de áreas degradadas; promover visitas técnicas aos principais mananciais dos municípios;</p> <p>4. Limitar acesso de seres humanos as nascentes e rios que abastecem as cidades, assim teremos uma água mais limpa e conseqüentemente reduziria a necessidade de tratamento com a água;</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>reconhecimento e a inclusão de representantes da diversidade sociocultural da área de abrangência da bacia hidrográfica, reconhecidos em legislação vigente, nos processos de desenvolvimento de capacidades; o reconhecimento e a inclusão de diferentes saberes, culturas, etnias e visões de mundo, com equidade de gênero, nos processos de desenvolvimento de capacidades em GIRH e na produção de material pedagógico; a articulação da GIRH com as demais políticas públicas correlatas, especialmente nos processos de capacitação, informação e formação; e a promoção de articulações com órgãos e instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa e demais entidades envolvidas em processos de formação.</p> <p>3. Conhecimento da Política Estadual dos Recursos Hídricos e dos seus instrumentos; buscar parcerias para a implementação do Marco Legal do Saneamento Básico e projetos para a proteção das nascentes e recuperação de áreas degradadas; conhecimento dos mananciais existentes em cada município e da importância dos mesmos;</p>		

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>4. Educar e conscientizar o uso da água de forma ordenada como reduzir tempo de banho, plantio de árvores, e não poluir nossos rios e nascentes</p>		
EA - Semiárido e Desertificação	<p>1. Nada a declarar;</p> <p>2. estratégias de convivência no semiárido nessa área são notadamente pela implantação tecnologias adaptadas às baixas precipitações anuais, elevadas temperaturas e exploração racional das espécies vegetais e animais: cisternas de placas, manejo sustentável da caatinga</p> <p>3. Não tenho conhecimento suficiente para opinar;</p> <p>4. Plantio de árvores, e maior cuidado e atenção das autoridades governamentais</p>	<p>1. Nada a declarar;</p> <p>2. Eles valorizam a estratégia de estocagem de água de chuva por meio de pequenas infraestruturas para captação e armazenamento: um barreiro trincheira grande, uma barragem subterrânea e duas cisternas de placas.</p> <p>3. Não tenho conhecimento para opinar;</p> <p>4. Reflorestamento, e criação de rios e lagos que possam humidificar o clima até criar se um ciclo automático.</p>	
EA e Licenciamento	<p>1. Nada a declarar;</p> <p>2. Transversalidade</p> <p>Fortalecimento do SISNAMA</p> <p>Sustentabilidade</p> <p>Participação e controle social;</p> <p>3. Não possuo qualificação para Opinar; 4. Controle;</p>	<p>1. Nada a declarar;</p> <p>2. Estímulo à Educação Ambiental voltada para empreendimentos e projetos do setor produtivo:</p> <p>Estímulo às ações de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis, alcançando especialmente as comunidades rurais e colaborando para o desenvolvimento de práticas sustentáveis no campo.</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
		<p>Implementação de políticas públicas para o fortalecimento das instituições de educação e formação de jovens e adultos no meio rural, a exemplo dos Centros de Formação de Agricultores em Agroindústria (CEFAs), contribuindo para a sustentabilidade da agricultura familiar como incentivo à manutenção de seu compromisso socioambiental.</p> <p>3. Não possuo qualificação para opinar;</p> <p>4. Planejamento técnico</p>	
EA e Educomunicação	<p>1.Promover a elaboração de material didático e campanhas educativas;</p> <p>2.APOIO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO A AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL; destinar recursos financeiros, oriundos de fundos nacionais e internacionais, para a implementação, estruturação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas, projetos e iniciativas de Educação Ambiental, em consonância com compromissos internacionais assumidos, a exemplo da agenda 2030, dos ODS e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Destinar recursos para</p>	<p>1. As campanhas e materiais didáticos devem ser divulgadas em sites institucionais estaduais e meios de comunicação públicos e privados;</p> <p>2. Para esta autora, esse conhecimento do mundo a partir dos múltiplos relatos aproxima os campos da comunicação e da educação em um dos maiores desafios da contemporaneidade. A escola e os educadores já não podem ficar alheios a temas como mediações, criticidade, informação versus conhecimento, entre outros, principalmente porque o mundo editado a que temos acesso é carregado de significados implícitos, de</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>compor equipes técnicas e elaborar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas estruturantes em Educação Ambiental. Promover estratégias que oportunizem o acesso a recursos pelos variados segmentos sociais, e atores dos diferentes territórios, para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental. Adotar documentos de referência existentes (Pnea, ProNEA e DCNEA) para definir critérios de aplicação de recursos públicos em Educação Ambiental. Propor a inserção, nos Planos Plurianuais (PPAs) dos diversos entes federativos, de objetivo estratégico que promova iniciativas de Educação Ambiental, com a devida destinação orçamentária e financeira.</p> <p>3. Programa Nacional de Educação Ambiental   ProNEA</p> <p>Alocar recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais, especificamente, para estruturar políticas públicas e promover planos, programas e projetos de Educação Ambiental.</p> <p>Estabelecer ou ampliar linhas de financiamento específicas e prioritárias para a Educação Ambiental junto aos</p>	<p>ideologias, geralmente ditados por interesses econômicos (BACCEGA, 2001).</p> <p>Ao investigar o campo emergente da comunicação/educação, por meio de pesquisa com profissionais latino-americanos que atuam na área (veja quadro abaixo), Soares (1999) observou a importância atribuída a B.F. Skinner, pela disseminação de tecnologias da informação na educação; a Freinet e Freire, pelas perspectivas criativas da inter-relação comunicação/educação; a Martin-Barbero, pelos estudos entre comunicação e cultura e teoria das mediações; e a Kaplún por estudos que relacionam comunicação e processos educativos.</p> <p>3. Utilizar os meios de comunicação de acordo com o público a ser atingido; criar redes de multiplicadores dessas informações; criar estratégias de comunicação via redes sociais; descentralizar a comunicação para maior autonomia das instituições governamentais.</p> <p>4. Palestras e desenvolvimento tecnológico com fins de promover</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>fundos internacionais, nacionais, estaduais e municipais de educação, de meio ambiente, de recursos hídricos e outros que se relacionam com a Educação Ambiental ou com aspectos socioambientais.</p> <p>Criar linhas específicas de financiamento público e privado, para fomentar programas e projetos de Educação Ambiental, desenvolvidos pelos governos ou pela sociedade civil.</p> <p>Estimular o fomento público e privado para ações do ProNEA, incluindo a destinação de recursos a programas de conversão de multas ambientais e termos de ajustamento de conduta, para iniciativas de Educação Ambiental.</p> <p>Criar estratégias de captação de recursos para projetos e programas, tais como parcerias, estabelecimento de benefícios, prêmios e outras formas de reconhecimento às entidades que investem em Educação Ambiental.</p> <p>Inserir no termo de referência dos processos de licitação e de licenciamento ambiental, ações de Educação Ambiental a serem fomentadas pelos licenciados e</p>	<p>redução de desinformação do sistema de Educação Ambiental.</p>	

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>vencedores das licitações, como programas e projetos de Educação Ambiental e de formação de educadores ambientais, campanhas, seminários, capacitações, oficinas e outras.</p> <p>Estimular a destinação de parte dos recursos dos Programas de Educação Ambiental (Peas), do licenciamento ambiental, para apoio a ações de EA nas comunidades impactadas.</p> <p>Disponibilizar diferentes linhas e modalidades de financiamento a projetos de formação continuada de professores e de educomunicação.</p> <p>Criar programa de financiamento para a produção e expansão de acervo de material didático, paradidático, literatura e outros, relacionados à Educação Ambiental, bem como de projetos de educomunicação, cursos e oficinas, por meio da disponibilização dos recursos diretamente para as instituições de ensino da rede pública, em todos os níveis e modalidades de educação.</p>		

Eixos Temáticos	Respostas - Diretrizes	Respostas – Estratégias	Desafios e Dificuldades
	<p>Fortalecer o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) e criar outros fundos públicos não estatais voltados à Educação Ambiental, respaldados em procedimentos que garantam transparência, participação e controle social.</p> <p>3. Levar informação imparcial sobre as realidades locais e informações técnicas sobre os instrumentos de gestão, fiscalização, deveres do Estado e do cidadão; tornar mais acessível a informação sobre os principais desafios ambientais e possíveis soluções</p> <p>4. Inclusão nas escolas como matéria obrigatória na base educacional;</p>		



### Apêndice III | Mapeamento de Experiências ambientais voltadas para a Educação Ambiental nos Territórios Sergipanos

<b>TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL</b>
<b>Programas e projetos identificados no território</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Nas ações previstas pelo Governo do Estado contempladas no Plano de Desenvolvimento do Território do Agreste Central no escopo do ensino público de qualidade não foi identificada a inserção da Política Estadual de Educação Ambiental não contemplando assim a inserção da Educação Ambiental no plano de ação Estadual</li></ul>

<b>TERRITÓRIO ALTO SERTÃO</b>
<b>Programas e projetos identificados no território</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Campanha “Eu viro Carranca em defesa do Rio São Francisco” organizada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)</li><li>Projeto Sergipe: Manejo do Uso Sustentável de Terras no Semiárido do Nordeste Brasileiro</li><li>Programa Água Doce</li><li>Conferências Nacionais Infanto-juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA)</li><li>Planos de Resíduos Sólidos</li><li>Programa de Ação Estadual para o Combate à Desertificação e Mitigação aos Efeitos da Seca em Sergipe (PAE/SE- SE)</li></ul>

## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

### Programas e projetos identificados no território

- Consórcio de Saneamento do Baixo São Francisco (CONBASF)
- Ministério Público de Sergipe | Projeto Nascentes do São Francisco: O MP Salvando Rios” e “Rede Municipal de Meio Ambiente Ativa – REDMMA”
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) - Oficinas de Educação Ambiental com base na Agenda 2030
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Sustentabilidade (SEDURBS) - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Sergipe - CIEASE
- Projeto Opará: Águas do rio São Francisco
- Plano de Ação Nacional (PAN) Cavernas do São Francisco
- Projeto Nas Ondas do São Francisco
- Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

## TERRITÓRIO CENTRO SUL

### Programas e projetos identificados no território

- Consórcio de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos do Sul e Centro Sul Sergipano (CONSCENSUL)

## TERRITÓRIO BAIXO GRANDE ARACAJU

### Programas e projetos identificados no território

### TERRITÓRIO BAIXO GRANDE ARACAJU

- Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P
- Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Sergipe – CIEASE
- Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) - Programa de Educação Ambiental
- Conferências Nacionais Infanto-juvenis pelo Meio Ambiente – CNIJMA
- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental de Sergipe – GEPEASE
- Instituto Banese - Banco do Estado de Sergipe – Campanhas socioambientais
- Instituto Estre - Oficinas Pedagógicas ‘Cadê o lixo que estava aqui?’, ‘Histórias para pertencer ao mundo’ e ‘Escolas Sustentáveis’
- Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda
- Olimpíada Ambiental de Sergipe
- Programa de Formação Dialogar
- Projeto Salas +Verdes
- Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Consórcio da Grande Aracaju – PIRS/GAJU
- Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes - Sociedade Semear
- Projeto Sala Verde – Universidade Federal de Sergipe

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

**Programas e projetos identificados no território**

### TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

- Consorcio Público do Agreste Central Sergipano – CPAC
- Consórcio Público de Saneamento Básico Grande Aracaju – CONSBAJU
- Instituto Estre - Programa de Educação Ambiental e Comunicação
- Projeto de sensibilização ambiental a respeito da bacia hidrográfica do rio Japaratuba
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba (CBHJ)
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Sustentabilidade (SEDURBS) - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Sergipe - CIEASE
- Projeto “Arborizar-Se”

### TERRITÓRIO BAIXO MÉDIO SERTÃO

#### Programas e projetos identificados no território

- Não foram identificadas ações de Educação Ambiental no âmbito do território do Médio Sertão Sergipano

### TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

#### Programas e projetos identificados no território

- **Projeto Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**
- **Coleta Seletiva**



## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

- Projeto “Arborizar-Se”



#### Apêndice IV | Matérias veiculadas na imprensa e na internet sobre as oficinas e consultas públicas do PlanEA

Prefeitura Municipal de Cristinápolis FACEBOOK
<a href="https://www.facebook.com/361448440532668/posts/pfbid027GPZQam3Hy2qu3rhYHU42vwfFtN9k5U4KxZmdMwSbicN2JtxA7Ys5NaraVxuU2i7I/">https://www.facebook.com/361448440532668/posts/pfbid027GPZQam3Hy2qu3rhYHU42vwfFtN9k5U4KxZmdMwSbicN2JtxA7Ys5NaraVxuU2i7I/</a>
Consórcio de Saneamento Básico do Baixo São Francisco Sergipano (CONBASF) INSTAGRAM E FACEBOOK
<a href="https://www.instagram.com/p/CkOlnq7so4n/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D">https://www.instagram.com/p/CkOlnq7so4n/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D</a>
<a href="https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0qtnhBbPfmsSWeMbMqJ4XhyTJiKm87EAYYx9LssEqaSqTq2jqy5J6ZWodA35cjCHQI&amp;id=100069144341753">https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0qtnhBbPfmsSWeMbMqJ4XhyTJiKm87EAYYx9LssEqaSqTq2jqy5J6ZWodA35cjCHQI&amp;id=100069144341753</a>
Centro de Convenções de Indiaroba FACEBOOK
<a href="https://m.facebook.com/pages/Centro%20De%20Convencoes%20De%20Indiaroba/522474867860496/?refsrc=deprecated&amp;_rdr">https://m.facebook.com/pages/Centro%20De%20Convencoes%20De%20Indiaroba/522474867860496/?refsrc=deprecated&amp;_rdr</a>
Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros SITE OFICIAL
<a href="https://barradoscoqueiros.se.gov.br/noticias/barra-dos-coqueiros-d%C3%A1-pontap%C3%A9-para-constru%C3%A7%C3%A3o-do-plano-estadual-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental-de">https://barradoscoqueiros.se.gov.br/noticias/barra-dos-coqueiros-d%C3%A1-pontap%C3%A9-para-constru%C3%A7%C3%A3o-do-plano-estadual-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental-de</a>



Prefeitura Municipal de Pirambu INSTAGRAM
<a href="https://www.instagram.com/p/CkJrLxYSp60/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D">https://www.instagram.com/p/CkJrLxYSp60/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D</a>
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade – SEDURBS SITE OFICIAL
<a href="https://sedurbs.se.gov.br/plano-estadual-de-educacao-ambiental-de-sergipe-esta-sendo-elaborado-pela-sedurbs/">https://sedurbs.se.gov.br/plano-estadual-de-educacao-ambiental-de-sergipe-esta-sendo-elaborado-pela-sedurbs/</a>
Prefeitura Municipal de Propriá INSTAGRAM
<a href="https://www.instagram.com/p/CkjinbGJp961/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D">https://www.instagram.com/p/CkjinbGJp961/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D</a>
Prefeitura Municipal de Boquim FACEBOOK
<a href="https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid022UtkPu4Qnab7hjoswF6jCQryL5pGVrp5W4rhTuF8D7XEGUM7nvk82DX5SZ3xch_xvI&amp;id=100065057738377">https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid022UtkPu4Qnab7hjoswF6jCQryL5pGVrp5W4rhTuF8D7XEGUM7nvk82DX5SZ3xch_xvI&amp;id=100065057738377</a>
Prefeitura Municipal de Lagarto SITE OFICIAL



<https://lagarto.se.gov.br/secretarias/sema/prefeitura-de-lagarto-sedia-audiencia-publica-da-construcao-do-plano-estadual-de-educacao-ambiental/>

Prefeitura Municipal de Capela  
INSTAGRAM

<https://www.instagram.com/p/CIYs0h7u0A6/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D>

## Apêndice VII | Questionários aplicados

**PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SERGIPE**

### QUESTIONÁRIO PARA OBTER DADOS NO SEU MUNICÍPIO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Prezados (as) o presente questionário tem como objetivo obter dados sobre Educação Ambiental do seu município e faz parte das estratégias metodológicas para a elaboração do Plano de Educação Ambiental do Estado de Sergipe, uma iniciativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (SEDURBS) SERHMA

Gostaríamos de contar com a sua participação na elaboração desse Plano. E desde já, pedimos a colaboração de todos para obtenção das seguintes informações:

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

**\*Obrigatório**

E-mail \*

Seu e-mail

---

**NOME: \***

Sua resposta

---

**TELEFONE : \***

Sua resposta

---

**MUNICIPIO: \***

Sua resposta

**1.Principais programas Quais ? \***

Sua resposta

**2.Projetos Quais? \***

Sua resposta

**3.Pesquisas Quais? \***

Sua resposta

**4.Legislação Vigentes Atualizadas? \***

Sua resposta

**5.Ações de Educação Ambiental No Seu Município Quais? \***

Sua resposta

**6. Se seu Município Tem Secretaria ou Departamento de Educação Ambiental Informe a Lei de Criação;** \*

Sua resposta

---

**7. Se tem Conselho ou Fundo de Meio Ambiente Municipal constituído, Está ativo** \*

- Sim
- Não

**8. Se tem Plano de Saneamento?** \*

- Sim
- Não

**9. Se tem Unidade de Conservação (UC) ?** \*

- Não
- Sim

**10. Se tem Unidade de Conservação (UC) ,Qual o nome da Unidade?**

Sua resposta

---

**11. Se tem Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) ? \***

- Sim
- Não

**12. Se Possuir Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN);Qual o nome ?**

Sua resposta

---

**13. Área de Proteção Ambiental (APA);? \***

- SIM
- Não

**14. Se Possuir Área de Proteção Ambiental (APA), Qual o nome ?**

Sua resposta

---

**15. Reserva Ecológica (Resec)? \***

- SIM
- NÃO

**16. Se Possuir Reserva Ecológica (Resec), Qual o nome ?**

Sua resposta

---

**17. Reserva Legal. ? \***

- SIM
- NÃO

**18. Se Possuir Reserva Legal, Qual o nome ?**

Sua resposta

**19. O Seu Município Dispõe de Recursos Financeiro na Secretaria de Meio Ambiente/Departamento Para a Educação Ambiental? Qual o Valor ?**

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

## Apêndice VIII | Relação nominal dos colaboradores

TERRITÓRIO   AGRESTE CENTRAL		
Nome	Cargo	Instituição
Adriano da Cruz	Diretor	Secretaria Municipal De Educação
Carlos Henrique Dias	Coord. De Meio Ambiente	Secretaria Municipal De Agricultura
Daniel Alves	Diretor de Meio Ambiente	Secretaria Municipal De Agricultura
Edilene Barros dos Santos	Secretária	Secretaria Municipal De Meio Ambiente
Estefano Fraga	Presidente	Cooperativa de Catadores
Evandro de Santana	Coordenador	Secretaria Municipal De Educação
Fábio Júnior Andrade	Vice Presidente	Cooperativa de Catadores
Fátima Oliveira	Diretora	Fundação Pedro Paes Mendonça
Henrique Costa	Secretário	Secretaria Municipal De Des. Sustentável
José Edgar Santos	Coord. De Projetos	Consórcio Agreste
Jeferson Lima	Eng. Agrônomo	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Jeziel Tavares	Secretário	Secretaria Municipal De Agricultura
Josevânia Góes	Secretária	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Leandro Roque	Diretor Operacional	Consórcio Agreste
Mayara Martins	Secretária	Secretaria Municipal De Meio Ambiente
Maria Jeane Santos	Secretária de Educação	Secretaria Municipal De Educação
Maria José Ferreira	Secretária	Secretaria Municipal de Educação
Roberto dos Santos	Secretário	Secretaria Municipal De Meio Ambiente
Rogério Sobral	Prefeito	Prefeitura Municipal de Ribeirópolis
Roseane Jesus	Professora	Instituto Federal de Sergipe - IFS

<b>TERRITÓRIO   ALTO SERTÃO</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Instituição</b>
João Marcos	Técnico pedagógico	Secretaria Municipal de Educação
Andressa Lima	Bióloga	Secretaria de Agricultura
Hugo Coelho	Eng. Ambiental	Secretaria de Agricultura
Cléia Campos	Secretária de Educação	Secretaria Municipal de Educação
Katydyane Sá	Fiscal	Vigilância Sanitária
Elísio Marinho	Secretário	Secretaria Municipal de Agricultura
Maria Campos	Diretora	Secretaria Municipal de Educação
Soraia Santos	Coordenadora	Secretaria Municipal de Educação
Genalva Feitosa	Diretora	Escola José de Rezende
Maria Irani Rezende	Diretora	Secretaria Municipal de Educação
José Custódio	Presidente	Conselho de Desenvolvimento Sustentável
Rozileide Santana	Assentada	Assentamento Monte Santo
Maria Santos	Associada	Associação Cachoeirinha 1
Erundino de Oliveira	Presidente	Associação Cachoeirinha 1
José Marcos da silva	Secretário	Secretaria Municipal de Educação
Gildatilene Leobino	Professora	Secretaria Municipal de Educação
Carlos Barreto	Secretário adjunto	Secretaria Municipal de Educação
Maria Rozileide	Diretora	Escola Maria de Lima
Carlos José de Souza	Diretor	Secretaria de Meio Ambiente
Gilzete Dioniza de Matos	Prefeita	Prefeitura Municipal de Gararu

<b>TERRITÓRIO   ALTO SERTÃO</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Instituição</b>
Robson Soares	Vereador	Câmara Municipal
Maria Luiza	Estudante de zootecnia	Universidade Federal de Sergipe - UFS
José Ivaldo Tavares	militante	Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Francisco Paixão	integrante	Núcleo de Cidadania de adolescentes - NUCA
Lília Gabrielle	integrante	Núcleo de Cidadania de adolescentes - NUCA
Jamile Barbosa	integrante	Núcleo de Cidadania de adolescentes - NUCA
Emili Juliana	integrante	Núcleo de Cidadania de adolescentes - NUCA
Cléverton Santos	integrante	Núcleo de Cidadania de adolescentes - NUCA
Igor Oliveira	integrante	Núcleo de Cidadania de adolescentes - NUCA
Claudence Nogueira	associada	Associação de moradores
Maria Adeilza	associada	Associação de moradores
Ciaria de Aguiar	Engenheira Agrônoma	Universidade Federal de Sergipe - UFS
Gabriele Meneses	Técnica Agropecuária	Universidade Federal de Sergipe - UFS
Maria da Conceição Santos	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência Social
Tássia Alves	Secretária	Secretaria Municipal de Assistência Social
Mônica Santana	Agente de saúde	Secretaria Municipal de saúde
Patrícia dos Santos	Agente de vigilância epidêmica	Secretaria Municipal de saúde
Bruno Gabriel	Auxiliar administrativo	Universidade Federal de Sergipe - UFS

<b>TERRITÓRIO   ALTO SERTÃO</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Instituição</b>
Gabriela Oliveira	Estudante de zootecnia	Universidade Federal de Sergipe - UFS
Daniela Melo	Estudante de zootecnia	Universidade Federal de Sergipe - UFS
Afonso da Silva	Estudante de zootecnia	Universidade Federal de Sergipe - UFS
José Roberto	Estudante de zootecnia	Universidade Federal de Sergipe - UFS
Anna Luiza	Estudante de medicina veterinária	Universidade Federal de Sergipe - UFS
Iolanda de Jesus	Estudante de medicina veterinária	Universidade Federal de Sergipe - UFS
João Batista	Estudante de medicina veterinária	Universidade Federal de Sergipe - UFS
Juan Ruiz	Professor	Universidade Federal de Sergipe - UFS
Roseane Santos	Professora	Instituto Federal de Sergipe - IFS
José Ferreira	Coordenador	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
José Hunaldo de Jesus	Secretário	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável
Abraão Vieira	Secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Aldemara dos Santos	Diretora de fiscalização ambiental	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Enaldo Borges	Militante e dirigente	Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Carlos Souza	Diretor de departamento	Secretaria Municipal de agricultura
Fernanda Mota	representante	Secretaria Municipal de agricultura
Érica Silveira	representante	Secretaria Municipal de agricultura
Cléverson Rodrigues	Secretário	Secretaria Municipal de Educação

<b>TERRITÓRIO   ALTO SERTÃO</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Instituição</b>
Elisson Vieira	Secretário	Secretaria de Meio Ambiente
Isabelle Blengini	Gerência de Educação	SERHMA
Daniela Feitoza	Presidente	IDESA Brasil
Anne Grazielle	Superintendente	CONBASF
Alberto Silva	Eng. De Materiais	CONBASF

<b>TERRITÓRIO   BAIXO SÃO FRANCISCO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Adailton Tavares	Secretário Municipal de Obras de Santana do São Francisco	Secretaria Municipal de Obras
Afonso Souza	Representante da Escola Municipal de Santa Maria de Malhada dos Bois	Escola Municipal de Santa Maria
Airton Luiz Soares	Professor e representante Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cedro de São João	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Alberto Silva	Engenheiro de Materiais CONBASF / Propriá	CONBASF
Aline dos Santos	Secretária Executiva Municipal de Meio Ambiente de Japoatã	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Anderson dos Santos	Pescador Colônia de Pescadores Z16 / Brejo Grande	Colônia de Pescadores Z16
Anne Grazielle	Superintendente da CONBASF / Propriá	CONBASF

<b>TERRITÓRIO   BAIXO SÃO FRANCISCO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Brenda Santos	Estagiária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Telha	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Bruna Maria	Vice Presidente da Colônia de Pescadores Z8 / Propriá	Colônia de Pescadores Z8
Carlos César	Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Muribeca	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Cristiane Melo	Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Cedro de São João	Secretaria Municipal de Educação
Daniel Rocha	Coordenador da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cedro de São João	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Danielle Santos	Secretária da Colônia de Pescadores Z16 / Brejo Grande	Colônia de Pescadores Z16
Ederson Fonseca	Coordenador da Base de Pontas dos Mangues do Projeto TAMAR	Projeto Tamar
Ediclécia Cabral	Fiscal da Comunidade Quilombola Dom José Brandão de Castro / Brejo Grande	Comunidade Quilombola Dom José Brandão de Castro
Edson Ramalho	Conselheiro Ambiental da Secretaria de Educação de São Francisco	Secretaria de Educação

<b>TERRITÓRIO   BAIXO SÃO FRANCISCO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Elvoclébio de Araújo	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do INCRA	INCRA
Eneas Rosa	Presidente da Associação Quilombola Resina	Associação Quilombola Resina
Eulália Cely Calumbi	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Evânio Gonzaga	Professor da Secretaria Municipal de Educação de Cedro de São João	Secretaria Municipal de Educação
Fabrcio Silva	Fiscal Ambiental da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Propriá	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
Fernando Aquino	Colaborador da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Telha	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Francisco	Assessor da FETASE / Aracaju	FETASE
Francisco Santos	Setor de Planejamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Propriá	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Francisco Gemer	Chefe de Projetos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Propriá	Secretaria de Meio Ambiente
Gardênia Rezende	Coordenadora do SEBRAE / Propriá	SEBRAE
Geane	Pescadora da Colônia de Pescadores Z16 / Brejo Grande	Colônia de Pescadores Z16

<b>TERRITÓRIO   BAIXO SÃO FRANCISCO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Geiciane Gaspar	Pescadora da Colônia de Pescadores Z16 / Brejo Grande	Colônia de Pescadores Z16
Genivaldo Vieira	Secretário Municipal de Meio Ambiente de Pacatuba	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Gracinda Correia	Professora da Secretaria de Educação de Amparo do São Francisco	Secretaria de Educação
Isabela Cristina	Supervisora de Educação Ambiental da DESO	DESO
Isabelle Blengini	Gerente SERHMA	SERHMA
Jaci dos Santos	Assistente de Processo do SENAC / Propriá	SENAC
Janice Dias	Presidente da Colônia de Pescadores Z16 / Brejo Grande	Colônia de Pescadores Z16
Jeane Menezes	Agente de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Malhada dos Bois	Secretaria Municipal de Saúde
Jeferson dos Santos	Assessor Técnico da Secretaria de Meio Ambiente de Cedro de São João	Secretaria de Meio Ambiente
Jéssica Melo	Advogada Procuradoria de Japoatã	Procuradoria
Jivaldo Silva	Coordenador da Defesa Civil de Santana do São Francisco	Defesa Civil

<b>TERRITÓRIO   BAIXO SÃO FRANCISCO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
José Crislan	Articulador da Juventude da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros em Brejo Grande	Comunidade Quilombola Brejão dos Negros
José Fausto	Presidente da Colônia de Pescadores Z7 / Neópolis	Colônia de Pescadores Z7
José Jorge	Coordenador de Educação Ambiental da DESO	DESO
José Robson Melo	Secretário da Secretaria de Meio Ambiente de Cedro de São João	Secretaria de Meio Ambiente
Juvenal Patrício	Técnico do Gabinete de Iran Barbosa / Aracaju	Gabinete de Iran Barbosa
Luciana Barreto	Analista Ambiental da CODEVASF	CODEVASF
Luciano Mendonça	Diretor Geral Instituto Federal de Sergipe – Campus Propriá	Instituto Federal de Sergipe – Campus Propriá
Maria Abenzia	Vereadora de Malhada dos Bois	Câmara de Vereadores
Maria Gorete	Cordenadora da Secretaria Municipal de Educação de Propriá	Secretaria Municipal de Educação
Maria Helena Pereira de Santana Filha	Coordenadora do Programa de Educação Ambiental do IBAMA	Associação Quilombola Santa Cruz
Maria Izaltina	Vice Presidente da Associação	Associação Quilombola Dom José Brandão de Castro

<b>TERRITÓRIO   BAIXO SÃO FRANCISCO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
	Quilombola Santa Cruz / Brejo Grande	
Maria José	Presidente da Associação Quilombola Dom José Brandão de Castro / Brejo Grande	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Maria José Aguiar	Secretária Municipal de Meio Ambiente de Malhada dos Bois	Secretaria de Educação
Maria Nelma Vieira	Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Educação de Japoatã	Prefeitura
Mario Melo	Fiscal de Obras da Prefeitura de Cedro de São João	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Telha
Mariza Vieira	Presidente Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Telha	Secretária Municipal de Administração
Matheus do Nascimento	Auxiliar Administrativo da Secretaria Municipal de Administração de Telha	Gabinete de Iran Barbosa
Mauro Gbulski	Assessor do Gabinete de Iran Barbosa / Aracaju	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Mauro Ramon	Técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa do São Francisco	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Noelia Melo	Diretora da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cedro de São João	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

<b>TERRITÓRIO   BAIXO SÃO FRANCISCO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Paulo dos Santos	Secretário da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Neópolis	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Rafael Silva Sandes	Vice Prefeito de Propriá	Colégio Diocésamo
Raphael Rodrigo	Secretário Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Propriá	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF
Ricardo Luis	Inspetor Colégio Diocésamo em Propriá	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Rosa Cecília	Membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF	Secretaria Municipal de Turismo
Ruan Faro	Engenheiro Agrônomo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Muribeca	Secretaria de Administração
Salaciesses Soares	Chefe de Divisão da Secretaria Municipal de Turismo de Propriá	Comunidade Quilombola Lagoa de Campinhos
Sidnei Martins	Secretário da Secretaria de Administração de São Francisco	SERHMA
Silvânia Correia	Coordenadora da Comunidade Quilombola Lagoa de Campinhos em Amparo do São Francisco	Universidade Tiradentes
Silvia Garcia	Estagiária da SERHMA	Prefeitura

<b>TERRITÓRIO   BAIXO SÃO FRANCISCO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Simão Tomóteo	Professor da Universidade Tiradentes em Propriá	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Tainá Alves da Silva	Engenheira Agrônoma da Prefeitura de Canhoba	Colônia de Pescadores Z7
Tarcis Alves	Secretária Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de São Francisco	Colônia de Pescadores Z7
Wagner Nogueira	Membro da Colônia de Pescadores Z7 / Neópolis	Secretaria Municipal de Obras
Zenildes dos Santos	Membro da Colônia de Pescadores Z7 / Neópolis	Escola Municipal de Santa Maria

<b>TERRITÓRIO   CENTRO SUL</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Acácio da Silva	Presidente	Cooperativa de Catadores de Material Reciclável do Município Tobias Barreto/SE de (COOCMRTB)
Ademario Ribeiro dos Santos	Diretor da Escola Arnaldo Garcez	Secretaria Municipal de Educação
Alessandra Vidal	Técnica	CONSCENSUL
Aloisio Santos Andrade	Secretário	Secretaria de Meio Ambiente
Ariane Luana Santos Dias	Coordenadora dos Anos Finais	Secretaria Municipal de Educação
Arine Santos	Técnica pedagógica	Secretaria Municipal de Educação
Armando Fontes	Sócio	Rotary Club

<b>TERRITÓRIO   CENTRO SUL</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Avanilson Fonseca	Técnico	Secretaria Municipal de Educação
Breno Santos	Diretor administrativo	Secretaria Municipal de Educação Ambiental
Clayton de Souza	Agente de serviço	Secretaria Municipal de Administração
Cleia da Silva Santana	Técnica	Secretaria Municipal de Educação
Cleide Passos	Técnica	CONSCENSUL
Cristiano Santos	Presidente	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Lagarto/SE (COOPCAL).
Daniela Santos	Presidente	Conselho de Saúde
Danielle Sobral Carvalho	Assessora	Secretaria de Meio Ambiente
Diego de Jesus	Técnico	CONSCENSUL
Edigles Maria de Souza	Assessora de gabinete	SEDEST
Edite Pereira de Souza	Presidente	Associação Quilombola de Fôrras
Edson Conceição da Cruz	Diretor Escolar	Secretaria Municipal de Educação
Edson da Cruz	Diretor pedagógico	Secretaria Municipal de Educação
Eduardo Alves	Representante da Faculdade Ages	Faculdade Ages
Edvaldo Ribeiro	Superintendente	CONSCENSUL
Elenaldo Alves de Menezes	Secretário	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário Fundiário e Meio Ambiente
Eliene de Carvalho	Cooperada	Cooperativa dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Simão Dias/SE (COOCAMAR).
Elvan Hora Santos	Técnico	Secretaria de Agricultura

<b>TERRITÓRIO   CENTRO SUL</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Everaldo Sabino	Sargento	Polícia Militar
Fabio Frank do Santos Nascimento	Vice - Prefeito	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Francimeire Fontes	Cooperada	Cooperativa de Catadores de Material Reciclável do Município de Tobias Barreto/SE (COOCMRTB).
Francisco Boa Ventura	Secretário	
Geraldo Majella	Presidente	Associação Dos Agricultores Orgânicos Da Concordia (AGROCON)
Glaucia Viana	Técnica administrativa	SEDEST
Guilherme Paulo Souza Monteiro de Jesus Silva	Estagiário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Henrique Andrade	Estagiário	da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Jackson Santos	Coordenador	Secretaria Municipal de Educação
Jailza Marques	Professora	Secretaria Municipal de Educação
Jamilly Gabrielly Andrade	Estagiária	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Jasmine Dantas	Assessora	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
José Antônio Ventura	Secretário do Prefeito	Secretaria de Meio Ambiente
José Domingos	Agente administrativo	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho (SMICT)
José Lucas Ribeiro	Presidente	Cooperativa de Reciclagem do Município de Poço Verde (COOPVERDE)
José Lucivaldo dos Santos	Vice - Presidente	Presidente Sindicato da Agricultores Familiares
Josefa Antônia Alves de Santana	Técnica	Secretaria Municipal de Educação

<b>TERRITÓRIO   CENTRO SUL</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Josefa Cruz	Diretora	Secretária Municipal de Educação
Josefa Diane Cruz de Carvalho	Diretora	Secretária de Educação Ambiental
Leonete Alves da Silva	Diretora da EMEF Gilmara Fontes de Gois	Secretaria Municipal de Educação
Luciano Marques dos Santos	Secretário	Secretaria Municipal de Educação
Marco Antônio Ramos Cruz	Diretor da Escola Amintas Leopoldino Ramos	Secretaria Municipal de Educação
Maria Boaventura	Técnica	Secretaria Municipal de Educação
Maria do Carmo Ribeiro de Jesus	Associada	Associação Quilombola de Fôrras
Maria Elisângela de Souza	Coordenadora	Defesa Civil
Meiriane Almeida Fonseca	Coordenadora dos Anos Finais	Secretaria Municipal de Educação
Milena Nascimento	Técnica	CONSCENSUL
Rivania Menezes	Diretora da Creche Municipal Prof. Ariscogenes	Secretaria Municipal de Educação
Rosicleuma Soares de Figueiredo Alves	Diretora da EMEF Pedro Izidio de Oliveira	Secretaria Municipal de Educação
Rosimário Dutra Santos	Presidente	Cooperativa dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Simão Dias/SE (COOCAMAR).
Rossevanya Andrade Monteiro	Embaixadora	Instituto Lixo Zero Brasil
Rubens Souza de Araújo	Diretor da Escola Álvaro Alves de Matos	Secretaria Municipal de Educação

<b>TERRITÓRIO   CENTRO SUL</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Sebastião Alves Santana	Secretário Executivo	Secretaria Municipal da Agricultura
Semíramis Maria Correia Silva Costa	Diretora da EMEF Nicodemos Correia Falcão	Secretaria Municipal de Educação
Tarcísio Ferreira	Técnico	Secretaria Municipal de Educação
Viviane Menezes	Secretária	Secretário de Meio Ambiente

<b>TERRITÓRIO   GRANDE ARACAJU</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Adailton dos Santos	Estudante	Escola Estadual General Siqueira
Adriana Santos	Cooperada	Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju - CARE
Aldair Ferreira	Professor	Secretaria de Estado da Educação
Alexsandro de Oliveira	Técnico Ambiental	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Laranjeiras
Aline Nepomuceno	Professora	Universidade Federal de Sergipe
Aloísio dos Santos	Cooperado	Cooperativa de Agentes no Trabalho de Reciclagem - CATRE
Amanda Aparecida	Secretária do Conselho	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Cristóvão
Amanda Bispo	Administrativo	Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju - CARE
André Felipe Almeida	Estudante	Escola Estadual General Siqueira
André Luís	Assessor	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracaju
Ângela Maria	Membro	Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente - OSCATMA

<b>TERRITÓRIO   GRANDE ARACAJU</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Antônio Carlos Teodoro	Engenheiro Agrônomo	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - Cohidro
Antônio dos Santos	Secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santo Amaro das Brotas
Argemiro Santos	Técnico de Contabilidade	Fundação Nacional da Saúde - Funasa
Brena Nascimento	Técnica	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro
Carolina Oliveira	Professora	Centro de Excelência Dr. Alcides
Caroline Puleta	Bióloga	Projeto TAMAR
Dárcio Ferreira	Presidente	Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju - CARE
Davi Dias	Assessor	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Maruim
Denisson Alves	Estudante	Colégio Estadual Dr. Alcides Pereira
Deuzete Feitosa	Professora	Escola Estadual Ivo do Prado
Edileuza da Silva	Vice Prefeita	Prefeitura Municipal de Maruim
Edmilson Marques	Chefe de Departamento	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Boquim
Edmilson Santos	Secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Cristóvão
Eduardo Cortês	Procurador	Ministério Público de Sergipe
Edvaneide Bispo	Cooperada	Cooperativa Reviravolta
Eliana Silva	Diretora	Consórcio Público de Saneamento Básico da Grande Aracaju - CONSBAJU
Elísio Cristóvão	Engenheiro Ambiental	Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Cristóvão
Evaldino Andrade	Superintendente	Consórcio Público de Saneamento Básico da Grande Aracaju - CONSBAJU

<b>TERRITÓRIO   GRANDE ARACAJU</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Fabiana Pereira	Estagiária	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barra dos Coqueiros
Flavia Aragão	Coordenadora de Projetos Sociais	Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO
Géssica Menezes	Estagiária	Fundação Nacional da Saúde - Funasa
Gicelma Teixeira	Agente Administrativo	Fundação Nacional da Saúde - Funasa
Gildo de Oliveira	Diretor de Controle Ambiental	Secretaria Municipal de Infraestrutura de Riachuelo
Gustavo Silva Dias	Estudante	Escola Estadual General Siqueira
Heloisa Souza	Engenheira Florestal	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Aracaju
Humberto Catarino	Membro	Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - MOTU
Isabelle Blengini	Gerente de Educação	Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Saneamento de Sergipe - SERHMA
Joana Oliveira	Assessora da Vereadora Ângela Melo	Câmara de Vereadores de Aracaju
João de Andrade	Membro	Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - MOTU
Joedson dos Santos	Estudante	Colégio Estadual Dr. Alcides Pereira
Jorge Edson	Pesquisador	Universidade Federal de Sergipe - UFS
José Antônio	Cooperado	Cooperativa Reviravolta
José Costa	Técnico em Agropecuária	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Boquim
José Dias Firmo	Coordenador Geral	Fórum de Defesa da Grande Aracaju
José Jorge	Presidente	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japarutuba

<b>TERRITÓRIO   GRANDE ARACAJU</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Joyce de Oliveira	Estagiária	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barra dos Coqueiros
Juliana Boaventura	Bióloga	Bióloga
Kaio Siqueira	Secretário	Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos de Itaporanga d'Ajuda
Karla Leite de Carvalho	Promotora	Ministério Público de Sergipe
Karla Letícia	Secretária de Gabinete	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barra dos Coqueiros
Karynne Lemos	Diretora de Educação Ambiental	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro
Lizandra Messias	Estudante	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFS - Trapiche
Lucia de Fátima	Membro	Ocupação Cajueiros II
Luciana Santos	Membro	Rede de Educação Ambiental de Sergipe - REASE
Luciano Santos	Analista Ambiental	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracaju
Luiza Amaral	Técnica	CONPETSAN Consultoria
Maik Kleverton	Estudante	Colégio Estadual Dr. Alcides Pereira
Maíra Vasconcelos	Assistente Jurídico	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barra dos Coqueiros
Manuel Messias	Coordenador de Educação Ambiental	Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Cristóvão
Márcio Douglas	Secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Maruim
Marcos Henrique	Membro	Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - MOTU
Marcos Lázaro	Gestão Socioambiental - GESA	Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO

<b>TERRITÓRIO   GRANDE ARACAJU</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Maria Helena	Coordenadora de Educação Ambiental	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Maria Jandira	Associada	Associação dos Pescadores do Bairro Industrial
Marília da Silva	Catadora de material reciclável	Autônoma
Matheus Rodrigues	Assessor de Saneamento	Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sergipe - Agrese
Mirian Guedes	Professora	Colégio Estadual Jornalista Paulo Costa
Moema Costa	Fotógrafa	Secretaria Municipal de Comunicação de Barra dos Coqueiros
Nayara Sabrina	Estagiária	Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO
Nedina Pereira	Catadora de material reciclável	Autônoma
Paula Ferreira	Coordenadora de Educação Ambiental	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracaju
Paulo Sérgio	Assessor de Planejamento	Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Cristóvão
Rafael Fontes	Agente de Desenvolvimento	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Boquim
Rafael Silva	Estudante	Escola Estadual General Siqueira
Reinaldo da Silva	Secretário	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Laranjeiras
Rita de Cássia	Coordenadora	Secretaria Municipal de Educação de Maruim
Robério Manoel	Associado	Associação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Pontal da Barra - ASTECORQPOBARRA
Roberta Kelly	Técnica Pedagógica	Secretaria Municipal de Educação de Barra dos Coqueiros

<b>TERRITÓRIO   GRANDE ARACAJU</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Rogéria Araújo	Fiscal Ambiental	Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe - Adema
Rosa Cecília	Membro	Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente - OSCATMA
Samir Souza	Secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro
Sara Juliana	Diretora de Gestão Ambiental	Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Cristóvão
Sonia Angélica	Técnica Pedagógica	Secretaria Municipal de Educação de Barra dos Coqueiros
Tatiane Santos	Jornalista	Secretaria Municipal de Comunicação de Barra dos Coqueiros
Thais Suanne	Estudante	Colégio Estadual Dr. Alcides Pereira
Thassia Santana	Pesquisadora	Universidade Federal de Sergipe
Thiene Gabriela	Diretora de Departamento	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barra dos Coqueiros
Thizah Ester	Coordenadora de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barra dos Coqueiros
Ubirajara Xavier	Analista	Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Saneamento de Sergipe - SERHMA
Vitória Souza	Presidente	Associação Sergipana dos Engenheiros Sanitaristas e Ambientais - ASES
Yasmin Santos	Assistente Social	Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO

<b>TERRITÓRIO   LESTE SERGIPANO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Adailson dos Santos	Aluno	Escola Estadual Edelzio Vieira do Município de Capela

<b>TERRITÓRIO   LESTE SERGIPANO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Adailton dos Santos	Assessor de Gabinete	Prefeitura do Município General Maynard
Alfredo dos Santos	Quilombo	Associação de Remanescente Quilombo Alagamar, do Município de Pirambu
Ana Karla de Menezes Bomfim da Conceição	Presidente	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Divina Pastora-SE (COOPERDIVINA)
Ana Luiza dos Santos	Associada	Associação Comunitária União das Mulheres - Assentamento José Emídio dos Santos do Município de Capela
Ana Maria	Professora	Escola Estadual Berenice do Município de Capela
Ângela Vieira	Coordenadora de Área	Secretaria do Meio Ambiente do Município de Japarutuba
Anne Grazielle	Superintendente	Consórcio de Saneamento Básico do Baixo São Francisco Sergipano (CONBASF)
Anny da Silva	Aluna	Escola Estadual Berenice do Município de Capela
Antônio Carlos dos Santos	Conselheiro	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Município de Capela
Antonio Vieira	Vereador	Câmara de vereadores do Município de Capela
Antony Gabriel	Aluno	Escola Estadual Berenice do Município de Capela
Arthur Miguel	Aluno	Escola Estadual Berenice do Município de Capela
Benedito Cardoso	Membro	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Sergipe (FETASE)
Bruno de Sá	Secretário	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município Divina Pastora
Carla Mirella	Aluna	Escola Estadual Berenice do Município de Capela

<b>TERRITÓRIO   LESTE SERGIPANO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Carlisson Arthur	Aluno	Escola Estadual Berenice do Município de Capela
Daiane Silve	Aluno	Escola Estadual Edelzio Vieira do Município de Capela
Daniela Pereira dos Anjos	Secretária do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDOMA)	Secretaria de Meio Ambiente do Município General Maynard
Danilo Batista	Aluno	Escola Estadual Edelzio Vieira do Município de Capela
Deiviane Silva	Assessora	Instituto Brasileiro de Pesquisa, Eventos e Serviços (IBRAPES) do Município de Pirambu
Deysiane Melo da Silva	Secretária de Políticas Agrícolas, Agrárias e Meio Ambiente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Capela
Diego Eleonaldo	Assessor técnico	Secretaria de Meio Ambiente do Município de Capela
Diogo de Melo Leite	Coordenador da Vigilância Sanitária	Secretaria de Saúde do Município Divina Pastora
Djenal dos Santos	Professor	Escola Estadual Edelzio Vieira
Ederson Luiz da Fonseca	Pesquisador e Educador Ambiental	Fundação Projeto Tamar, do Município de Pirambu
Emily Vitória	Aluna	Escola Estadual Berenice do Município de Capela
Erik Santos	Analista Ambiental	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Município de Pirambu
Fabrcio Muniz	Secretário	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município de Pirambu
Francisco Rodrigo	Membro	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Sergipe (FETASE)

<b>TERRITÓRIO   LESTE SERGIPANO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Gilvânia Rocha	Vereadora	Vereadora do Município do Município de Pirambu
Ginaldo Moura	Pescador	Colônia de Pescadores Z5
Handley Levy	Aluno	Escola Estadual Berenice do Município de Capela
Helen Cristina	Serviços Gerais	Escola Municipal Alreina de Melo Sobral do Município de Capela
Hitan de Oliveira	Vigilância sanitária	Secretaria de Saúde do Município de Capela
Ingrid de Jesus	Agente de Vigilância Sanitária	Secretaria de Saúde do Município de Capela.
Isabelle Blengine	Gerência de Educação Ambiental	Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SERHMA)
Jaciara Morais	Diretora, Eng. Da Pesca	Secretaria de Pesca do Município de Pirambu
Jeferson Xavier	Agente Ambiental	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Município de Pirambu
João Silva Neto	Vigilância sanitária	Secretaria Municipal de Saúde de Capela
José Amintas Santos	Representante da Associação Ecológica	Associação Ecológica do Município de Capela
José Antônio de Jesus Santos	Secretário	Secretaria de Meio Ambiente do Município General Maynard
José Fabiano	Diretor de Setor/Gabinete da prefeitura	Prefeitura do Município Divina Pastora
José Jorge	Coordenador de Educação Ambiental	Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO)
Josenilza Ferreira	Morador	Morador local do Município de Pirambu
Jucélia Silva	Presidente	Instituto Brasileiro de Pesquisa, Eventos e Serviços (IBRAPES) do Município de Pirambu

<b>TERRITÓRIO   LESTE SERGIPANO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Jucileide Tavares	Professora	Professora e membro do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Socioambiental (IDES-Brasil)
Juliete Alves	Assessora	Secretaria de Pesca do Município de Pirambu
Kelly Renata	Aluna	Escola Estadual Berenice do Município de Capela
Leonardo Silva	Secretário Adjunto	Secretaria de Meio Ambiente do Município de Capela
Letícia Kirchnner	Agente ambiental	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município de Pirambu
Lizaldo Vieira	Presidente	Rede de ONGs da Mata Atlântica do Município de Capela
Lizandra Kellen Moura Souza	Engenheira Ambiental	Secretaria do Meio Ambiente do Município de Japarutuba
Lucelita dos Santos	Técnica Pedagógica	Secretaria de Educação e Cultura (SEMEC) do Município Divina Pastora
Luiz Teles da Silva	Coordenador de Turismo	Secretaria de Turismo do Município de Pirambu
Maicon Oliveira	Aluno	Escola Estadual Edelzio Vieira do Município de Capela
Mailon Alves	Aluno	Escola Estadual Edelzio Vieira do Município de Capela
Manoel Elielson	Membro	Eco Museu do Roceiro, do Município de Pirambu
Manuela Santana	Representante do Secretário	Secretaria do Meio Ambiente do Município de Pirambu
Maria Aline	Associada	Associação Comunitária União das Mulheres - Assentamento José Emídio dos Santos do Município de Capela
Maria Antônia dos Santos	Presidente	Associação Comunitária União das Mulheres - Assentamento José Emídio dos Santos do Município de Capela

<b>TERRITÓRIO   LESTE SERGIPANO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Maria Denize	Pescadora	Associação de Mulheres Pescadoras Artesanais de Pirambu (AMPAP)
Maria Denize Félix	Representante de comunidade quilombola Pirangi	Comunidade Quilombola Pirangi do Município de Capela
Maria Edilde dos Santos	Pescadora artesã	Movimento de Mulheres Marisqueiras de Sergipe (MMS) do Município de Pirambu
Maria Evanete	Pescadora Artesã	Movimento de Mulheres Marisqueiras de Sergipe (MMS) do Município de Pirambu
Maria Salvadora	Coordenadora	Movimento de Mulheres Marisqueiras de Sergipe (MMS) do Município de Pirambu
Maria Selma dos Santos	Pescadora	Movimento de Mulheres Marisqueiras de Sergipe (MMS) do Município de Pirambu
Maria Silvani	Pescadora	Colônia de Pescadores Z5 do Município de Pirambu
Michael Santos	Vigilância sanitária	Secretaria de Saúde do Município de Capela
Miguel Porto Pires	Presidente	Colônia de Pescadoras Z5 do Município de Pirambu
Mirela Oliveira	Aluna	Escola Estadual Benenice do Município de Capela
Nilton José Assis Santos	Secretário Adjunto de Agricultura e Meio Ambiente	Secretaria de Agricultura, Irrigação, Abastecimento e Meio Ambiente do Município Siriri
Paulo dos Santos	Presidente	Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis e Luxo (COOPERLUXO) do Município de Capela
Raissa Andrade	Aluna	Escola Estadual Benenice do Município de Capela
Rivaneide Farias da Silva	Secretária das Mulheres	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Capela

<b>TERRITÓRIO   LESTE SERGIPANO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Roque Tosta Fraga	Morador	Morador local do Município de Pirambu
Rosa Cecília	Membro	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)
Rosimeire Batista	Pescadora	Colônia de Pescadoras Z5 do Município de Pirambu
Tereza Neuma Muniz Cariri	Diretora	Escola Experimental do Município de Pirambu
Thiago dos Santos	Aluno	Escola Estadual Edelzio Vieira do Município de Capela
Tiago Freire	Diretor Administrativo	Consórcio de Saneamento Básico do Baixo São Francisco Sergipano (CONBASF)
Valdir Gonçalves	Presidente	Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Pirambu (CONDEPI)
Valdirene Santos	Cozinheira	Escola Estadual Edelzio Vieira do Município de Capela
Valéria Marques	Membro	Eco Museu do Roceiro, do Município de Pirambu
Valtemir Henrique	Tecnólogo	Consórcio de Saneamento Básico do Baixo São Francisco Sergipano (CONBASF)
Vanildes Campos	Vigilância de endemia	Secretaria Municipal de Saúde de Capela
Vinicius da Silva	Aluno	Escola Estadual Berenice do Município de Capela
Wilma Meneses Melo	Representante	Secretaria de Educação (SEMED) do Município Siriri
Zé dos Santos	Associado	Associação de Mulheres Pescadoras Artesanais de Pirambu (AMPAP) do Município de Pirambu

<b>TERRITÓRIO   MÉDIO SERTÃO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Adalmir Alves De Jesus	Técnico	Emdagro
Adenilson Vieira	Técnico Ambiental De Nossa Senhora Das Dores/Se	Secretaria De Meio Ambiente
Andrea Ribeiro	Estagiaria Serhma	Sedurbs
Antonio Junior	Aluno	Ufs
Ari Pereira	Agente Cultural	Secretaria De Cultura
Brenda Siilva	Membro Voluntário	Grupo Ambientalista Dorense
Carlos Oliveira	Agente Adm	Deso
Cinthia Menenzes	Estudante De Nossa Senhora Das Dores/Se	Centro Est. Edu. Profissional Berila Alves De Almeida
Elson Correia	Engenheiro Ambiental Cpac	Consortio Público Do Agreste Central-Cpac
Emerson Santos	Estudante De Nossa Senhora Das Dores/Se	Centro Est. Edu. Profissional Berila Alves De Almeida
Evanilson Santana	Superintendente do Consortio Público Do Agreste Central Sergipano	Consortio Público Do Agreste Central-Cpac
Flávia Aragão	Coordenadora De Projeto	DESO
Gealisson Santos	Téc. Ambiental Da Secretaria De Meio Ambiente De Nossa Senhora Das Dores	Secretaria De Meio Ambiente
Gean Carlos	Agrônomo	Secretaria De Agricultura
Givaldo Francisco	Professor	Secretaria De Educação
Glecia Vieira Dos Santos	Secretária	Secretaria De Educação
Gustavo Arimateia	Secretário De Meio Ambiente De Graccho Cardoso	Secretaria De Meio Ambiente
Helena Luisa Silva	Professora	Secretaria De Educação
Isabella Blengini	Gerente Serhma	Sedurbs
Izabella Cristina	Supervisora Edu Ambiental	Deso
Janeclea Silva	Secretaria De Administração De Cumbe	Prefeitura Municipal De Cumbe

<b>TERRITÓRIO   MÉDIO SERTÃO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
João Aragão	Secretário De Turismo De Nossa Senhora Das Dores	Secretaria De Turismo
Jociela Garcia	Téc. Pedagógico	Secretaria De Educação
Joice Silva	Assistente Operacional	Deso
Jorge Silva	Coordenador Da Edu Ambiental Da Deso	Deso
José De Alencar	Assessor	Secretaria De Educação
José De Alencar	Assessor	Consortio Público Do Agreste Central-Cpac
Jose Dos Santos	Estudante De Nossa Senhora Das Dores/Se	Centro Est. Edu. Profissional Berila Alves De Almeida
José Edgar	Coordenador De Projetos	Consortio Público Do Agreste Central-Cpac
Karla Souza	Estudante De Nossa Senhora Das Dores/Se	Centro Est. Edu. Profissional Berila Alves De Almeida
Larissa Montenegro	Estudante De Nossa Senhora Das Dores/Se	Centro Est. Edu. Profissional Berila Alves De Almeida
Leandro Roque	Diretor Operacional	Consortio Público Do Agreste Central-Cpac
Leticia Melo	Professora	Secretaria De Educação
Luciano De Gois Santos	Vice Presidente	Grupo Ambientalista Doreense
Lucielly Silveira	Estudante De Nossa Senhora Das Dores/Se	Centro Est. Edu. Profissional Berila Alves De Almeida
Marcio Aragão	Técnico Ambiental De Nossa Senhora Das Dores/Se	Secretaria De Meio Ambiente
Maria Helena	Educação Ambiental e Resp	IBAMA
Maria Jose Andrade	Assessora	Secretaria De Esportes
Maria Roberta Santos	Membro Voluntário	Grupo Ambientalista Doreense
Monalisa Costa	Pesquisadora	Instituto Semi Árido
Pablo Dos Santos	Pesquisador	Instituto Semi Árido
Pedro Souza	Diretor De Departamento De Nossa Senhora Das Dores	Secretaria De Meio Ambiente

<b>TERRITÓRIO   MÉDIO SERTÃO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Reginaldo Santos	Vereador De Nossa Senhora Das Dores	Camara dos Vereadores
Ricardo Santos	Administradora	Secretaria da Saúde
Rosa Cecília	Membro	CBHSF
Valtemir Henrique	Téc. Saneamento	Conbast
Vinicius Silva Melo	Aluno	UFS
Viterbio Santana	Secretário de Educação de Nossa Senhora Das Dores	Secretaria De Educação
Viviane Patricia	Coordenador	Secretaria de Saúde
Welligton Rodrigues	Assessor Técnico	Secretaria de Turismo
Welligton Santos	Sargento Da Policia Militar De Sergipe	Policia Militar
Yasmim Santos	Assistente Social	DESO

<b>TERRITÓRIO   SUL SERGIPANO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Carivalda Ribeiro Sousa	Presidente	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS
Isac Marcos Lino dos Santos	Técnico	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
José Marcos Araújo Lima	Secretário	Secretaria Municipal de Cultura
Hidelbrando Mateus Filho	Agente de Desenvolvimento	Prefeitura Municipal de Arauá
José Odair dos Santos	Vereador-Presidente	Câmara de Vereadores
Raimundo Dionísio Neto	Professor	Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Silvio Natan Ferreira Félix	Professor	Prefeitura Municipal

TERRITÓRIO   SUL SERGIPANO		
NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
Edvaldo Ribeiro da Cruz	Superintendente do CONSCENSUL	<b>Consórcio Público de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico e do Sul e Centro Sul Sergipano- CONSCENSUL</b>
Fernando Vitorio dos Santos	Presidente	Câmara Municipal de Vereadores
Joetônio <i>Ferreira</i> Neves	Chefe Escritório	EMDAGRO
João Barbosa Silva Sobrinho	Vereador	Câmara Municipal de Vereadores
Adriana de Andrade Silva Maciel	Vereadora	Câmara Municipal de Vereadores
Jonas Menezes Vidal	Vereador	Câmara Municipal de Vereadores
<i>Andrielle Alves Andrade</i>	Chefe de Gabinete	Câmara Municipal de Vereadores
Milena Nascimento Cardoso	Bióloga	CONSCENSUL
Alissandra Vidal Santos	Integrante	CONSCENSUL
Tailayne Alves	Assistente Social	CONSCENSUL
Alessandra Vidal	Auxiliar de Comunicação	CONSCENSUL
Jefferson Júnior Santos Góes	Secretário	Secretaria Municipal da Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente.
Edmilson Marques	Diretor	Secretaria Municipal da Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente.
José Costa de Santana	Técnico em Agropecuária	Secretaria Municipal da Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente
Diego Fontes	Técnico Ambiental	CONSCENSUL
Diogo de Jesus	Técnico Administrativo	CONSCENSUL
Rafael Fontes Evangelista	Agente de Desenvolvimento	Prefeitura Municipal
Maria Barbosa dos Santos	Presidente	Cooperativa de Catadores de Material Reciclável
Cleide Passos Silva	Assistente Administrativa	CONSCENSUL

TERRITÓRIO   SUL SERGIPANO		
NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
Manuel Messias Fontes Nascimento	Secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Roosevelt do Espírito Santo Júnior	Agente de Desenvolvimento	Secretaria Municipal de Administração
Laires José Souza dos Santos	Diretor	Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável
Izabel Cristina dos Santos Blinofi	Técnica Pedagógica	Secretaria Municipal de Educação
Disleide de Oliveira Freire Silva	Diretora dos anos finais	Secretaria Municipal de Educação
Veronica Paixão dos Santos Fernandes Passos	Diretora	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Luiz Alberto Palomares	Presidente	ONG Água é Vida
Joseneide Cruz	Conselheira Titular	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Eduardo Santos Marques de Sousa	Advogado	CONSCENSUL
Adinaldo do Nascimento Santos	Prefeito	Prefeitura Municipal
Sandro de Souza	Diretor de Meio Ambiente	Prefeitura Municipal
Lilian Menezes	Secretária Executiva	Conselho de Desenvolvimento Sustentável - CMDS
Genival Alves de Arruda	Secretário	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Adílio Cardoso Lima da Paixão	Vice-Prefeito	Prefeitura Municipal
<i>Irene Maria do Nascimento Neta</i>	Vereadora	Câmara de Vereados
Jocielma Santos Matias de Jesus	Professora	Secretaria Municipal de Educação
José Aurélio	Odontólogo	Secretaria Municipal de Saúde

<b>TERRITÓRIO   SUL SERGIPANO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Jonata Miqueias Almeida dos Santos	Diretor	COOPERAFIR - Cooperativa de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região
Marcelo Vilanova de Carvalho	Diretor Departamento de Pecuária	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Joelson Felix da Cruz	Presidente da Associação	Quilombolas
Fabício Alexandre de Oliveira	Veterinário	Prefeitura Municipal
Leonilton Silva da Cruz	Presidente	Associação Beneficente do Terço da Dívida Providência
Mirian dos Santos	Presidente	Cooperativa de Catadores de Material Reciclável
Ivaneide Souza Santos	Secretária Geral	Sindicato dos Trabalhadores rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Indiaroba
Bruno Lessa	Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico	Prefeitura Municipal
Mirella Maria Silva Farias	Assiste de Comunicação	Assessoria de Comunicação
Dalvani Santos Cardoso	Diretora de Vigilância Epidemiologia	Secretaria Municipal de Saúde
Dalvanete Cardoso Martins	Técnica Das Salas de Educação Especial (AEE)	Secretaria Municipal de Educação
Andreia dos Santos Arcanjo	Tesoureira	Associação Praia de Santo Antônio
Silvanide Rodrigues Santos	Marisqueira/Associada	Associação Praia de Santo Antônio
Damião Rodrigues dos Santos	Coordenador de Agricultura Familiar	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
José Antônio dos Santos Bispo	Departamento de Pesca	Secretaria de Desenvolvimento Econômico

TERRITÓRIO   SUL SERGIPANO		
NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
Elienaide Cardoso das Flores	Marisqueira	Movimentos das Marisqueiras de Sergipe (MMS)
Marcelo Vilanova de Carvalho	Diretor Departamento de Pecuária	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Lícia Maria Bittencourt Santos	Secretaria Municipal de Saúde	Agente Comunitário de Saúde
Antônio Heribaldo Arampio Santana	Técnico em Agropecuária/Projetista	MST
Ana Elisia Pereira Costa	Presidente, Coordenação, Membro	Associação pela Cidadania dos Moradores e Pescadores de Terra Caída (aspecto) Movimento das Marisqueiras de Sergipe, Fórum de Comunidades Tradicionais
João Batista Bispo	Diretor de Políticas Agrárias	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Cleber Silva	Diretor de Turismo	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
José Evangelista Santos	Presidente	<b>Cooperativa Ecológica de Comércio Justo (COOPECOJU)</b>
Nadine Mendes dos Santos	Técnico Agrícola Pecuária	ENDAGRO
Elizeu do Vale Santos	Técnico	ENDAGRO
George Vitor Vila Nova	Diretor de Planejamento e Projeto	Prefeitura Municipal
Alieljo Francisco de Brito Junior,	Vereador	Câmara de Vereadores
Maise Macário	Comunidade Científica	UFS/Aracaju
Marcelo Dias da Silva	Presidente	Cooperativa de Catadores de Material Reciclável do Município de Itabaianinha-COORSITA
João Henrique Costa Hora	Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Prefeitura Municipal
Matheus Nascimento	Técnico	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

<b>TERRITÓRIO   SUL SERGIPANO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
José Naldo Oliveira	Diretor	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Elenaldo Fonseca de Oliva Júnior	Consultor Ambiental	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
José Alicio Santos	Presidente	Cooperativa de Catadores
Marcelo dos Anjos Oliveira	Diretor de Meio Ambiente	Prefeitura Municipal
Jarison Humberto dos Santos	Fiscal da Vigilância Sanitária	Prefeitura Municipal
Aliete Rodrigues	Professora	Prefeitura Municipal
Jamisson Bispo	Diretor de Agricultura	Prefeitura Municipal
Edivan dos Santos	Secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Igor Leonardo Santos	Professor Coordenador	Secretaria Municipal de Educação
José Aguinaldo Araújo Melo	Técnico	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Selma dos Santos	Presidente	Colônia de Pescadores
Denilza Dória dos Santos	Presidente	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis
Cleunice Rosa dos Santos	Cooperada	Catadora de Reciclagem
Flávio Silva de Souza Luzia do Itanhy	Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Educação
Adirânia Santos de Oliveira	Presidente	Associação do Assentamento Dom Oscar Romero
José Santos de Carvalho	Secretário Municipal de Agricultura	Secretaria Municipal de Agricultura
Solage da Gama	Coordenadora	Secretaria Municipal de Educação
Magaly Cardoso dos Santos Batista	Assentada/Associada	Associação do Assentamento Don Oscar Romero
Vanilza Santos Lima	Cooperada	Cooperativa de Reciclagem

TERRITÓRIO   SUL SERGIPANO		
NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
Tânia Maria Santos Lima	Assessora Técnica	Secretária Municipal de Meio Ambiente
Veluzia Batista de Jesus	Presidente	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicveis- COOCUMBA
José Junior de Oliveira	Diretor	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

## Apêndice IX | Formulários



### INSCRIÇÃO DA OFICINA

PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DATA 08/11

Horário: 8 às 13 h

Local: Município de ITABAIANA

TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL

Evento Ocorrerá no **Auditório da Sec. da Educação , Av Otoniel Dórea 403**

Faça login no Google para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

**\*Obrigatório**

E-mail \*

Seu e-mail

NOME : \*

Sua resposta

CPF \*

Sua resposta

TELEFONE: \*

Sua resposta

MUNICÍPIO: \*

Sua resposta

INSTITUIÇÃO: \*

Sua resposta

CARGO /FUNÇÃO: \*

Sua resposta



## INSCRIÇÃO DA OFICINA

PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DATA 09/11

Horário: 8 às 13 h

Local: Município de Nossa Senhora da Glória

TERRITÓRIO ALTO SERTÃO

Evento Ocorrerá no **CAMPUS UFS de Nossa Senhora da Glória**

Faça [login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

**\*Obrigatório**

E-mail \*

Seu e-mail

NOME : \*

Sua resposta

CPF \*

Sua resposta

TELEFONE: \*

Sua resposta

MUNICÍPIO: \*

Sua resposta

INSTITUIÇÃO : \*

Sua resposta

CARGO / FUNÇÃO: \*

Sua resposta



## INSCRIÇÃO DA OFICINA

PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DATA 04/11

Horário: 8 às 13 h

Local: Município de PROPRIÁ

TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO

Evento Ocorrerá **no Auditório do Centro de Excelência Joana de Freitas Barbosa , Rua Bella Vista 156**

Faça [login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

\*Obrigatório

E-mail \*

Seu e-mail

NOME : \*

Sua resposta

CPF \*

Sua resposta

TELEFONE: \*

Sua resposta

MUNICÍPIO: \*

Sua resposta

INSTITUIÇÃO : \*

Sua resposta

CARGO /FUNÇÃO: \*

Sua resposta



## INSCRIÇÃO DA OFICINA

PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DATA 24/10

Horário: 8 às 13 h

Local: Município de Tobias Barreto

TERRITÓRIO CENTRO SUL SERGIPANO

Evento Ocorrerá no **Auditório Centro Industrial**

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

\*Obrigatório

E-mail \*

Seu e-mail

NOME : \*

Sua resposta

CPF \*

Sua resposta

TELEFONE: \*

Sua resposta

MUNICÍPIO: \*

Sua resposta

INSTITUIÇÃO: \*

Sua resposta

CARGO /FUNÇÃO: \*

Sua resposta



## INSCRIÇÃO DA OFICINA

PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DATA 19/10

Horário: 8 às 13 h

Local: Município da Barra dos Coqueiros

TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU

Evento Ocorrerá na **Quadra Poliesportiva da Escola Municipal João Cruz - Rua Francisca Maria Santos,**

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

\*Obrigatório

E-mail \*

Seu e-mail \_\_\_\_\_

NOME : \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

CPF \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

TELEFONE: \*

Sua resposta

MUNICÍPIO: \*

Sua resposta

INSTITUIÇÃO : \*

Sua resposta

CARGO /FUNÇÃO: \*

Sua resposta



## INSCRIÇÃO DA OFICINA

PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DATA 25/10

Horário: 8 às 13 h

Local: Município de PIRAMBU

TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO

Evento Ocorrerá na AV 1 LOT PRAIA DO SOL, 76(CLUBINHO DA TARTARUGA)

Faça login no [Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#).

**\*Obrigatório**

E-mail \*

Seu e-mail

NOME : \*

Sua resposta

CPF \*

Sua resposta

TELEFONE: \*

Sua resposta

MUNICÍPIO: \*

Sua resposta

INSTITUIÇÃO : \*

Sua resposta

CARGO /FUNÇÃO: \*

Sua resposta



## INSCRIÇÃO DA OFICINA

PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DATA 27/10

Horário: 8 às 13 h

Local: Município de Nossa Senhora das Dores

TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO

Evento Ocorrerá no **Centro Estadual de Educação Profissional Berila Alves**

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

**\*Obrigatório**

E-mail \*

Seu e-mail

NOME : \*

Sua resposta

CPF \*

Sua resposta

TELEFONE: \*

Sua resposta

MUNICÍPIO: \*

Sua resposta

INSTITUIÇÃO : \*

Sua resposta

CARGO /FUNÇÃO: \*

Sua resposta



## INSCRIÇÃO DA OFICINA

PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DATA 20/10

Horário: 8 às 13 h

Local: Município de INDIAROBA

TERRITÓRIO SUL SERGIPANO

Evento Ocorrerá no **Centro de Convenções**

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

\*Obrigatório

E-mail \*

Seu e-mail

NOME : \*

Sua resposta

CPF \*

Sua resposta

TELEFONE: \*

Sua resposta

MUNICÍPIO: \*

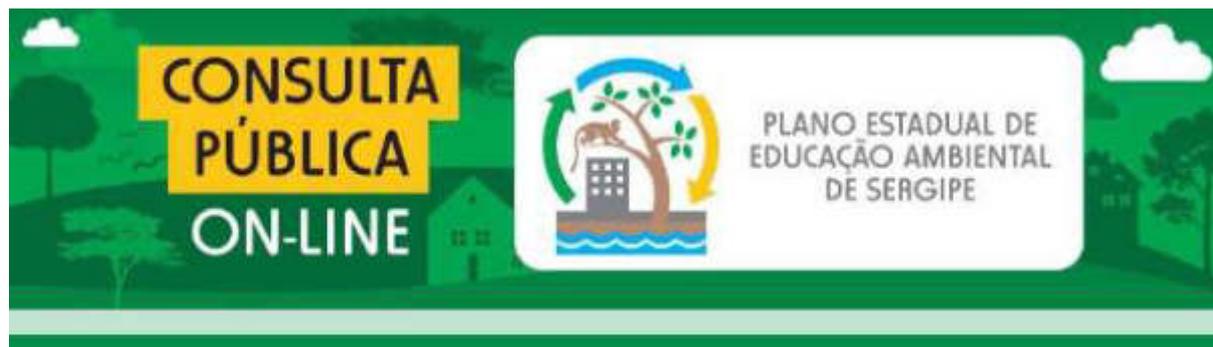
Sua resposta

INSTITUIÇÃO: \*

Sua resposta

CARGO /FUNÇÃO: \*

Sua resposta



## CONSULTA PÚBLICA ON-LINE SOBRE O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Plano Estadual de Educação Ambiental de Sergipe (PLANEA), está em um processo de elaboração pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade - SEDURBS por meio da Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SERHMA, tal processo é de extrema relevância para o Estado, que já dispõe de uma Política Estadual de Educação Ambiental, Lei nº 6.882 de 08 de abril de 2010, construída a quatro mãos pela sociedade sergipana. Um dos instrumentos balizadores da política é o Plano Estadual de Educação Ambiental que deverá estabelecer diretrizes, estratégias e metas direcionadas às Políticas Públicas de Educação Ambiental formal e não formal para o estado.

Sergipe também conta com a Comissão Insrstitucional de Educação Ambiental de Sergipe (CIEASE), criada pelo Decreto n.º 18.509/1999, que participou ativamente da construção da PEEA, e essa Comissão deverá ter um papel importante para a elaboração do Plano, visto a sua composição com os múltiplos olhares da Educação Ambiental no estado.

Nesse contexto, para ampliar a participação com o intuito de deixar o processo ainda mais acessível será feita uma consulta no formato online, no qual todos poderão contribuir na construção do Plano através do preenchimento deste formulário, contamos assim com a colaboração de todos para que esse instrumento possa transformar a realidade do nosso Estado.

Assim, pedimos a sua contribuição para responder as questões a seguir.

 diasdm.bio@gmail.com (não compartilhado) [Alternar conta](#) 

\*Obrigatório

Seu nome completo: \*

Sua resposta

Representação (Instituição):

Sua resposta

E-mail \*

Sua resposta

## MATERIAL DE APOIO

**Para subsidiar o preenchimento deste formulário, solicitamos consultar os instrumentos Legais: Lei da Política Nacional de Educação e a Lei da Política Estadual de Educação Ambiental.**

- Constituição Nacional
- Tratado de Educação Ambiental em sociedades justas e sustentáveis
- Política Nacional de Meio Ambiente Lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981
- Política Nacional de Educação Ambiental Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999
- Política Estadual de Educação Ambiental Lei nº 6.882 de 08 de abril de 2010
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - DCNEA
- Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA
- Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e E.A em Unidades de Conservação - ENCEA
- Programa Nacional para a Formação de Educadores Ambientais - ProFEA



## QUESTIONÁRIO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Objetivo: Elaborar o Plano de Educação Ambiental de Sergipe para orientar a gestão e a prática de educação ambiental com um olhar crítico e emancipatório da sociedade sergipana, comprometidas com as mudanças no processo continuado de EA.

diasdm.bio@gmail.com [Alternar conta](#)



\*Obrigatório

E-mail \*

Seu e-mail

Nome do gestor da UC: \*

Sua resposta

Unidade de Conservação (UC): \*

Sua resposta

**Município (os) que a UC está localizada: \***

Sua resposta

**Data de criação da UC: \***

Sua resposta

**Quantidade de visitantes por ano: \***

Sua resposta

**Quais ações, Projetos e Programas de Educação Ambiental (EA) existem na UC? \***

Sua resposta

**Quais os problemas encontrados na UC em relação a Educação Ambiental? \***

Sua resposta

**Quais as necessidades da UC em relação a deficiência da Educação Ambiental? \***

Sua resposta

**Quais são as potencialidades da UC relacionadas a Educação Ambiental? \***

Sua resposta

**Quais públicos visitam com mais frequência a UC (estudantes, pesquisadores, turista, etc.)? \***

Sua resposta

**Existe Conselho Gestor e Plano de manejo na UC? \***

Sua resposta

**Quais as instituições parceiras locais com potencial de apoio através de medidas e ações para a EA? \***

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

## Apêndice X | Registro Fotográfico de Momentos das Oficinas e Consultas Públicas

### TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL



## TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL



## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO



## TERRITÓRIO ALTO SERTÃO



## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO



## TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO



## TERRITÓRIO CENTRO SUL



## TERRITÓRIO CENTRO SUL



## TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU





## TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO



## TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO



## TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO



## TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO



## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO



## TERRITÓRIO SUL SERGIPANO



## Momentos de elaboração do PlanEA































































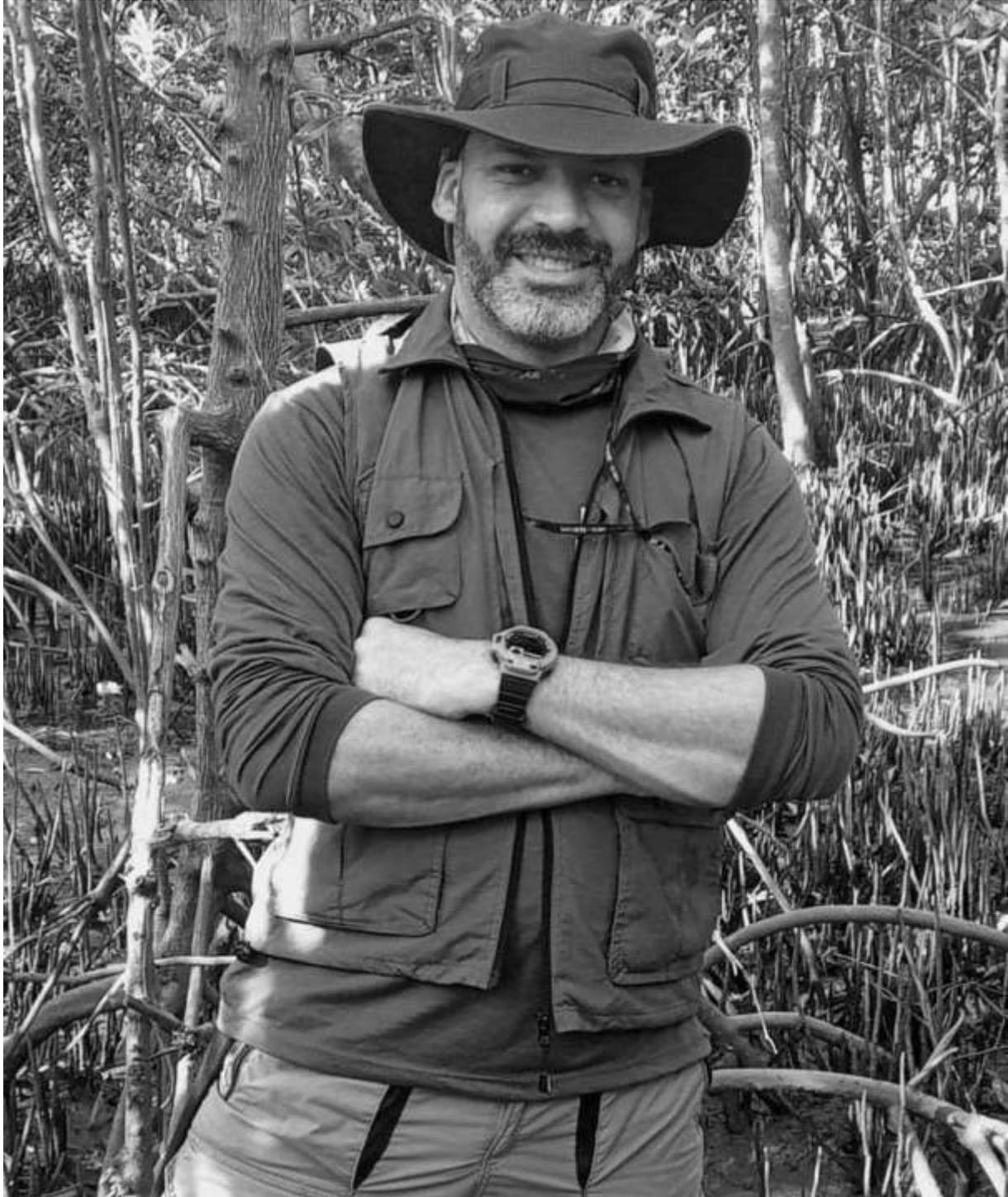














PLANO ESTADUAL DE  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DE SERGIPE

